



TERRAS DE LANHOSO

MONOGRAFIAS
II
MEA POPULA DE LANYOSO
Forais de Lanhoso

CÂMARA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO

PÓVOA DE LANHOSO
1992

PAULO ALEXANDRE RIBEIRO FREITAS

MEA POPULA DE LANYOSO

FORAIS DE LANHOSO

JANEIRO DE 1992

NOTA DE ABERTURA

Na prossecução de objectivos traçados atempadamente, com mais esta publicação, cumprem-se metas apontadas pela Câmara Municipal e Comissão Executiva das COMEMORAÇÕES DOS 700 ANOS DA CONCESSÃO DO FORAL ÀS TERRAS DE LANHOSO POR EL-REI DOM DINIS, a saber:

- 1 — Enriquecimento do Património bibliográfico concelhio;*
- 2 — Divulgação em texto escrito e integral da 1.ª Carta de autonomia local outorgada às «TERRAS DE LANHOSO» — O FORAL DE D. DINIS.*

Contaram por isso as entidades supramencionadas no caso vertente, com a colaboração do Dr. Paulo Alexandre Ribeiro de Freitas, um estudioso profundo e interessado do fenómeno Histórico.

O lançamento desta obra integrada na Colectânea editada pela Câmara Municipal sob o título genérico «MONOGRAFIAS», acentua por um lado o destaque que a obra merece e, por outro lado, o contributo para o enriquecimento da referida Colectânea que se reconhece.

Como Presidente apraz-me registar mais este acontecimento, esperando que a publicação deste importante trabalho faça parte da descoberta de novos horizontes abertos por documentos que, no «PASSADO», contribuíram para a construção, consolidação e desenvolvimento das «TERRAS» a que, no «PRESENTE», pertencemos.

Paços do Concelho da Póvoa de Lanhoso, 10 de Junho de 1992.

O PRESIDENTE DA CÂMARA,



(Eng.º José Luís Vilela Pereira Portêla)

APRESENTAÇÃO

O abandono das formas centralizadas do poder, desde o início do século passado, conduziu a uma revalorização das instituições municipais. O município surge cada vez mais como um espaço ideal de organização administrativa, onde melhor se governam os povos, concretizando uma significativa participação das comunidades na condução dos próprios destinos. A nossa pátria é, em primeiro lugar, o concelho onde vivemos e onde se desenrola a nossa actividade. Só depois surge uma área mais vasta, o território nacional, onde os vários municípios se integram num só estado.

A corrente valorização do municipalismo está relacionada com o desenvolvimento da história local. De facto, a história de Portugal é a história do povo que nasce ou vive dentro das suas fronteiras. E, no dizer de Henrique da Gama Barros, no I volume da *História da Administração Pública em Portugal*, «a história do povo é a história das instituições municipais».

É essa a razão porque, neste ano em que se comemora o sétimo centenário do Foral de Póvoa de Lanhoso, saudamos a sua publicação como uma das acções mais importantes que no âmbito da comemoração dos sete séculos deste concelho podem ser realizadas. O foral é o documento que cria um município ou oficializa a sua existência e define a sua identidade, estabelecendo, pelo menos no caso dos Forais Antigos, as normas fundamentais porque se rege a vida dos seus habitantes.

Paulo Freitas compreendeu a importância do Foral de Póvoa de Lanhoso e deu-se à tarefa de o transcrever, traduzir e explicar à gente do seu concelho. Ficou enriquecida a história deste município, já que o público em geral pode ter acesso ao mais importante documento relativo às suas origens e os educadores passam a dispor de um valioso instrumento didáctico para ajudar os mais jovens a conhecer melhor e a amar a terra onde nasceram.

Está de parabéns o autor, pelo seu trabalho, e a Câmara de Póvoa de Lanhoso, pela meritória decisão de promover a sua divulgação, a assinalar a passagem dos setecentos anos de existência do município.

António Matos Reis

AGRADECIMENTOS

Ao longo de mais de 4 anos, tempo de gestação deste presente trabalho, foram vários os momentos e várias as dificuldades que se colocaram, nas mais distintas circunstâncias, e que houve necessidade de ultrapassar.

Foi identicamente visível, e deveras importante, o interesse ou curiosidade, patenteados por familiares e Amigos.

Expresso o meu reconhecimento àqueles que, de forma desinteressada, me facilitaram a persecução dos meus objectivos, de carácter pessoal, profissional ou científico.

A todos aqueles que, de uma ou de outra forma, directa ou indirectamente, possam ter contribuído para este resultado final, o meu sincero **Obrigado.**

Sinto que é imperioso e oportuno, deixar registado o nome de alguém que sempre me acompanhou, de longe ou de perto, funcionando como um apoio, a quem sempre recorri quando a minha inexperiência me levantava dificuldades, que eram sistemática e automaticamente solvidas.

Por este facto, bem como pela razão de me apresentar, então, como um completo desconhecido, o que não se afigurou entrave de qualquer espécie, julgando pelo **Amor à Arte**, que é a **História**, expresso os meus humildes mas sinceros agradecimentos ao Amigo e Historiador,

Doutor Manuel Artur Norton — Barão de S. Roque.

À memória do meu Pai

À minha terra

Aos meus...

MOTE

«Cultura Histórica é também Cultura Política e alicerce de todo o civismo bem entendido. Conhecer os textos básicos da evolução histórica da sua terra, deveria constituir obrigação de todo o Munícipe que acredite nas vantagens da descentralização para o bem-estar geral.»

A. H. de Oliveira Marques ⁽¹⁾

⁽¹⁾ In: MARTINS, Isilda Maria Pires, *O Foral de Loulé de 1266*, Universidade do Algarve, 1985.

INTRODUÇÃO

Foi com grande orgulho e coragem que, no último ano da Licenciatura em Ciências Históricas, em 1988, aquando da realização de um *Seminário de História de Portugal*, me senti impelido para a elaboração de um trabalho que tivesse como *pano de fundo* a Póvoa de Lanhoso.

Orgulho... é algo que julgo ser inato a alguém que vive emoções quando trabalha algo com que se identifica, algo que mexe com sentimentos naturais de legitimidade, do que é nosso, do que nos pertence.

Coragem... é sempre necessária, quer quando se inicia algo de novo na vida de cada um de nós, quer quando sentimos que vamos encontrar numerosas dificuldades, dada a natureza do assunto versado.

Foi o grande orgulho sentido, perante as dificuldades de várias espécies, que me incutiu a coragem necessária para continuar e ultrapassar, por conta e risco, todos os obstáculos que se colocavam entre a elaboração dos meus estudos e a satisfação de prestar o meu tributo meritório, e válido, à *mea popula de Lanyoso*.

Embora o dito *Seminário* atendesse a numerosos e problemáticos temas de aspectos culturais e da História do concelho da Póvoa de Lanhoso, «*Subsídios Para Um Estudo Monográfico do Concelho da Póvoa de Lanhoso*», é naturalmente um ponto de partida para muitas das questões que não estão, ainda, devidamente, equacionadas.

O presente estudo, como factor que atesta o íntimo reconhecimento e cuidado tratamento que, por todos nós, deve ser prestado à Póvoa de Lanhoso, de forma a honrar a sua História, pretende dar mais um importante passo na busca dos cuidados que devem ser dispensados às questões culturais e patrimoniais, que tão longe de nós teimam em continuar.

Como importante momento que a data, 25 de Setembro de — 1292 —, assinala para o concelho da Póvoa de Lanhoso, onde as situações de privilégio são substituídas, por lei, em regras de convivência democrática com igualdade de direitos e oportunidades para todos os, então, moradores do concelho de Lanhoso, pretende-se o reafirmar, hoje, passados 700 anos, as bases dessas mesmas regras elementares.

Não se pretende que este estudo seja limitado a qualquer tipo de elites, mas sim, que possa ser entendido por todos os que revelem interesse em conhecer a vida que por esta região se desenrolava há 7 séculos atrás, de forma mais reveladora e explicativa.

Há, na verdade, a possibilidade de recurso a um capítulo, na parte final da obra, de onde constam uma série de notas explicativas⁽²⁾, onde se procurou reunir alguns termos, expressões, ou, como a própria designação define, explicações que pela sua particular leitura não sejam suficientemente esclarecedoras do sentido ou conhecimento pretendido.

A ordem e orientação do estudo apresentado, teve como linha mestra a ideia de que não se deverá cometer a insensatez de, na apresentação dos primeiros trabalhos e estudos destinados a uma comunidade onde eles escasseiam de forma extraordinariamente acentuada, se destinar o trabalho apenas a curiosos e técnicos.

Procurou-se obter, desta forma, um trabalho sério, válido, com rigor científico, capaz de satisfazer as questões mais prementes relacionadas com a matéria tratada, e, simultaneamente, com alguma paixão e natural *bairrismo* de quem *Ama com fé e orgulho a terra em que nasceu*⁽³⁾.

(2) As notas explicativas são indicadas entre parêntesis rectos — [] — referindo-se, o número, à nota a ser consultada no capítulo próprio, no final deste trabalho.

(3) Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac (1865-1918) — Escritor brasileiro.

CONTEÚDO VALORATIVO DAS CARTAS DE FORAL

É extremamente importante para toda uma comunidade o conhecimento exacto da origem e raízes dos seus costumes, das suas tradições e da sua história.

Se, ao nível da história local, os documentos básicos para o seu conhecimento são, em primeira instância, as Cartas de Foral^[1], deverá o seu estudo ser tarefa primordial de todos aqueles que se preocupam com a valorização e significação das suas raízes culturais.

Se é extremamente difícil compreender a história social e económica do Portugal medievo, sem o conhecimento de uma das suas fontes mais antigas (os forais), maior importância assume o trabalho a desenvolver na exploração dessas importantíssimas fontes de conhecimento da vida das sociedades medievais portuguesas.

Importa, neste particular momento, auscultar e sentir o pulsar da vida nestes pequenos núcleos populacionais. Contributo significativo no seu conhecimento evolucionista, para se poder inferir da real importância e grandeza das gentes portuguesas no início da sua História.

O verdadeiro contributo facultado pelos estudos dos *primeiros* documentos, que instituem verdadeiros princípios autonómicos às populações dos núcleos medievais portugueses, está na valorização dos conceitos da história moderna. Aqui, após sentida a necessidade em penetrar mais profundamente nas verdadeiras sínteses históricas, estudando-se os municípios sob diversificadas perspectivas, nomeadamente nos seus aspectos político-jurídicos, sociais, económicos e antropológicos, vai-se mais longe.

Em termos de história moderna, o interesse no estudo dos forais reside no facto de nos oferecerem um manancial significativo de muitos dos aspectos da vida dessas populações, sejam eles de carácter económico, social, antropológico e político-jurídicos ou mesmo de mentalidades, hoje, para nós tão importantes como seus *herdeiros* que somos.

Os forais, documentos jurídicos, autênticos, outorgados pelas autoridades legítimas e competentes (os Monarcas), eram verdadeiras cartas de privilégio, regulamentando a vida de qualquer povoação nova, ou já existente, formada por homens livres, ou que ele reveste dessa condição.

Estes documentos englobam em si toda uma série de características que, simultaneamente, em comunhão, completam a sua própria definição. São uma *Lei escrita*, superiormente firmada, testemunhada e confirmada, *orientadora* ou sistematizadora, como uma norma de determinado grupo instalado dentro de *limites territoriais* normalmente por si definidos, sendo *relativa*, pois respeita às relações recíprocas de uns homens com outros e com a própria entidade outorgante.

Os forais, como cartas de privilégio, representam na época Medieval algo de novo, **escrito, relativo à orgânica local** das terras a que se destinam. Mas, mais do que isso, é o seu verdadeiro carácter *pactual* que o torna mais estável e valioso, uma vez que

o outorgante não tem a possibilidade de desmentir a concessão. Nem aos seus destinatários, os vizinhos, era dado o direito de desacatar as indicações do mesmo documento, o qual deveria ser cumprido *nos seus termos*, e muito menos eximir-se ao cumprimento das suas obrigações, tal como constam exactamente do documento.

Aqui, eram determinadas com rigor as bases legislativas do estabelecimento de um grupo populacional, independentemente de poderem obedecer a interesses ou necessidades da entidade outorgante, como sejam o povoamento de uma zona votada ao deserto, ou por necessidade de efectivar a defesa de zona carenciada do mesmo. Possivelmente, ainda, para chamar a si determinados rendimentos que se encontravam fortemente dispersos pelas mãos de autoridades senhoriais que, de forma acentuada e legal, fugiam às contribuições para a renda Real.

Com a criação dos Municípios, a autoridade Real tem a possibilidade de, para além de aumentar os seus rendimentos e a sua influência no país real, diminuir substancialmente o peso detido pelos senhorios, bem como o direito de transformação de determinados senhorios em terras reguengas.

Muito naturalmente, em qualquer tipo de contrato, existem interesses subjacentes a ambas as partes e, dessa forma, se para o Monarca havia o interesse de desenvolvimento ou defesa de determinados núcleos, por outro lado, eram feitas concessões aos povoadores.

Assim, os forais, como cartas de privilégio, consignavam determinados direitos às populações, então, extremamente significativos. Estabelecia-se o direito à propriedade privada e hereditária, permitindo a vida em sociedade de forma pacífica, implementando as regras administrativas e judiciais capazes de estabelecer a, ainda necessária, ordem hierárquica favorável ao bom funcionamento das comunidades e instituições.

A evolução da Municipalidade, através da outorga das Cartas de Foral aos concelhos portugueses, constatou-se ser da máxima importância para a continuidade da afirmação da individualidade e autonomia do país. Estabelece-se como que uma perfeita simbiose entre as partes que determinavam os mesmos princípios.

Enquanto os Monarcas procuravam um parceiro que lhes permitisse o estabelecimento das regras do poder, encontrando no povo, subjugado aos interesses e vontades senhoriais da época, o perfeito aliado para a efectivação dos seus objectivos. O povo, por seu lado, enquadrando cronologicamente o seu pensamento à época, sentia na pessoa do Rei a garantia de manutenção da sua tão desejada *liberdade*.

Os forais, documentos onde são registadas as bases jurídicas da convivência em sociedade, validam, numa época, por vezes injustamente, apelidada de *Idade das Trevas*, valores autonómicos, institucionais e democráticos de que hoje tantas vezes somos carecidos. Pelo facto, assumem-se como indispensáveis para o conhecimento das raízes históricas da nossa afirmação individualista, de que hoje tentamos ser, muito natural e inquestionavelmente, portadores.

Se a história da instituição e multiplicação dos concelhos é a história da influência da democracia na sociedade, da acção do povo na significação vulgar desta palavra como elemento político⁽⁴⁾, então, o trabalho de procura e estudo destes momentos da história das nossas vilas e cidades só poderá ser benéfico e capaz de contribuir para o contínuo progresso e evolução da nossa sociedade e política local e nacional, no sentido da seriedade democrática.

OS PRIMEIROS FORAIS

O foral mais antigo, outorgado a povoações localizadas dentro das actuais fronteiras de Portugal, é o de S. João da Pesqueira e vilas circunvizinhas, datado de 1055-1065⁽⁵⁾.

A este se seguiram mais dois, ainda no século XI, os de Coimbra (1085) e o de Santarém (1095).

Foi, no entanto, no decurso dos séculos XII e XIII que a outorga destes documentos, diplomas régios, se tornou mais corrente, mercê do grande impulso dado ao processo da Reconquista Cristã.

Se é um facto que *escassa meia dúzia de anos tinha bastado para que o domínio árabe se estabelecesse na Península*, também não será menos correcto afirmar que o processo de reconquista irá prolongar-se por cinco longos séculos.

Iniciada a reconquista nas Astúrias por acção de Pelágio, em meados do século VIII, o território, pelo qual Portugal é hoje composto, apenas ficará livre da presença Muçulmana em meados do século XIII, no reinado de D. Afonso III.

Ao longo de cinco séculos, foram inúmeros os problemas colocados aos Homens que iam liderando o processo, assumindo particular importância a defesa dos territórios que, gradualmente, passavam ao domínio dos vários reinos cristãos.

É, principalmente, mercê da grande necessidade de defesa e repovoamento das terras que vão sendo reconquistadas que se assiste a uma grande difusão na outorga de Cartas de Foral. Como nos diz Damião Peres, *trata-se, não só de continuar a povoação das terras ermidas, pelo aumento dos grêmios concelhios, como ainda de fortalecer as fronteiras, quer construindo baluartes de defesa, quer dando regalias e meios de acção àquelas instituições que mais próprias se tinham afirmado para a sua guarda e manutenção*⁽⁶⁾.

Uma questão que esteve sempre latente na defesa do território português foi a defesa das suas fronteiras, não apenas do perigo representado pelo inimigo Muçulmano, mas também pelos reinos cristãos vizinhos, da península.

Vai-se notando, então, a edificação, reedificação ou mesmo reaproveitamento de baluartes defensivos como o caso de Castelos, entre os quais o Castelo de Lanhoso⁽⁷⁾.

Paralelamente, verifica-se uma organização interna do Estado, o que vai de encontro às pretensões da política de defesa do território nacional. O resultado da necessidade de braços para o cultivo, defesa e segurança das terras vai ser, invariavelmente,

⁽⁴⁾ HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal*, Tomo III, Livro VII, Parte II, Lisboa 1894, p. 223.

⁽⁵⁾ Academia Real das Ciências de Lisboa, *Portugaliae Monumenta Historica — Leges et Consuetudines* (P.M.H. - L.C.), Lisboa, 1856.

⁽⁶⁾ PERES, Damiano, *História de Portugal*, Edição Monumental Comemorativa do 8.º Centenário da Fundação da Nacionalidade, Portucalense Editora, Barcelos, 1928, vol. II, p. 115.

a multiplicação dos *grêmios concelhos* ou organização de populações pré-existentes, através da outorga de Cartas de Foral.

Equivale tudo isto a dizer-se que, sob o ponto de vista militar, *aumentar os concelhos era aumentar o número de soldados que não recebiam soldo.*

Independentemente da íntima aliança entre o poder régio e a instituição municipal ter sido sempre contínua e gradual, uma grande parte da população portuguesa continuava sujeita a terras de *senhorio* particular dos nobres (*Honnas*) e de instituições religiosas (*Contos*).

Assiste-se a um grande incremento na atribuição de Cartas de Foral no decurso do século XII, em que desde a outorga de Carta de Foral a Treixedo (1102) até à de Belmonte (1199), constata-se terem sido outorgadas largas dezenas destes diplomas régios.

Será de notar que, se a D. Afonso Henriques competiu a tarefa de alargar a zona de influência do seu reinado, pelo que foi, *a posteriori*, cognominado de «O Conquistador», foram os seus sucessores que se incumbiram do povoamento, administração e exploração económica dessas terras.

Na centúria de duzentos, de Benavente (1200) a Lanhoso (1292), foram outorgadas outras largas dezenas destes diplomas.

CLASSIFICAÇÃO DO FORAL

As Cartas de Foral no seu conjunto, tornam-se, senão a única, pelo menos a principal fonte de elementos para o estudo do Municipalismo em Portugal.

Se o primeiro grande passo foi dado por Francisco Nunes Franklin⁽⁷⁾, o principal contributo para a sistematização do seu estudo foi dado por Alexandre Herculano com a transcrição dos Forais que efectuou⁽⁸⁾, e com teorias explicativas da classificação com que os dotou.

Baseados, segundo o mesmo Herculano, na organização do município de direito romano, pois, embora com outras designações, as magistraturas dos municípios romanos encontram-se total ou parcialmente nos municípios portugueses, admitindo a continuidade do Município Romano sob o domínio dos Visigodos e dos Muçulmanos. Para si, «os concelhos portugueses, ou anteriores à monarquia, ou fundados durante os séculos XII e XIII, podem dividir-se em três classes: rudimentares, imperfeitos e completos»⁽⁹⁾.

Quanto às municipalidades *perfeitas* ou *completas*, as que nos interessam, são divididas em 4 fórmulas⁽¹⁰⁾:

A primeira fórmula é a que tem por modelo o Foral de Santarém ou o de Lisboa;

A segunda a daqueles cujo tipo é o Foral de Salamanca;

A terceira a dos que reproduzem o de Ávila;

A quarta para aqueles que não têm tipo conhecido, variando indefinidamente entre si.

A fórmula que particularmente nos interessa neste momento é aquela em que se poderá inserir o concelho de Lanhoso, o qual, pelas características da sua Carta de Foral, bem como pelo que lhe serviu de modelo⁽¹¹⁾, deverá ser englobado nos concelhos de segunda fórmula, ou seja, do tipo do Foral de Salamanca.

(7) FRANKLIN, Francisco Nunes, *Memória para Servir de Índice dos Forais das Terras do Reino de Portugal e seus Domínios*, 2.^a Edição, Lisboa, Typ. da Academia Real das Ciências, 1825.

(8) P.M.H. - L.C.

(9) HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal*, Edição Crítica dirigida por José Mattoso, Lisboa, Bertrand, 1982, p. 92.

(10) *Idem*, p. 188.

(11) O foral que lhe serviu de modelo foi o da Vila de Prado, outorgado por D. Afonso III em 14 de Fevereiro de 1260.

Para Alexandre Herculano⁽¹²⁾, a este tipo de Foral correspondem os concelhos completos mais antigos, e são os mais importantes em número⁽¹³⁾, os melhores dotados de prerrogativas e liberdades.

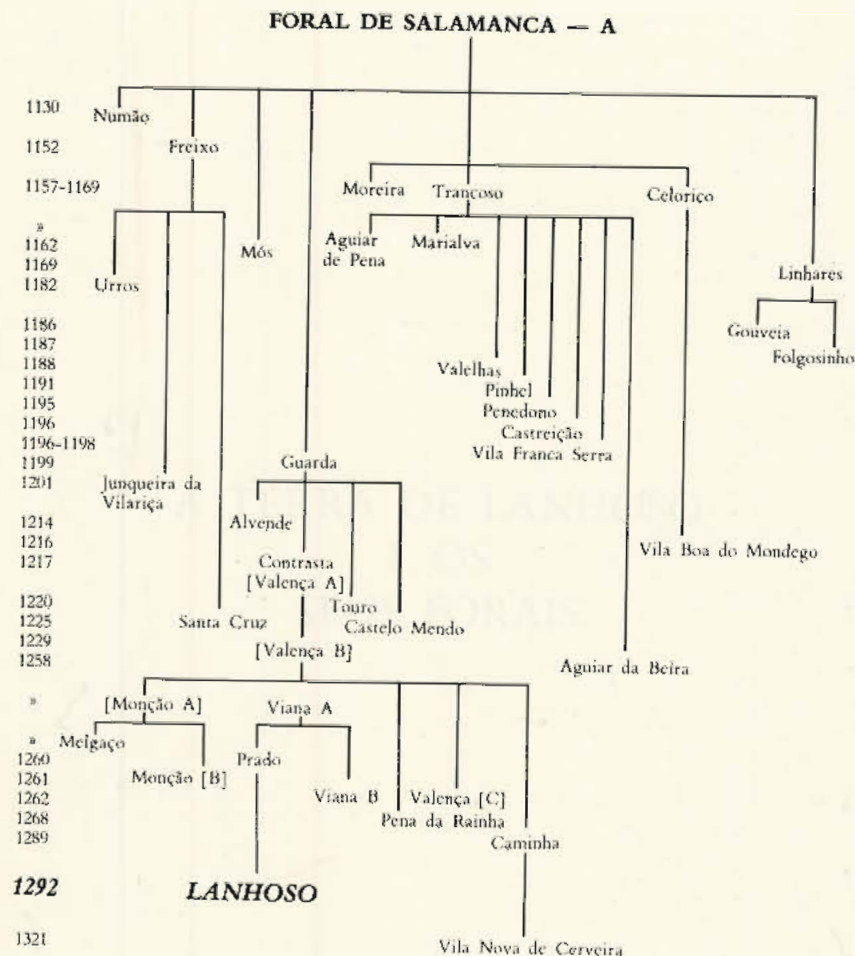
Como características deste tipo de Forais, deve-se dizer que ao lado dos magistrados jurisdicionais próprios, os alcaides, aparece aí regularmente um judex, delegado do poder central, e revestido exclusivamente de autoridade civil e não militar. A autoridade militar compete ao «senior» ou «personagem chefe de guerra que capitaneia, nos fossados, os cavaleiros vilãos, e que se denomina o *senhor da vila*», mais adiante reconhecido como o rico-homem a quem competia a tenência da região⁽¹⁴⁾.

Dentro deste grupo de concelhos, que adoptam a fórmula de Salamanca, temos: Numão, Freixo da Serra, Marialva, Celorico, Castreição, Trancoso, Penedono, Urros, Valhelhas, Penamacor, Guarda, Alpedrinha, Proença, Santa Cruz, Salvaterra do Extremo, Castelo Mendo, Idanha-a-Velha, Valença, Viana, Melgaço, Monção, Pena da Rainha e Prado.

O concelho de Lanhoso, vai englobar-se dentro deste tipo da classificação dos forais, uma vez que aquele que lhe serviu de modelo, pelas suas características, a ele obedece.

Não obstante a classificação feita por Alexandre Herculano sofrer muitas contestações por parte de diversos historiadores⁽¹⁵⁾, a verdade é que todos eles partem da classificação por si estabelecida, tentando conseguir a forma de mais se aproximarem das realidades dos nossos municípios. Contudo, a classificação que aqui se apresenta é baseada na classificação de Alexandre Herculano.

Mais correctamente poderá ser explicada a ordem seguida na outorga de Cartas de Foral aos concelhos deste tipo pelo quadro que seguidamente se apresenta⁽¹⁵⁾:



(12) HERCULANO, Alexandre, ob. cit.

(13) REIS, António Matos, *A Origem dos Municípios Portugueses*, Livros Horizonte, 1991.

(14) Idem.

(15) Adaptado de um quadro existente; in: REIS, António Matos, ob. cit., p. 172.

Como se observa no mapa apresentado, a grande maioria dos concelhos ali enunciados pertencem à região do Distrito da Guarda. No entanto, 7 desses mesmos concelhos são do Distrito de Viana do Castelo (Caminha, Melgaço, Monção, Valença — e Contrasta — Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira) e 2 do Distrito de Braga (Prado e Lanhoso). Entre estes, realce-se um concelho numa localização geográfica intermédia, Aguiar de Pena.

Com esta introdução feita à questão das municipalidades e das suas Cartas de Foral, entre as quais se encontra a do concelho de Lanhoso, que é o objecto do presente estudo, vamos prestar uma especial atenção ao tema seguinte, **A TERRA DE LANHOSO E OS SEUS FORAIS**.

O FORAL ANTIGO

A TERRA DE LANHOSO E OS SEUS FORAIS

O FORAL ANTIGO

Apesar das inúmeras tentativas feitas no sentido de encontrar o documento original da Carta de Foral, outorgada por El Rey D. Dinis à vila e concelho de Lanhoso no dia 25 de Setembro do ano de 1292, da Era de Cristo, quer no Arquivo Municipal da Póvoa de Lanhoso quer no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, não foi possível encontrar registo do seu paradeiro.

Consegui, no entanto, ter acesso à cópia do mesmo documento existente no **Livro I de Doações de D. Dinis** (fl. 256 v. e seg.), no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Acerca do paradeiro desta Carta de Foral, diga-se que D. Manuel I, por Carta Régia de 22 de Novembro de 1497, emanada de Évora (escrita por Vicente Pires)⁽¹⁶⁾, na qual é dito que se deveria proceder à recolha de todos os Forais, Tombos e escrituras que *sobre aquele assunto pudessem existir*. Apelava então, para que fossem enviados os próprios originais, para se proceder às respectivas substituições por Forais Novos^[6].

Quando os originais dos denominados *Forais Antigos* iam chegando à Chancelaria de D. Manuel, procedia-se ao seu estudo, de acordo com as Inquirições para o efeito efectuadas^[7], e preparação dos novos textos que posteriormente eram enviados, os novos forais, hoje *Forais Novos*.

Como não me foi possível encontrar o diploma original do antigo concelho de Lanhoso no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, parto do princípio de que o mesmo não terá chegado a integrar os seus fundos documentais.

Idêntica situação se verifica no que se relaciona com a sua existência no Arquivo Municipal da Póvoa de Lanhoso, pois o documento não foi, ainda, achado nos seus fundos documentais, apesar da remodelação e reorganização a que está a ser sujeito com a acomodação e inventariação de todas as séries dos variados fundos, na qual estive envolvido, parcialmente, durante os anos de 1989 e 1990.

É verdade que nunca houve conhecimento do local onde estaria este documento, nem mesmo de fonte oral, pelo que se supõe o seu extravio ou destruição na sequência de algum *acidente*, como possa ter sido um incêndio parcial, vítima de algum tumulto *revolucionário*, ou outra situação que se desconhece.

É, apesar de tudo, possível, proceder ao estudo do texto do documento de que este ano se assinala o VII Centenário da sua outorga, através da cópia, já indicada, dos registos do Arquivo Nacional.

Justifica-se, pois, uma chamada de atenção, para a importância que deve merecer, por parte das autoridades Municipais, a preservação e salvaguarda das espécies documentais existentes nos seus arquivos. Independentemente do seu valor, enquanto *arquivo corrente*, ter terminado, pelo valor que poderão representar no futuro, e não obstante

(16) FRANKLIN, Francisco Nunes, ob. cit.

arquivo morto, é, muitas das vezes, razão suficiente para serem sujeitos a segura acomodação.

O que se aponta é válido para todos os documentos com valor histórico incomparavelmente inferior àquele a que se fez referência.

Desta forma existirá material em abundância para poder ser facultado a quem pretender tomar a ombros a reconstrução da História das Terras de Lanhoso e, no futuro, da Póvoa de Lanhoso.

Chamo ainda a atenção para a particularidade, que será certamente digna de reparo por parte de quem fizer uma leitura mais atenta desta Carta de Foral, da datação do documento que se transcreve, aparentemente, não corresponder, aos 700 anos que se dizem decorridos neste ano de 1992⁽¹⁷⁾.

Na verdade, este documento é datado do dia 25 de Setembro de 1330, apenas acrescido do pormenor de se reportar à Era de César, a qual se iniciou no ano 38, relativamente à Era Cristã, o que nos conduz indubitavelmente à data de 25 de Setembro de 1292, de que este ano se comemora o VII Centenário⁽¹⁸⁾.

O FORAL NOVO

Esta Carta de Foral surge na sequência da reforma de todos os Forais, Tombos e Escrituras, ordenada nos últimos anos do século XV por El Rei D. Manuel.

A propósito desta grande tarefa desenvolvida por este Monarca, da qual resultaria, mais do que uma nova Carta de Foral, a renovação, confirmação e actualização das que haviam já sido anteriormente outorgadas, como é o caso de Lanhoso, Francisco Nunes Francklin⁽¹⁹⁾ diz:

« Entre as Gloriosas empresas do Senhor Rei D. Manuel se não foi a maior, ao menos de muita importância a Reforma que mandou fazer dos Forais de todas as terras do Reino.

Como natural amador da honra, e desejoso de deixar de si memória, mui prudentemente, de claro e bom juízo como delle diz seo chronista Damião de Góis, considerando quanto para bem reger seus subditos, e para melhor cumprimento de inteira e igual justiça, convinha regular os direitos de cada huma das cidades, villas e lugares; deo-lhe leis particulares (além da Reforma das Ordenações Antigas, que fez compilar para todo o Reino) acerca da policia, juizo, impostos, privilégios, e condição civil de cada huma dellas.»

Na sequência desta reforma das Cartas de Foral (recorde-se a nota explicativa 6) e outras cartas de privilégio, efectuada por D. Manuel, cognominado de «O Venturoso», o concelho de Lanhoso recebeu nova Carta de Foral outorgada a 4 de Janeiro de 1514, na cidade de Lisboa.

O documento, que aqui se expõe, não é, tal como acontece com o *Foral Antigo*, o original. É, sim, a cópia constante do *Livro de Forais Novos do Minho* Col. I (fl. 35 e seg.).

Relativamente ao *paradeiro* do original do documento apresentado, ele é desconhecido e, tal como o primeiro, constituía uma das pérolas preciosas dos nossos fundos documentais, não apenas pelo valor e significado histórico do seu texto (*possível* de recuperar, em parte, através da cópia a que já foi feita referência e que consta do presente trabalho), mas mais exactamente pelo valor artístico e de significância do importante marco da nossa história local.

Da existência deste documento, em posse das legítimas autoridades Municipais, há conhecimento de que ela se verificava correcta há, não muitos, anos atrás. No entanto,

(17) Ver data de outorga do foral: 25 de Setembro de 1230.

(18) FRANKLIN, Francisco Nunes, *ob. cit.*

ao que parece, dizem que o mesmo seguiu rumo desconhecido, mecê da incúria de uns e, ou, da sede de entesouramento de outros.

Se efectivamente se verificou o desaparecimento do documento original, composto de 13 folhas ⁽¹⁹⁾ com iluminuras, que fazem dele uma obra de arte, revestido com uma capa em pele genuína, como era da *praxe*, por artes de malvadez, desconhecido até ao presente momento como existente em posse das autoridades legítimas, constitui o facto uma ofensa a todos os que se sentem, com orgulho, verdadeiros Povoenses.

BREVE PANORÂMICA SOBRE A EVOLUÇÃO DOS LIMITES GEOGRÁFICOS DO CONCELHO

Os limites geográficos, correspondentes ao antigo concelho de Lanhoso, não são enunciados expressamente na cópia do Foral Antigo, permanecendo algumas dúvidas relativamente à sua verdadeira delimitação.

É, no entanto, indicado no texto do documento, que são concedidos os limites do Julgado de Lanhoso.

De acordo com as inquirições de D. Afonso II realizadas em 1220 ⁽²⁰⁾, fazem parte da *Terra de Lanhoso*:

Sancto Martino de Aquis Sanctis de Mauri ⁽²¹⁾⁽²²⁾⁽²³⁾ *Sancto Petro de Aaridi* ⁽²⁴⁾ *S. Paio de Brunhães* ⁽²⁵⁾ *Sancto Genesio de Calvos*; *Sancto Juliano de Covelas* ⁽²⁶⁾⁽²⁷⁾ *Sancto Bartolomeu de Villar da Esperança* ⁽²⁸⁾ *Sancto Martino de Ferreiros* ⁽²⁹⁾⁽³⁰⁾ *Monasterio de Fonte Arcada* ⁽³⁰⁾⁽³¹⁾

⁽²⁰⁾ Academia Real das Ciências de Lisboa, *Portugaliae Monumenta Histórica — Inquisitores*. Lisboa, 1888.

⁽²¹⁾ COSTA, Pe. Avelino de Jesus, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, Vol. II, pp. 100, 292. «De Sancto Martino de Aquis Sanctis de Mauri.»

⁽²²⁾ Idem. pp. 114, 303.

⁽²³⁾ S. Pedro de Ajude.

⁽²⁴⁾ Paróquia referida em documento de 1059.

COSTA, Pe. Avelino de Jesus, ob. cit.

⁽²⁵⁾ Idem. Com referência documental desde 1124.

⁽²⁶⁾ Idem.

Referida, também em documentos de 1320, 1371, 1400, 1424. Em 1528 unida a Lanhoso.

⁽²⁷⁾ Idem. Referida documentalmente desde 1059.

⁽²⁸⁾ Idem. Referida documentalmente desde 1179.

⁽²⁹⁾ Existe uma segunda paróquia em Ferreiros, *Sancto Michael*.

⁽³⁰⁾ Com referência documental desde 1128 - 1175.

COSTA, Pe. Avelino de Jesus, ob. cit., pp. 115, 144-145.

Segundo o mesmo autor, a concessão da Carta de Couto a este Mosteiro terá sido feita por D. Afonso Henriques, independentemente da construção da Mosteiro, datado do século XI.

⁽¹⁹⁾ Ver cópia do Foral Novo do Concelho de Lanhoso: e *may scripto ho original em xiiij folhas sooscripto e assynado pollo dito Fernam de Pina*.

Sancto Stephano de Geraz ⁽³¹⁾⁽¹¹⁾; *Sancto Jacobo* ⁽³²⁾⁽³³⁾; *Sancto Martinho de Lauredo* ⁽³⁴⁾; *Sancto Martino (de Campo) de Lauredo* ⁽³⁵⁾; *Sancta Maria de Mauri* ⁽³⁶⁾⁽³⁷⁾; *Sancta Maria de Rendufe* ⁽³⁸⁾; *Sancto Miliano*; *Sancto Michael de Taide* ⁽³⁹⁾; *Sancto Martino de Travazos* ⁽⁴⁰⁾; *Sancto Michael de Vilela* ⁽⁴¹⁾⁽⁴²⁾ e *Sancta Tecla* ⁽⁴³⁾.

As indicações constantes das inquirições de D. Afonso II, de 1220, para além destas terras, que actualmente fazem parte integrante do concelho da Póvoa de Lanhoso, refere-se ainda, no mesmo termo, a:

Sancto Salvatore de Rociis, Sancto Adriano de Sautelo, Sancto Jacobo de Paredes e Sancta Maria de Latrones.

Segundo as mesmas Inquirições de 1220, no termo de S. João de Rei ⁽¹²⁾ encontramos:

Sancto Martino de Muzur, Sancto Johanne ⁽⁴⁴⁾⁽⁴⁵⁾ e *Sancta Maria de Verim* ⁽⁴⁶⁾.

(31) Idem. Referida em documento de 1162.

(32) S. Tiago de Lanhoso.

(33) Com referência documental desde 1086.
COSTA, Pe. Avelino de Jesus, ob. cit., pp. 103, 104 e pp. 291, 295.

(34) Idem, p. 114.
Referida em documento de 1128, 1320, 1371 e 1420.

(35) Idem.
S. Martinho de Campo, excepto na data de 1320, em que aparece no termo do Chantrado, aparece sempre referida no termo de Lanhoso.

(36) Idem, p. 99.
Referenciada em documento de 1101, relativamente a uma doação à Sé de Braga.

(37) Existem memórias de que a sua história poderá remontar ao ano de 716:
BIBLIOTECA POPULAR DE LEGISLAÇÃO, ob. cit., p. 721.
«Existia no tempo dos Suevos, porque consta de documentos terem os moros artazado aqui um convento de frades beneditinos no anno de 716.»

(38) COSTA, Avelino de Jesus, ob. cit., p. 105, 293.
Referida, também, em documentos de 1320, 1371, 1400 e 1528.

(39) Idem, p. 115.
Com referência documental desde 1208.

(40) Idem.
Referida em documento datado de 1059.

(41) Idem, pp. 114, 303.
Referida em documento de 1059 e 1219.

(42) Idem, pp. 114, 303.
De referir que o lugar de S. Tomé foi freguesia sufragânea da de Vilela, com referências documentais desde 1134.

(43) Hoje lugar da freguesia de Geraz.

(44) S. João de Rei (S. João Baptista).

(45) Com referência documental desde 1053.
COSTA, Pe. Avelino de Jesus, ob. cit., p. 101-294.

(46) Idem.
Com referência documental desde 1207.

No termo de Penafiel de Soaz ⁽¹³⁾:

Sancto Romano de Frades ⁽⁴⁷⁾; *Sancto André de Freandi* ⁽⁴⁸⁾ e *Sancto Petro de Cerzedello* ⁽⁴⁹⁾.

Do termo de Guimarães faziam parte:

S. Cosme de Garfe ⁽⁵⁰⁾ e *S. Thiago de Sobradello* ⁽⁵¹⁾.

Galegos (S. Martinho), tem como primeira referência documental a data de 1258 ⁽⁵²⁾, embora se saiba que tem origens bem anteriores, pelo menos desde a permanência nessas terras de *D. Fafes Serrazim de Lanhoso* ⁽⁵³⁾⁽¹⁴⁾.

Oliveira (S. Tiago), apenas nos aparece referida documentalmente a partir de 1258 ⁽⁵⁴⁾.

Ficam assim referidas as freguesias que compõem o actual concelho da Póvoa de Lanhoso, existentes à data da outorga da Carta de Foral ao concelho de Lanhoso por D. Dinis (25 de Setembro de 1292), bem como a sua proveniência originária.

Se, à data apontada, havia terras que irão transitar do Julgado de Lanhoso para outras circunscrições, outras há que se virão somar a algumas então ainda existentes, provindo dos locais já indicados (ou de outros), até se atingir a actual composição do concelho da Póvoa de Lanhoso.

Aponte-se como referência a data de 1706 ⁽⁵⁵⁾, em que faziam parte integrante deste concelho:

Brunhais (S. Paio), Campo (S. Martinho), Esperança (S. Bartolomeu), Galegos (S. Martinho), Lanhoso (S. Tiago), Louredo (S. Martinho), Oliveira (S. Tiago), St.º Emilião (St.º Emilião), Serzedelo (S. Pedro), Taide (S. Miguel), Travassos (S. Martinho), Vilela (S. Miguel) ⁽⁵⁶⁾.

(47) Idem.
Com referência documental em 1059 e 1258.

(48) Idem.
Com referência documental desde 1207.

(49) Idem.
Em 1258 aparece referenciada nos Julgados de Penafiel de Soaz e de Lanhoso.

(50) Idem.
Com referência documental de 1095. No *Censual das terras de Guimarães*.

(51) Idem.
Com referência documental de 959.

(52) Idem.

(53) In: NORTON, Manuel Artur, *Livro Antigo de Linhagens (Achegas para a sua coordenação)*, Instituto Português de Heráldica, Lisboa, 1974.
COSTA, Américo, *Dicionário Chorográfico de Portugal Continental e Insular*, Porto, 1929.

(54) Nas datas de 1320, 1371 e 1528, aparece no termo de Vieira.
COSTA, Pe. Avelino de Jesus, ob. cit.

(55) In: COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa e descrição topográfica do famoso Reino de Portugal...*, 3 vols., Lisboa 1706-1712.

(56) Fazia, ainda, parte integrante deste concelho a freguesia de Soutelo (St.º Adrião), que hoje integra o concelho de Vieira do Minho.

Na mesma data encontrava-se neste concelho o Couto de Fontarcada, de que faziam parte:

Águas Santas (S. Martinho), Calvos (S. Gens), Covelas (S. Julião), Geraz do Minho (St.^o Estêvão), Moure (St.^a Maria), Rendufinho (St.^a Maria) e St.^a Tecla (anexa à de Geraz do Minho).

O concelho de S. João de Rei era composto por:

Ajude (N.^a Sr.^a)⁽⁵⁷⁾, Friande (St.^o André)⁽⁵⁸⁾, S. João de Rei (S. João Baptista) e o Couto de Pousadela, constituído pela freguesia de Monsul (S. Martinho).

No concelho de Ribeira de Soaz encontrava-se⁽⁵⁹⁾:

Couto de Parada de Bouro, de que faziam parte as freguesias de Frades (St.^o André) e Friande (St.^o André)⁽⁶⁰⁾.

No concelho de Guimarães permaneciam ainda Garfe (S. Cosme e S. Damião) e Sobradelo da Goma (St.^a Maria).

Desde 1706 até aos dias de hoje, foram múltiplas as variações nas delimitações das circunstâncias indicadas. Nomeadamente, o concelho de Lanhoso, em 1758, tinha já uma composição diferente⁽⁶¹⁾.

No entanto, refira-se que após a extinção do Couto de Fontarcada⁽⁶²⁾, do concelho de S. João de Rei⁽⁶³⁾ e de Ribeira de Soaz⁽⁶⁴⁾, bem como dos decretos que transfere definitivamente as freguesias de Garfe e Sobradelo da Goma para o concelho da

(57) O orago é hoje o mesmo de 1220, S. Pedro.

(58) Anexa à de Vieira. Pertence ao concelho de S. João de Rei apenas no eclesiástico, pois, no civil pertencia ao couto de Parada de Bouro, no concelho de Ribeira de Soaz.

(59) Referem-se apenas as freguesias que hoje integram o concelho de Lanhoso, pois, deste couto, fazia também parte Parada de Bouro (S. Julião).

(60) Ver nota (58).

(61) Para melhor análise da evolução da organização do concelho da Póvoa de Lanhoso, será preferencial a consulta da obra:

NORTON, Maria Henriqueta C. R. Teixeira da Mota, *O Inquérito de 1758 do Pe. Luís Cardoso, Col. Terras de Lanhoso — Monografias I*, C.M. Póvoa de Lanhoso, 1987.

(62) Em 1758 era composto apenas pela freguesia de Fontarcada (O Salvador) e pelos lugares de S. Gens e Paredes, da freguesia de Calvos.

NORTON, Maria Henriqueta C. R. Teixeira da Mota, ob. cit., p. 15.

(63) Definitivamente extinto em 31 de Dezembro de 1853. Já antes, 1836, tinha sido decretada a sua extinção, voltando a ser constituído em 4 de Julho de 1837.

(64) Extinto em 17 de Fevereiro de 1852.

Póvoa de Lanhoso⁽⁶⁵⁾ e cria a freguesia da Póvoa de Lanhoso (N.^a Sr.^a do Amparo), a composição do concelho fica então completa, o que acontece apenas durante este século⁽⁶⁶⁾⁽⁶⁷⁾⁽⁶⁸⁾.

Tratadas estas questões, com a objectividade possível, completa-se este capítulo *A Terra de Lanhoso e Os Seus Forais*, passando-se então ao verdadeiro estudo da razão de ser deste trabalho no presente momento:

O FORAL DO CONCELHO DE LANHOSO — 1292.

(65) Garfe, após a sua transição do concelho de Guimarães para o da Póvoa de Lanhoso, volta ao primeiro (por Decreto) em 14 de Agosto de 1895, o qual é anulado em 13 de Janeiro de 1898.

Sobradelo da Goma pertenceu ao concelho de Guimarães até 24 de Outubro de 1855, tendo sido vigaria da apresentação da Colegiada de Oliveira, Guimarães.

(66) Decreto n.º 18.686 de 29 de Julho de 1930. Ver nota (16).

(67) O concelho da Póvoa de Lanhoso é hoje constituído por 29 freguesias, ocupando uma área total de 132,997 km² e com uma população de 21 638 hab. (Censos de 1991).

(68) Refira-se que a última questão, relativamente a delimitações territoriais, acontecem nos finais dos anos 30 e inícios de 40 deste século XX.

A propósito leiam-se as obras:

Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, *No Enxuro de Vieira... não vai nele a Póvoa de Lanhoso*, Minerva, Vila Nova de Famalicão, 1940.

Câmara Municipal de Vieira do Minho, *Das Águas do Ermal... Às Águas Lustrais da Póvoa*, Tip. Augusto e Costa, Braga, 1941.

FORAL ANTIGO
DO CONCELHO DE LANHOSO

OUTORGADO POR D. DINIS
EM 25 DE SETEMBRO DE 1292

CÓPIA

to aut i certu aut i Conailio pcomizato p cussere
sui manū petter. *sergenti. ff. ad Conailiū. i. sit*
ide septima de piliato p manu iudicis. Et dā li
bi fuyto dñe fuyti p caput sui cabū. i. alius p
resotto diuidat cū iudice p mediu. Et ille qui
domū fecit aut vineā aut hēditate sua honora
uit i illa uno anno sedepit. si postea talu qā lu
bitate uoluit. finat ei sui hēditate ubiqz habi
tauit. Et si ei uende uoluit. uendit ei cū no
luit p for de upa villa. Et homines de villa de
Layoso qui debūnt facē iudiciū aut iuncti cū
alijs homibz d alijs tēpze habeat illd i cūto suoz
ēmmoz. Et de ub p foro qd nulles d villa d Layo
so stet p i fauore de toto mo. *2. tēpno. i. iudicio*
i iugamto i iuncti ipm cū duobz iuga coubue
i pedes stet p milite uillano de tōne tēpze tūct
i iudicio i iugamto i iuncti cū duobz iugatoribz
Et hōies q de sine tēpze exegit cū homicidio aut
cū muliere paupti ut cū alia q libi calūpnia.
excepto q nō ducat muliere aliena de bndictiō
lo i fecit se vassillū de aliq hōie de villa d Layo
so sit liber tēpze fensa p for de villa de Layoso et
sit de q libi alia tēpze uenit cū iunūcia.
aut cū pignora post q i iunūcia de villa de
Layoso i tēpze sumūto cū post ipm i tēpze
i ei pigno abstulit aut aliquid malū ei fa
cit. pter dñō qui tenuit ipam. villa quinge
tes ff. *doublet ei pigno cū abstulit i lūo*
res quoz ferept. Et qui hōiem d villa d Layo

so pignora i ante nō petere cū. in Conailio.
iug petet ad palatū *sergenti. ff. i duplex pignora*
illi cū abstulit. Et homo de alia tēpze qui milite
de villa de Layoso de scailgaur pter. *Le. ff. Et fo*
de villa de Layoso qui milite de alia tēpze de scail
gaur petet. *N. ff. Et si homo de alia tēpze apre*
ledit hominem de villa de Layoso. tēu i pñone
uñsit petet. C. ff. Et si hō de villa de Layo
so apñe de pñ hōiem de alia tēpze petet. *N. ff. Et*
si hō de villa de Layoso p aliq fiduissoria p medi
ū annū nō fuit pñsio sit liber de illa i sinor
cū fuit mulier i filij eiō sunt libi de illa. Et hō
nes de villa de Layoso nō soluit pignora p dñō
de villa de Layoso. neqz p mēpñmo neqz sunt pig
nora p suo mano. Et milite de villa de Layo
so. neqz mulieres uidue nō deit pñsadi per
for de villa de Layoso nō pedones p manu iudi
cie usqz ad tēpze die. Et hōies de upa tēpze
qui sedepit i iug hēditates. aut i iugz solapz
i dñy eiō nō fuit ibi uenit ad signū iudicis.
i dñt fiduissores q respondant ad dñtū. q uē
nunt dñi sui i si fecit calūpnia petet ei dñe
sine i septima ad palatū i nō fuit ad alium
hōiem. n. ad dñe sine i quoz solapz sedepit.
Et senā i vinee mee si eae ibi habūto habeat
tale for q le senye ipe i vinee ipe habūnt
Et q manū sui occidit. i domo sua fugit.
qui post ipm i tēpze ubi cū iunctant pter.
C. ff. Et qui muliere forauit. i ipe nate

interdico uenit. si ipse cum duodecim non potest se sal
uare. **CCC. ff.** Et qui mulierem alienam percu
sit perdat ad suum maritum. **xxv. ff.** et septima ad
paliatū. Et homo de villa de Layoso qui fideiussor
fuit dicitur noluit per interdicere de qua cum inquitur
de deperit duos homines fideiussores et ipse etiam fuisse
quem inquitur noluit percuere fideiussores et pos
tea inquitur totum Concilium perdat bonuadū.
sive puerum. Et paliatū meū et paliatū epi ha
beat calumpnia. tota villa habeat unum fore. Et ho.
de villa de Layoso qui fideiussor requirit. si coactor cum
noluit quētem fideiussore fecerit. tale perdat. et si
huit illū suū interdicere inquitur illū ipse et erit ipse
de fideiussore de suspectis. **x. ff.** ad munus. inquit
cum uno uicario quētem huit. **de. x. ff.** ad sup. inquit
cum duobus uicariis. Et ho. de villa de Layoso quē
tem uoluit ad alium dūm ut ei beneficium sua
casa et sui hereditas et uxor sui et filij sui. sint lib.
et soluti. per fore de villa de Layoso. Et etiam ubi pro
fop q. non habentis alium dūm. n. me. **l. i. ff.** de uo
re inquit et filie mae. Et ho. de villa de Layoso.
qui habuit mulierem ad benedictos si ei leuauit
perdat unum den. ad iudicem. Et si mulier leuauit
unum suum maritū quē huit. ad benedictos perdat.
CCC. ff. medietate ad paliatū et medietate ad ma
ritū suū. Et qui dissipat casam cum lanceis et
cum sanctis de la porta adent perdat. **CCC. ff.** medie
tate ad dūm de ipsa casa et medietate ad paliatū.
Et qui percuisset suū uicariū cum spata. **per. x. ff.** et sep

tima ad paliatū. Et qui percuisset uicariū suū cum la
cea et erit de una parte et alia parte perdat. **xx. ff.** et sep
tima ad paliatū. si non erit de alia parte perdat.
x. ff. et plaga unde ossa erit primo quā ossa perdat.
ff. et septima ad paliatū et de alia plaga. **x. ff.** et septi
ma ad paliatū. Et per tota pignora siue sit de pali
to siue sit de Concho recipit fideiussore per ad fore.
Et accedo ubi q. non habeat de fessam. nec more nec
religū. n. de toto Concho in toto accipiat mota
tū. de granatic de villa de Layoso. Et homines de
villa de Layoso non dent portatū in toto mo. **l. i. ff.**
non in modo q. capiat portatū in villa de Layoso
salus de capiga de pedone. q. medietate de
Cabillo. **q. ff.** de muli. **ff.** de boue. **vi. d.** Et de
toto portatū q. uenit ad villa de Layoso hospes v
bi possunt accipiat etiam parte et portatū accipiat
duas partes. Et uicario de villa de Layoso non possit
deit siue puerum. Totas istas interdicere uidetur.
Alcaldes de villa ipsa ipsa etiam. talis interdicere ui
detur sedm arbitrium bonos hominum. **ff. etiam Coli
le. xvi. die. Septembris. l. i. ff.** mandata. **E. d.**
CCC. xx.

Inssane dono Alfonso tenes Cardia.
Dono Alano egidij Alfezer auyre.
Dono Alano ibnia filio quādoni jme egidij.
Dono Alano egidij filio pda Alfezer.
Dono Lauretio fuerij de Valadarez.
Dono Johne Joderiq de bycajor.

TRANSCRIÇÃO

FORAL DE LANHOSO

(Fl. 256 v.)

In Christi nomine amen. Noverint universi quod ego Dionisius Dei gratia Rex Portugalie et Algarbii una cum uxore mea Regina dona Helisabeth filia quondam illustris domini Petri Regis Aragonie facio cartam de foro vobis populatoribus de mea popula de Lanyoso tam presentibus quam futuris et do vobis et concedo terminos de toto iudicatu de Lanyoso et quicquid ego habeo vel de jure habere debeo infra terminos supra scriptos do et concedo vobis et successoribus vestris in perpetuum salvis mihi ecclesiis meis de ipsa villa et de suis terminis cum jure patronatus ecclesie vel ecclesiis factis et faciendis quas retineo pro ad me. Et si aliquae mee ecclesie ibi debent mihi facere censuriam aliquam do vobis eam in adjutorium pro ad pagandum mihi et successoribus meis rendam de ipsa terra et salva mihi et successoribus meis ipsa mea pausa in qua ego debeo pausare et alius nom. Et omnia alia jura que ego habeo vel de jure habere debeo in predicto

judicato de Lanyoso do vobis et successoribus vestris tali videlicet pacto quod vos et omnes successores vestri detis mihi et successoribus meis anuatim mille libras. Et debetis eas mihi dare vel meo almoxarif Vimarani ad tercias anni scilicet primam terciam pro festo Nathalis Domini et secundam terciam pro festo Pasche et aliam terciam pro festo Sancti Johannis Baptiste. Et debetis mihi dare unum hominem filium de algo talem qualem mihi placuerit qui faciat mihi et successoribus meis menagium pro ipso castello de Lanyoso qui guardet illud mihi et vos debetis eum soldadare in vestris propriis denariis.

Et in toto vestro termino non debet habere ulla rogacia nisi in vestra villa salvo quod vendat unusquisque suum panem et suum vinum et alia que habuerit de sua collecta ubi voluerit. Et in aliis rebus do vobis et concedo forum de villa de Prado quod tale est. — In primis concedo vobis quod non detis pro homicidio nisi CCC^m solidus in apreciatura et de illis CCC^{ts} solidos detis inde septinium ad palacium per manum judicis et in aliquo preyto vel in aliqua calumpnia non intret meus meirinus nisi iudex de vestro concilio et tertia pars de vestro concilio faciat fossatum et alie due partes stent in vestra villa et de illa tertia que debuerit facere fossatum ille qui ibi non fuerit pectet pro fossadeyra quinque solidos in apreciatura et non faciat fossatum nisi *com* (sic) domino vestro una vice in anno nisi fuerit per beneplacitum vestrum et clerici et pedones non faciant fossatum et non intret ibi nuntius neque manaria de aliquo homine de Villa de Lanyoso. Et qui in termino de Lanyoso filiam alienam repperit contra suam voluntatem pectet ad palacium, CCC^m solidos et exeat pro homicida. Et si aliquis inter vos in merca-

(fl. 257)

to aut in ecclesia aut in concilio preconizato percusserit suum vicinum pectet sexaginta solidos ad concilium et sit inde septima de palacio per manum judicis. Et de quodlibet furto dominus furti recipiat suum cabum et alias partes octo dividat cum iudice per medium. Et ille qui domum fecerit aut vineam aut hereditatem suam honoraverit et in illa uno anno sederit si postea in alia terra habitare voluerit serviat ei sua hereditas ubicumque habitaverit. Et si eam vendere voluerit *vendit* (sic) eam cui voluerit per forum de vestra villa. Et homines de villa de Lanyoso qui debuerint facere iudicium aut vindictam cum aliis hominibus de aliis terris habeant illud in cabo suorum terminorum. Et do vobis pro foro quod milles de villa de Lanyoso stet pro infantione de toto meo Reyno in iudicio et in juramento et vincat ipsum cum duobus juratoribus et pedes stet pro milite villano de totis terris meis in iudicio et in juramento et vincat cum duobus juratoribus. Et homines qui de suis terris exierint cum homicidio aut cum muliere rausata vel cum alia qualibet calumpnia excepto quod non ducat mulierem alienam de benedictionibus et fecerit se vassalum de aliquo homine de villa de Lanyoso sit liber et defensus per forum de villa de Lanyoso. Et si homo de qualibet alia terra venerit cum inimicia aut cum pignora postquam in terminum de villa de Lanyoso intraverit si inimicus eius post ipsum introierit et ei pignus abstulerit aut aliquid malum ei facerit pectet domino qui tenuerit ipsam villam quingentos solidos et dupplet ei pignus cui abstulerit et labores quos fecerit. Et qui hominem de villa de Lanyo-

so pignoraverit et ante non pecierit eum in concilio vestro pectet ad palacium sexaginta solidos et duplet pignoram illi cui abstulerit. Et homo de alia terra qui militem de villa de Lanyoso descavalgaverit pectet LX solidos. Et homo de villa de Lanyoso qui militem de alia terra descavalgaverit pectet Ve solidos. Et si homo de alia terra apprehenderit hominem de villa de Lanyoso et eum in prisione miserit pectet CCC^{us} solidos. Et si homo de villa de Lanyoso apprehenderit hominem de alia terra pectet Ve solidos. Et si homo de villa de Lanyoso pro aliqua fidejussoria per medium annum non fuerit requisitus sit liber de illa et si mortuus fuerit mulier et filii eius sint liberi de illa. Et homines de villa de Lanyoso non solvant pignora pro domino de villa de Lanyoso neque pro meyrino neque sint pignorati pro suo vicino. Et milites de villa de Lanyoso neque mulieres vidue non dent pousadam per forum de villa de Lanyoso nisi pedones per manum iudicis usque ad tertiam diem. Et homines de vestris terminis qui sederint in vestras hereditates aut in vestros solares et domini eorum non fuerint ibi veniant ad signum iudicis et dent fidejussores quod respondeant ad directum quando venerint domini sui et si fecerint calumpniam pectent eam dominis suis et septimam ad palacium et non serviant ad alium hominem nisi ad dominos suos in quorum solares sederint. Et senare et vinee mee si eas ibi habuero habeant tale forum quale senare vestre et vinee vestre habuerit. Et qui vicinum suum occiderit et in domo sua fugerit qui post ipsum intraverit et ibi eum mactaverit pectet CCC^{us} solidos. Et qui mulierem forcaverit et ipsam voces

(fl. 257 v.)

mittendo venerit si ipse cum duodecim non poterit se salvare pectet CCC^{us} solidos. Et qui mulierem alienam percusserit pectet ad suum maritum XXX^{us} solidos et septimam ad palacium. Et homo de villa de Lanyoso qui fidejussores dare voluerit pro intentione de qua eum inquietaverit et dederit duos homines fidejussores et ipse tertius si ille qui eum inquietaverit voluerit recipere fidejussores et postea mactaverit totum concilium pectet homicidium suis parentibus. Et palacium meum et palacium episcopi habeant calumpniam et tota villa habeat unum forum. Et homo de villa de Lanyoso qui fidejussor intraverit si contentor eum non liberaverit qualem fidejussorem fecerit talem pectet et si habuerit illum suum intentorem mictat illum pro se et exeat ipse de fidejussoria et de suspecta de X solidos ad minus juret cum uno vicino qualem habuerit et de X solidos ad supra juret cum duobus vicinis. Et homo de villa de Lanyoso qui se tornare voluerit ad alium dominum ut ei benefaciat sua casa et sua hereditas et uxor sua et filii sui sint liberi et soluti per forum de villa de Lanyoso. Do etiam vobis pro foro quod non habeatis alium dominum nisi me Regem et uxorem meam et filios meos. Et homo de villa de Lanyoso qui habuerit mulierem ad benedictiones si eam leixaverit pectet unum denarium ad iudicem. Et si mulier leixaverit suum maritum quem habuerit ad benedictiones pectet CCC^{us} solidos medietatem ad palacium et medietatem ad maritum suum. Et qui dirrumperit casam cum lanceis et cum scutis dela porta adentro pectet CCC^{us} solidos medietatem ad dominum de ipsa casa et medietatem ad palacium. Et qui percusserit suum vicinum cum spata pectet XL^{us} solidos et sep-

timam ad palacium. E qui percusserit vicinum suum cum lancea et exierit de una parte et alia parte pectet XXⁿ solidos et septimam ad palacium et si non exierit ad aliam partem pectet X solidos et plaga unde ossa eixerint pro unoquoque osso pectet X solidos et septimam ad palacium et de alia plaga V solidos et septimam ad palacium. Et pro tota pignora sive sit de palacio sive sit de concilio recipiant fidejussorem pro ad forum. Et concedo vobis quod non habeat deffenssam nec montem nec pelagum nisi de toto concilio et nullus accipiat montaticum de ganatis de villa de Lanyoso. Et homines de villa de Lanyoso non dent portaticum in toto meo Regno et mando quod capiant portaticum in villa de Lanyoso scilicet de carrega de pedone tres medaclias et de Caballo I solidum et de mula I solidum et de bove VI denarios et de toto portatico qui venerit ad villam de Lanyoso hospes ubi pousaverit accipiat terciam partem et portarius accipiat duas partes. Et vicinus de villa de Lanyoso non respondeat sine racuroso. Totas istas intentiones judicent alcaldes de villa vestra per suam cartam et alias intentiones judicent secundum arbitrium bonorum hominum. Facta carta Colimbrie XXV die Septembris Rege mandant Era M^a CCC^a XXX^a.

Inffans Domnus Alfonsus tenens Gardian
 Domnus Martinus Egidii alferez curie
 Domnus Martinus Johannis filius quondam domni Johannis Egidii
 Domnus Martinus Egidii filius predicti alferez
 Domnus Laurencius Suerii de Valadares
 Domnus Johannis Roderici de Bryteyros

(fl. 258)

Domnus Fernandus Petri de Barvosa
 Domnus Petrus Johannis Portel
 Domnus Johannes Fernandi de Limia
 Domnus Martinus Alfonsi
 Domnus Johannes Menendi de Bryteyros
 Durandus Martini de Parada vice maiordomus
 Ecclesia Bracharensis vacat
 Domnus Vincentius episcopus Portucalensis
 Domnus Aymericus episcopus Colimbriensis
 Domnus Johannes episcopus Lamencensis
 Domnus Egeas episcopus Visensis
 Domnus Frater Johannes episcopus Egitaniensis
 Domnus Dominicus episcopus Ulixbonensis
 Domnus Frater Dominicus electus Silvensis
 Domnus Petrus episcopus Elborensis
 Johannes Alpram cancellarius dicti Regis
 Domnus Johannes Martini de Sulhanes
 Martinus Petri cantor Elborensis
 Petrus Pelagii
 Julianus Durandi
 Stephanus Petri de Ratis
 Johannes Suerii
 Silvester Michaelis
 Franciscus Johannis scribanus curie notavit.

clerici dicti domini regis testes
 Superjudices eiusdem dicti Regis testes

TRADUÇÃO

FORAL DE LANHOSO

(fl. 256 v.)

Em nome de Cristo Amen. Conheçam todos que eu Dinis pela graça de Deus Rei de Portugal e Algarve juntamente com minha mulher a Rainha D. Isabel filha do quão ilustre senhor D. Pedro Rei de Aragão faço carta de foral a vós povoadores da minha póvoa de Lanhoso tanto aos presentes como aos futuros e dou e concedo-vos os limites de todo o Julgado de Lanhoso e tudo aquilo a que eu tenho direito e deverei ter sobre os limites acima referidos que dou e concedo a vós e aos vossos sucessores para sempre com excepção das minhas igrejas da vila e dos seus limites com o direito de Padroado das igrejas feitas ou vindas a fazer o que retenho para mim. E se algum nas minhas igrejas tiver de me pagar alguma renda dou-vos essas rendas em suplemento para que me paguem a mim e aos meus sucessores a renda dessa terra e guardo para mim e meus sucessores a minha residência na qual poderei residir e outros não. E todos os outros direitos que eu tenho, devo ter esses direitos no referido

Julgado de Lanhoso, dou-vos a vós e aos vossos sucessores o que consta do pacto, para que vós e todos os vossos sucessores me dêem a mim e aos meus sucessores anualmente mil libras. E deveis dar ao meu Almoxarif em Guimarães pelas terças do Ano a saber: a primeira terça na festa do Natal do Senhor e a segunda terça pela festa da Páscoa e a outra terça pela festa de São João Baptista. E deveis pôr à minha escolha um homem Fidalgo tal qual me agradar, que me faça a mim e aos meus sucessores serviços em favor do Castelo de Lanhoso, que o guarde para mim o que deveis pagar com os vossos próprios dinheiros.

E em todos os vossos limites não deve haver outro intercessor a não ser na vossa vila excepto aquele que venda a outro o seu pão e o seu vinho e outro bem que tenha da sua colheita quando quiser. E nas outras coisas dou e concedo-vos o foro da Vila de Prado que tal é: Primeiramente concedo-vos que não deis por homicídio senão 300 soldos de coima e daqueles 300 soldos dareis a sétima parte ao Palácio por mão do Juiz e em alguma demanda ou em alguma questão não entre o meu meirinho a não ser o juiz do vosso concelho e a terça parte do vosso Concelho faça o fossado e as outras duas partes permaneçam na nossa vila e da terça que deve fazer fossado, o que ali não for paga por fossadeira cinco soldos de coima, e não façais fossado senão com o vosso senhor uma vez no ano a não ser com o vosso acordo, e os clérigos e os peões não façam o fossado e não entrem aí os tributos de lutuosa e manaria de qualquer homem da Vila de Lanhoso. E que nos limites de Lanhoso, o que filha alheia raptar contra sua vontade, pague ao Palácio 300 soldos e seja degredado como homicida. E se alguém entre vós no Merca-

(fl. 257)

do ou na Igreja ou no concelho preconizado ferir o seu vizinho, pague sessenta soldos ao concelho e seja daí a sétima parte para o Palácio por mão do Juiz. E de qualquer furto, o furtado receba os seus bens e as outras oito partes divididas ao meio com o juiz. E aquele que fizer casa ou vinha ou melhorar a sua herdade e durante um ano nela permanecer e depois noutra terra quiser habitar, preste serviços à sua herdade em qualquer parte que habite. E se a quiser vender, venda-a a quem quiser pelo foro da vossa Vila. E os homens da Vila de Lanhoso que tiverem que fazer julgamento ou vingança com homens de outras terras façam-no nos limites das suas terras. E dou-vos por foro que o soldado da Vila de Lanhoso fique por infância de todo o meu Reino em juízo e em juramento, e prove ele próprio com duas testemunhas e o peão fique como cavaleiro-vilão de todas as minhas terras em juízo e em juramento e prove com duas testemunhas. E os homens que de suas terras saírem com homicídio ou com mulher raptada ou com qualquer outra calúnia, excepto aquele que leva mulher alheia de bênçãos, e se fizer vassalo de algum homem da vila de Lanhoso seja livre e defendido pelo foro da vila de Lanhoso. E se homem de qualquer outra terra vier com inimizade ou com penhora, depois de ter entrado nos limites da vila de Lanhoso, e se o seu inimigo após ele entrar lhe consiga penhora ou lhe fizer algum mal pague ao senhor que tiver a própria vila quinhentos soldos, e duplique o penhor àquele a quem o tirou e o mal que lhe fizer. E aquele homem da vila de Lanhoso

so que penhorar sem a autorização do vosso concelho, pague ao Palácio sessenta soldos e duplique a penhora que obtiver. E o homem de outra terra que desmontar soldado da vila de Lanhoso, pague 60 soldos. E o homem da vila de Lanhoso que desmontar soldado de outra terra pague 5 soldos. E se o homem de outra terra prender homem da vila de Lanhoso, e o meter na prisão pague 300 soldos. E se o homem da vila de Lanhoso prender homem de outra terra pague 5 soldos. E se o homem da vila de Lanhoso por alguma fiança por meio ano não for requerido, seja livre dela e se já tiver morrido, a mulher e os seus filhos sejam livres desse encargo. E os homens da vila de Lanhoso não paguem penhora em favor do senhor da vila de Lanhoso, nem em favor do Meirinho nem sejam penhorados em favor do seu vizinho. Nem os Cavaleiros da vila de Lanhoso nem as mulheres viúvas dêem pousada pelo foro da vila de Lanhoso a não ser os peões por mandado do Juiz, até ao terceiro dia. E os homens de vossos termos que se estabeleçam nas vossas herdades ou em vossas casas e não forem senhores delas, venham aí por mandado do Juiz e dêem fiadores para que respondam directamente quando virem os seus donos, e se fizerem dano paguem-no aos seus senhores e a sétima parte ao Palácio e não sirvam a outro homem senão aos seus senhores nas casas dos quais se instalaram.

E a seara e vinha, se eu aí as tiver, tenham o mesmo foro que tiver a vossa seara e a vossa vinha.

E aquele que matar o seu vizinho e fugir para sua casa, o que depois nela entrar e aí o matar, pague 300 soldos. E o que violentar mulher que venha a

(fl. 257 v.)

gritar se com doze não se puder salvar, pague 300 soldos. E o que bater em mulher alheia pague ao seu marido 30 soldos e a sétima ao Palácio. E o homem da vila de Lanhoso que quiser propor fiadores a favor da intenção da qual o acusarem e propuser dois fiadores e ele próprio o terceiro se aquele que o inquietou não quiser receber fiadores e depois o matar em todo o concelho pague o homicídio aos seus parentes. E o meu Palácio e o Palácio do Bispo tenham coima e toda a vila tenha um só foro. E o homem da vila de Lanhoso que ficar fiador se o abonado o não libertar, pague a fiança tal como a fizer, e se o tiver meta o seu intentador por si e saia ele próprio da fiança e de suspeita de 10 soldos pelo menos jure com vizinho que tiver, e de 10 soldos para cima jure com dois vizinhos. E o homem da vila de Lanhoso que quiser voltar para outro senhor para que lhe beneficie a sua casa e sua herdade, sua mulher e seus filhos sejam livres e desembaraçados pelo foro da vila de Lanhoso. Dou-vos também por foro para que não tenhais outro senhor senão a mim Rei, minha esposa e meus filhos. E o homem da vila de Lanhoso que tiver mulher de casamento se a abandonar pague um denário ao Juiz. E se a mulher deixar o seu marido com quem casou pague 300 soldos, metade ao Palácio e metade ao seu marido. E o que irromper numa casa com lanças e com escudos da porta para dentro pague 300 soldos, metade ao senhor da própria casa e metade ao Palácio. O que ferir o seu vizinho com espada pague 40 soldos e a sé-

tima ao Palácio. E o que ferir o seu vizinho com lança e esta sair de uma parte à outra pague 20 soldos e a sétima ao Palácio, e se não sair da outra parte pague 10 soldos. E por uma chaga por onde saírem ossos por cada osso pague 10 soldos e a sétima ao Palácio, e por qualquer outra chaga 5 soldos e a sétima ao Palácio. E por toda a penhora seja do Palácio seja do concelho, recebam fiador por seu foro. E concedo-vos que não tenha defesa nem no monte nem em qualquer local de água senão de todo o concelho e nenhum receba tributo de pastoreação da vila de Lanhoso. E os homens da vila de Lanhoso não dêem portagem em todo o meu Reino, e mando que recebam portagem na vila de Lanhoso a saber: de carga de peão três mialias. E de cavalo 1 soldo, e de mula 1 soldo e de boi 6 denários e de todo o portador que vier à vila de Lanhoso e aí se hospedar receba a terça parte e o porteiro receba duas partes. E o vizinho da vila de Lanhoso não responda sem ofensa. Todas estas intenções ou questões julguem os Alcaides da vossa vila por sua carta, e as outras questões julguem segundo o arbítrio dos homens-bons. Carta feita em Coimbra aos 25 dias de Setembro por mandato Régio. Era 1330.

Infante D. Afonso tenente da Guarda
D. Martinho Egídio Alferes da cúria
D. Martinho João filho de D. João Egídio
D. Martinho Egídio filho do referido Alferes
D. Lourenço Soares de Valadares
D. João Rodrigues de Briteiros

(fl. 258)

D. Fernando Pires de Barbosa
D. Pedro João Portel
D. João Fernandes de Lima
D. Martinho Afonso
D. João Mendes de Briteiros
Durão Martins de Parada Vice-mordomo
Arcebispo de Braga, vago
D. Vicente, Bispo do Porto
D. Aymeric, Bispo de Coimbra
D. João, Bispo de Lamego
D. Egas, Bispo de Viseu
D. Frei João, Bispo da Guarda
D. Domingos, Bispo de Lisboa
D. Frei Domingos, eleito de Silves
D. Pedro, Bispo de Évora
João de Alporão, Chanceler do Rei
D. João Martins de Soalhães
Martinho Pedro cantor de Évora
Pedro Pelágio
Julião Durandi
Estêvão Pero de Rates
João Sociro
Silvestre Miguel
Francisco João, notário da cúria o fez

BREVE ESTUDO

Para uma melhor compreensão e entendimento do texto que se transcreveu⁽⁶⁹⁾ e traduziu⁽⁷⁰⁾, apresenta-se seguidamente uma análise a todos os parágrafos ou referências que compõem o mesmo texto.

Nunca deverá, no entanto, ser esquecida alguma da relatividade que comporta a interpretação de um documento redigido há 700 anos, pois que, a forma de entender e viver determinadas problemáticas, formas de pensar e de comportamento perante determinadas situações, suscitam grande relatividade e grande risco na interpretação do texto.

Desta forma, e não obstante os factores de risco apontados, faz-se seguidamente uma interpretação, procurando-se possibilitar o esclarecimento de dúvidas que possam existir quanto à importância e significado que teve a outorga desta Carta de Foral para os nossos longínquos ancestrais.

Todos os privilégios, direitos, deveres, coimas, obrigações e penas, bem como outras questões constantes do texto do documento, encontram-se perfeitamente enumeradas, evidenciadas e explicadas, muitas das vezes com recurso às **Notas Explicativas**.

Por uma questão de ordenamento do texto, tal qual se lê na transcrição, optou-se por uma explicação frase a frase, independentemente de sobre um mesmo assunto se encontrarem diversas referências em locais distintos.

Para uma melhor sistematização das questões, no local próprio, se poderão observar diversos quadros apresentados como conclusões.

A fórmula de abertura deste documento é feita de uma forma perfeitamente usual nos documentos oficiais da época medieval, evocando o nome de Cristo:

In Christi nomine amen.

É, seguidamente à abertura do documento, devidamente identificado o outorgante do documento, Rei D. Dinis^[16]:

Noverint universi quod ego Dionisius

A religiosidade medieval está patente em todos os documentos da época, o que se atesta muito particularmente na expressão^[17]:

Dei gratia Rex Portugalie et Algarbii

⁽⁶⁹⁾ Transcrição revista por Medievalista, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e da Universidade Portucalense.

⁽⁷⁰⁾ Tradução revista com o auxílio do Dr. Belarmino Marques Leite, professor Gonçalo Sampaio da Póvoa de Lanhoso.

E há ainda uma referência à Rainha (Santa) Isabel, esposa de D. Dinis, uma vez que a outorga era feita pela realeza, pela coroa, realçando-se também a ilustre filiação da Rainha [18]:

una cum uxore mea Regina dona Helisabeth filia quondam illustris domini Petri Regis Aragonie

A denominação que era dada aos documentos régios, às concessões perpétuas e hereditárias de terras aos povoadores vem expressa, seguidamente [19]:

facio cartam de foro

Também são referidos, no documento, os destinatários desses mesmos privilégios, enérentes a uma *carta de foro*, que no decurso do texto do documento vão sendo enumerados [20]:

vobis populatoribus de mea popula de Lanhoso

A indicação que nos garante o carácter perpétuo do documento é feita de forma inequívoca:

tam presentibus quam futuris

São indubitavelmente concedidos e evidenciados os termos e limites do concelho de Lanhoso, embora os mesmos não estejam expressos no mesmo diploma é feita a explícita referência ao *Julgado de Lanhoso*:

et do vobis et concedo terminos de toto iudicato de Lanhoso [21][22]

O Monarca — D. Dinis — confirma a doação que faz de todos os direitos que possui nos limites territoriais referidos, embora deixe salvaguardado que lhe continuam a pertencer direitos supremos sobre as mesmas terras:

et quicquid ego habeo vel de jure habere debeo infra terminos supra scriptos [23]

É feita nova referência para o carácter duradouro e perpétuo da concessão que pelo documento se efectua de todos os bens do Monarca, referidos na frase anterior:

do et concedo vobis et successoribus vestris in perpetuum

A salvaguarda de direitos do Monarca sobre os limites do concelho de Lanhoso é expressamente referida na questão das Igrejas feitas e vindas a fazer, bem como o *Padroado* das mesmas, o que retém para si [24]:

salvis mihi ecclesiis meis de ipsa villa et de suis terminis cum jure patronatus ecclesi vel ecclesiis factis et faciendis quos retineo pro ad me.

As concessões do Rei são alargadas, como que em suplemento, no que se relaciona com os pagamentos das igrejas:

Et si alicui mee ecclesie ibi debent mihi facere censuriam aliquam do vobis eam in adiutorium pro ad pagandum mihi et successoribus meis rendam de ipsa terra [25][26]

Também em determinações constantes na Carta de Foral, o Monarca reserva para si, e seus sucessores, o direito exclusivo de *Pausa* [27]:

et salva mihi et successoribus meis ipsa mea pausa in qua ego debeo pausare et alius nom.

O carácter pactual das Cartas de Foral, estabelecido entre a entidade outorgante e os povoadores, está bem patente no texto que se segue, em que o Monarca expressa que faz as concessões ao Julgado de Lanhoso (tal como constam no documento) a troco de algumas condições, nomeadamente o pagamento de uma renda anual de mil libras.

Et omnia alia jura que ego habeo vel de jure habere debeo in predicto iudicato de Lanhoso do vobis et successoribus vestris tali videlicet pacto quod vos et omnes successores vestri detis mihi et successoribus meis annuatim mille libras [28][29]

O pagamento deveria ser efectuado, por intermédio do delegado Real na cidade de Guimarães, o *Almoxarif*, dividido em 3 partes do ano (as *terças*) [30][31]:

Et debetis eas mihi dare vel meo Almoxarif Vimarani ad tertias anni scilicet primam terciam pro festo Nathalis Domini et secundam terciam pro festo Pasche et aliam terciam pro festo Sancti Johannis Baptiste.

É feita ainda uma referência particular ao Castelo de Lanhoso, cuja manutenção deveria ser da responsabilidade e encargo da população do concelho, pelo que o Monarca solicita ao concelho um Fidalgo, destinado particularmente à manutenção do Castelo de Lanhoso:

Et debetis mihi dare unum hominem filium de algo talem qualem mihi placuerit qui faciat mihi et successoribus meis menagium pro ipso Castello de Lanhoso qui guardet illud mihi et vos debetis eum soldadare in vestris propriis denariis [32][33]

Os habitantes deste concelho são isentos de qualquer outro tipo de pagamento ou intermediário, uma vez que neste período medieval era por norma, os senhores, sobre-carregarem as populações dos seus domínios com uma série infundável de taxas e impostos, tal como a Fazenda Pública:

Et in toto vestro termino non debet habere ulla rogacia nisi in vestra villa [34]

É, no entanto, referida expressamente a existência de transacção económica directa entre os moradores do concelho, em resultado dos rendimentos obtidos da exploração

ração das terras trabalhadas, funcionando como incentivo à produção, de que o Monarca acaba sempre por retirar benefícios:

salvo quod vendat unusquisque suum panem et suum vinum et alia que habuerit de sua collecta ubi voluerit.

O Foral de Lanhoso teve como modelo o Foral da Vila de Prado^[35]:

Et in aliis rebus do vobis et concedo forum de villa de Prado quod tale est.

Seguidamente, no texto da Carta de Foral do concelho de Lanhoso, são determinadas com rigor as bases legislativas do estabelecimento de um grupo populacional, pelo que são enumerados os direitos, simultaneamente, os deveres e obrigações dos habitantes do concelho.

São, pois, estabelecidas com bastante rigor as regras a obedecer na sua convivência numa comunidade «livre e democrática», portadora de autonomia própria.

Estabelece-se a coima máxima para quem cometesse homicídio^[36]:

In primis concedo vobis non detis pro homicidio nisi CCC^{tos} solidus in apreciatura^{[37][38]}

Na carta são também estabelecidas as partes das coimas que deverão ser entregues ao **Palácio**, ao concelho ou ao Senhor. Neste caso ao palácio, por mão do Juiz^[39]:

et de illis CCC^{tos} solidus detis inde septinium ad palacium per manum iudicis

O Foral exclui a intervenção de alguém exterior ao próprio concelho, a quem são dadas as bases de organização administrativa e judicial e segundo as quais têm de se reger sem intervenção externa, cabendo exclusivamente ao Juiz o julgamento dos processos contenciosos ou de crime:

et in aliquo preyto vel in aliqua calumpnia non intret meus meirinus nisi iudex de vestro concilio^{[40][41][42][43]}

No que se prende com questões militares, nomeadamente com a defesa e zelo da região circunscrita pelo Foral de Lanhoso, ele mesmo faz referência ao **Fossado**, no que tomara parte um terço do concelho^[44]:

et tertia pars de vestro concilio faciat fossatum et alie due partes stent in vestra villa

Para aqueles que tinham obrigação de fazer *fossado* e que por alguma razão o não fizessem eram sujeitos ao pagamento de uma coima — 5 soldos:

et de illa tertia que debuerit facere fossatum ille qui ibi non fuerit pectet pro fossadeyra quinque solidus in apreciatura

O **Fossado** era feito com o senhor do concelho apenas uma vez no ano. Mais vezes, apenas com a sua concordância:

et non faciatis fossatum nisi com domino vestro una vice in anno nisi fuerit per beneplacitum vestrum

Os **Clérigos** e os **peões** estão isentos do **Fossado**^[45]:

et clerici et pedones non faciant fossatum

Como privilégios concedidos por esta Carta de Foral, os povoadores do concelho de Lanhoso, estavam isentos do pagamento de alguns impostos ou tributos como são os casos de **Núncio** (ou **Lutuosa**) e **Manaria** (ou **Maninhádago**)^{[46][47]}:

et non intret ibi muntius neque manaria de aliquo homine de Villa de Lanyoso.

Seguem-se no texto a indicação dos delitos que, uma vez cometidos, são sujeitos ao pagamento de coimas:

Rauisso^[48]:

Et qui in termino de Lanyoso filiam alienam repuerit contra suam voluntatem pectet ad palacium, CCC^{tos} solidos et exeat pro homicida^[49].

Se, nos limites abrangidos pela Carta de Foral do concelho de Lanhoso, alguém ferir um **vizinho** terá de pagar ao concelho e a sétima parte ao **Palácio**, através do Juiz^[50]:

Et si aliquis inter vos in mercato aut in ecclesia aut in concilio preconizato percurserit suum vicinum pectet sexaginta solidos ad concilium et sit inde septima de palacio per manum iudicis^[51].

Furto:

Et de quodlibet furto dominus furti recipiat suum cabum et alias partes octo dividat cum iudice per medium^[52].

Na Carta de Foral é estabelecido o princípio de prescrição de um ano e um dia:

Et ille qui domum fecerit aut vineam aut hereditatem suam honoraverit et in illa uno anno sederit si postea in alia terra habitare voluerit serviat ei sua hereditas ubicumque habitaverit.

No caso de se verificar uma mudança de residência para outra localidade, como consta na frase anterior, continua a usufruir das propriedades ou então poderá vendê-las com os mesmos direitos dos ainda **vizinhos** de Lanhoso:

Et si eam vendere voluerit vendit eam cui voluerit per forum de vestra villa.

Para os julgamentos ou reuniões em que uma das partes não é do concelho, fixa-se o lugar do *medianido*, onde tais actos se realizarão, no extremo dos seus limites;

Et homines de villa de Lanyoso qui debuerint facere iudicium aut vindictam cum aliis hominibus de aliis terris habeant illud in cabo suorum terminorum.

Um dos principais, senão o principal privilégio de que usufruem os Cavaleiros de Lanhoso, o mesmo acontecendo em outras terras com idênticas Cartas de Foral, é o facto de lhes ser concedida a equiparação do seu estatuto jurídico ao dos Infanções:

Et do vobis pro foro quod milles de villa de Lanyoso stet pro infantione de toto meo Reyno in iudicio et in juramento ⁽⁵³⁾⁽⁵⁴⁾⁽⁵⁵⁾

A principal vantagem da equiparação dos Cavaleiros aos Infanções, era que lhes dava, às suas declarações em julgamento, um valor idêntico ao das proferidas pelos Infanções, se abonadas por mais duas testemunhas:

et vincat ipsum cum duobus juratoribus

No caso dos Pedes, existe, neste foral, uma prerrogativa idêntica em termos de promoção da sua condição social, sendo equiparados a Cavaleiros-Vilãos de outras terras:

et pedes stet pro milite villano de totis terris meis in iudicio et in juramento et vincat cum duobus juratoribus ⁽⁵⁶⁾.

Para efectivar a chamada de povoadores a estas terras, tal como acontece na maioria dos forais deste tipo, é concedido, pela carta de Foral, *asilo* nestas terras do concelho de Lanhoso a todos aqueles que aqui chegarem, vindos de outras terras, ainda que havendo aí cometido qualquer delito, mesmo dos mais graves incluindo o *rouso* e *homicídio*. Há como únicas condições, não trazer mulher alheia de *bênções* e fazer-se vassalo de um senhor do concelho de Lanhoso. Desta forma, nenhum estranho, apesar de inimigo ou por si lesado, poderá vir em sua perseguição dentro dos limites do concelho, sendo então defendido, tal como os *vizinhos* de Lanhoso, pelo seu foro:

Et homines qui de suis terris exierint cum homicidio aut cum muliere rausata vel cum alia qualibet calumpnia excepto quod non ducat mulierem alienam de benedictionibus et fecerit se vassalum de aliquo homine de villa de Lanyoso sit liber et defensus per forum de villa de Lanyoso ⁽⁵⁷⁾.

No caso de um homem que venha de outra terra perseguido pelo seu inimigo ou a quem fez penhora, após entrar nos limites do concelho de Lanhoso, se aquele que o persegue lhe fizer algum mal, o foro de Lanhoso preconiza o pagamento de uma coima muito alta ao Senhor da vila, bem como deverá dobrar o pagamento do que tirou e do mal que provocar ao que foi perseguido:

Et si homo de qualibet alia terra venerit cum inimicia aut cum pignora postquam in terminum de villa de Lanyoso intraverit si inimicus eius post ipsum introierit et ei pignus abstulerit aut aliquid malum ei facerit pectet domino qui tenuerit ipsam villam quingentos solidos et dupplet ei pignus cui abstulerit et labores quos fecerit ⁽⁵⁸⁾.

Voltando aos *vizinhos* de Lanhoso, neste período medieval, era muito grande a tendência para fazer penhoras, como um meio de garantir os próprios direitos. No entanto estava sujeito ao pagamento de uma coima aquele que não tivesse autorização do Concelho para fazer a penhora e dobrando a que obtivesse:

Et qui hominem de villa de Lanyoso pignoraverit et ante non pecierit eum in concilio vestro pectet ad palacium sexaginta solidos et duplet pignorum illi cui abstulerit.

Para se ver de uma forma muito nítida a condição privilegiada dos homens residentes nos limites deste concelho, será de prestar atenção à diferença monetária das coimas estabelecidas para idênticos delitos (derrube de cavaleiro), apenas que o primeiro é cometido *sobre* (60 Saldos) e o segundo *pelo* (5 Saldos) Cavaleiro da vila de Lanhoso:

Et homo de alia terra qui militem de villa de Lanyoso descavalgaverit pectet LX solidos.

Et homo de villa de Lanyoso qui militem de alia terra descavalgaverit pectet V^o solidos.

Ou ainda o pagamento da coima pela prisão de alguém, diferenciando se é feita *sobre* ou *pelo* Homem de Lanhoso (300 ou 5 Saldos), respectivamente:

Et si homo de alia terra apprehenderit hominem de villa de Lanyoso et eum in prisione miserit pectet CCC^o solidos.

Et si homo de villa de Lanyoso apprehenderit hominem de alia terra pectet V^o solidos.

A fiador apresentado em qualquer questão legal é uma forma de garantia de que alguém cumprirá as obrigações a que for sujeito de acordo com o direito estabelecido pelo processo, aguardando, entretanto, em liberdade.

Neste foral existe essa situação expressa, mas também se salvaguarda que as obrigações daquele que ficar por fiador de alguém, caducam ao fim de meio ano ou em caso de morte, não ficando responsáveis da fiança assumida a mulher ou os filhos:

Et si homo de villa de Lanyoso pro aliqua fidejussoria per medium annum non fuerit requisitus sit liber de illa et si mortuus fuerit mulier et filii eius sint liberi de illa.

São estabelecidas limitações de penhoras, que funcionam, identicamente, como garantias para os habitantes de Lanhoso, que não podem fazer penhora pelo Senhor de Lanhoso, pelo Meirinho ou ser penhorados pelo seu vizinho:

Et homines de villa de Lanyoso non solvant pignora pro domino de villa de Lanyoso neque pro meyrino neque sint pignorati pro suo vicino.

Relativamente ao direito de *Pousada* (tão característico do período medieval), estão isentos os Cavaleiros e as viúvas, cabendo unicamente aos Pedes, a mando do Juiz, e até um máximo de 3 dias ⁽⁵⁹⁾.

Et milites de villa de Lanyoso neque mulieres vidue non dent pousadam per forum de villa de Lanyoso nisi pedones per manum iudicis usque ad tertiam diem.

É feito o reconhecimento de propriedade privada, não se podendo dispor de bens alheios na ausência dos seus proprietários:

Et homines de vestris terminis qui sederint in vestras hereditates aut in vestros solares et domini eorum non fuerint ibi veniant ad signum iudicis et dent fidejussores quod respondeant ad directum quando venerint domini sui

...estando sujeitos ao pagamento dos danos causados, sem que possam servir a mais alguém que aquele Senhor da casa que violaram:

et si fecerint calumpniam pectent eam dominis suis et septimam ad palacium et non serviant ad alium hominem nisi ad dominos suos in quorum solares sederint.

Poder-se-á dizer que este documento tenta delinear os princípios de uma «sociedade igualitária», embora seja precoce afirmar esse facto. No entanto o Rei indica, para as rendas que possa ter nestas terras, o mesmo foro que todo o concelho tem.

A referência deste último aspecto é feita, de forma indirecta, para dois dos produtos, talvez mais significativos da exploração económica da região, o pão e o vinho.

Et senare et vinee mee si eas ibi habuero habeant tale forum quale senare vestre et vinee vestre habuerit.

Um dos cuidados que não foi esquecido na redacção deste diploma régio, foi a condenação de justiça por mãos próprias, a qual é fortemente penalizada, equivalendo às coimas para os crimes de *rauso* e *homicídio*. Assim, ferir alguém e depois fugir para sua casa, quem depois aí entrar e matar pagará 300 soldos:

Et qui vicinum suum occiderit et in domo sua fugerit qui post ipsum intraverit et ibi eum mactaverit pectet CCC^{tos} solidos.

A pena para a violentação de uma mulher (aqui descrita com grande realismo) é de 300 soldos, isto no caso de essa mulher se tentar salvar, devendo vir a gritar como prova do seu não consentimento:

Et qui mulierem forciaverit et ipsam voces mittendo venerit si ipse cum duodecim non poterit se salvare pectet CCC^{tos} solidos.

Quem ferir uma mulher, que não a sua, está sujeito ao pagamento de uma coima ao marido daquela:

Et qui mulierem alienam percusserit pectet ad suum maritum XXX^{ta} solidos et septimam ad palacium.

No que se relaciona com a apresentação de fiadores, clarifica-se neste foral que, se na sequência de um delito o contendor não quiser aceitar o fiador que lhe é apresentado com duas testemunhas (no que é obrigado), e depois matar o adversário, todo o concelho se torna parte da acção movida contra ele, pagando a respectiva coima, pois

todo o concelho é parte no processo contra aquele que, sem a ele recorrer, fizer justiça pelas mãos próprias:

Et homo de villa de Lanyoso qui fidejussores dare voluerit pro intentione de qua eum inquietaverit et dederit duos homines fidejussores et ipse tertius si ille qui eum inquietaverit voluerit recipere fidejussores et postea mactaverit totum concilium pectet homicidium suis parentibus.

Aparece-nos no texto desta Carta de Foral um contra-senso, que, se não é relativo à questão, já aludida, de sociedade igualitária, quando em questões económicas o Monarca chama a si o mesmo foro do concelho. Seguidamente vai-se dizer que todo o concelho tenha um só foro, entrando desde logo em contradição, quando são admitidos vários tipos de pessoas e aceites foros privativos do *Palácio do Rei* e do *Bispo*:

Et palacium meum et palacium episcopi habeant calumpniam et tota villa habeat unum forum.

Ainda relativamente à fiança, se aquele a quem é exigida fiança não cumprir as suas obrigações, entra em seu lugar o fiador, embora depois possa reclamar os seus direitos jurando com um ou dois vizinhos, respectivamente se a causa for inferior ou superior a 10 soldos:

Et homo de villa de Lanyoso qui fidejussor intraverit si contentor eum non liberaverit qualem fidejussorem fecerit talem pectet et si habuerit illum suum intentorem mictat illum pro se et exeat ipse de fidejussoria et de suspecta de X solidos ad minus juret cum uno vicino qualem habuerit et de X solidos ad supra juret cum duobus vicinis.

Pela Carta de Foral de Lanhoso é concedida liberdade de escolha do Senhor para quem os moradores desta vila querem trabalhar, de acordo com as condições que lhe são oferecidas. É pois facultada uma certa liberdade de trabalho, o que é defendido pelo foro do concelho:

Et homo de villa de Lanyoso qui se tornare voluerit ad alium dominum ut ei benefaciatur sua casa et sua hereditas et uxor sua et filii sui sint liberi et soluti per forum de villa de Lanyoso.

Um dos principais privilégios concedidos pelas Cartas de Foral vai ser o colocar fim à dependência a que todos os homens estavam sujeitos. Neste período medieval, toda a sociedade se encontrava baseada e assente nas relações de *Vassalagem*, onde existiam apenas alguns Senhores (*Suzeranos*) que dominavam todo o conjunto social do país, submetendo toda a população (*Vassalos*) por relações de dependência demasiado fortes.

O privilégio é concedido de modo que o único Senhor que os habitantes de Lanhoso devem reconhecer, indubitavelmente, é o Rei, esposa e seus descendentes:

Do etiam vobis pro foro quod non habeatis alium dominum nisi me Regem et uxorem meam et filios meos.

Também neste documento se faz alusão à defesa dos valores familiares e, principalmente, da componente religiosa da família. Na verdade, é penalizado o abandono do cônjuge por parte do homem:

Et homo de villa de Lanyoso qui habuerit mulierem ad benedictiones si eam leixaverit pectet unum denarium ad iudicem.

Identicamente é penalizado o abandono do cônjuge por parte da mulher, apenas que a coima é «ligeiramente» mais pesada:

Et si mulier leixaverit suum maritum quem habuerit ad benedictiones pectet CCC^{os} solidos medietatem ad palacium et medietatem ad maritum suum.

A Violação da propriedade privada é identicamente penalizada quando se trata de questões de armas:

Et qui dirrumperit casam cum lanceis et cum scutis dela porta adentro pectet CCC^{os} solidos medietatem ad dominum de ipsa casa et medietatem ad palacium.

As questões de lutas entre os habitantes do concelho de Lanhoso são penalizadas por coimas a pagar, as quais diferem de acordo com o tipo de armas e da violência com que as lutas são travadas.

Ferir alguém com uma espada (40 soldos) é distinto de ser com uma lança, tal como é diferente, no caso de se tratar de uma lança, trespassar o corpo daquele que é ferido de um lado ao outro (20 soldos) ou não (10 soldos):

E qui percusserit suum vicinum cum spata pectet XL^a solidos et septiam ad palacium.

E qui percusserit vicinum suum cum lancea et exierit de una parte et alia parte pectet XX^{os} solidos et septiam ad palacium et si non exierit ad aliam partem pectet X solidos

Ser-nos-á possível conseguir uma maior aproximação da forma de viver e sentir nesta época (final do séc. XIII) se tivermos em atenção os pequenos pormenores que nos são fornecidos pela Carta de Foral, acerca da vida nesta época.

As lutas eram, então, travadas com uma violência característica e com consequências bastante graves, como se poderá concluir das coimas aplicadas aos ferimentos provocados. Estes variam de acordo com a gravidade da mesma, isto é, embora seja feito o pagamento por cada ferida provocada (5 soldos), esta coima dobra se for visível algum osso nos ferimentos provocados:

*et plaga unde ossa eixierint pro unoquoque osso pectet X solidos et septiam ad palacium
et de alia plaga V solidos et septiam ad palacium.*

É referido ainda que qualquer penhora, quer do Palácio, quer do concelho, deverá receber fiador pelo foro:

Et pro tota pignora sive sit de palacio sive sit de concilio recipiant fidejussorem pro ad forum.

São afirmados os privilégios para o Concelho de Lanhoso, bem como isentos do pagamento de tributos de pastoreação nos mesmos limites, realçando a importância económica que poderia representar a criação de gado, na época, nesta região:

Et concedo vobis quod non habeat deffensam nec montem nec pelagum nisi de toto concilio et nullus accipiat montaticum de ganatis de villa de Lanyoso ^[60].

Como privilégio concedido pelo Monarca aos habitantes de Lanhoso, está a isenção do pagamento de portagem em todos os domínios do Rei, bem como, aos habitantes de Lanhoso, lhes é dado o direito de cobrar portagem àqueles que nestes limites entrem, especificando os produtos que ao pagamento estão sujeitos, variando de acordo com a capacidade de carga (carga de peão, de cavalo, de mula e de boi), o que por seu lado indica a circulação de mercadorias dentro do concelho:

Et homines de villa de Lanyoso non dent portaticum in toto meo Regno ^[61]
et mando quod capiant portaticum in villa de Lanyoso scilicet de carrega de pedone tres medaclias et de Caballo I solidum et de mula I solidum et de bove VI denarios ^{[62][63]}

Como forma de incentivo à cobrança de taxas, é declarado expressamente que parte da taxa reverta a favor do hospedeiro, como forma de pagamento ao dono da casa onde se instalam:

et de toto portatico qui venerit ad villam de Lanyoso hospes ubi pousaverit accipiat terciam partem et portarius accipiat duas partes.

Em termos de justiça, e à face desta lei, é declarado que ninguém poderá responder sobre causa alguma sem existir queixa formulada:

Et vicinus de villa de Lanyoso non respondeat sine racuroso.

Como chave de encerramento deste «Código», é expressamente declarado a quem cabe o direito de julgar todas as questões que se levantam, no decurso da vivência desta comunidade populacional instituída por este documento, o que deverá ser feito pelo Alcaide da vila de Lanhoso, de acordo com a mesma Carta e segundo o arbítrio dos Homens-bons:

Totas istas intentiones iudicent alcaldes de villa vestra per suam cartam et alias intentiones iudicent secundum arbitrium bonorum hominum ^[64].

Termina o texto do diploma resultante de mandado Régio com a referência ao local (Coimbra) e à data (25 de Setembro) de onde foi emanada:

Facta carta Colimbrie XXV die Septembris Regis mandat

Relativamente ao ano de datação deste documento, haverá que fazer o ajuste de contas relativamente à passagem da «Era de César», na qual o documento foi elaborado, para a «Era de Cristo» em que presentemente nos encontramos. A alteração da Era das datações nos documentos oficiais, e outros, só se verificou de forma mais ou menos rigorosa a partir do reinado de D. João I.

A diferença existente entre uma e outra Era é de 38 anos, pelo que, o ano de 1330 da Era de César, corresponde ao ano de 1292 da Era de Cristo:

Era M.^a CCC^a XXX^a.

Seguem-se, para terminar, os nomes daqueles que serviram de testemunhas ao acto de outorga desta Carta de Foral ao Concelho de Lanhoso, em 25 de Setembro de 1292:

Inffans Domnus Alffonsus tenens Gardiam

Domnus Martinus Egidii alferez curie

Domnus Martinus Johannis filius quondam domni Johannis Egidii

Domnus Martinus Egidii filius predicti Alferez

Domnus Laurencius Suerii de Valadares [65]

Domnus Johannis Roderici de Bryteyros [66]

Domnus Fernandus Petri de Barvosa [67]

Domnus Petrus Johannis Portel [68]

Domnus Johannes Fernandi de Linia [69]

Domnus Martinus Alffonsi

Domnus Johannes Menendi de Bryteyros [70]

Durandus Martini de Parada vice maiordomos [71]

Ecclesia Bracharensis vacat [72]

Domnus Vincentius episcopus Portucalensis [73]

Domnus Aymericus episcopus Colimbriensis [74]

Domnus Johannes episcopus Lamencensis [75]

Domnus Egeas episcopus Visensis [76]

Domnus Frater Johannes episcopus Egitanensis [77]

Domnus Dominicus episcopus Ulixbonensis [78]

Domnus Frater Dominicus electus Silvensis [79]

Domnus Petrus episcopus Elborensis [80]

Johannes de Alpram cancellarius dicti Regis [81]

Domnus Johannes Martini de Sulhanes [82]

Martinus Petri cantor Elborensis [83]

Petrus Pelagii

clerici dicti domini regis testes

Julianus Durandi

Stephanus Petri de Ratis

Johannes Suerii

Superjudices eiusdem dicti Regis testes

Silvester Michaelis

Franciscus Johannis scribanus curie notavit.

CONCLUSÕES

Para a análise dos dados, foram utilizados os métodos de análise estatística de regressão linear múltipla e de análise de variância. Os resultados foram apresentados sob a forma de tabelas e gráficos.

A primeira etapa da análise foi a identificação das variáveis independentes e dependentes. Em seguida, foram realizadas as análises estatísticas descritivas e inferenciais.

Os resultados das análises estatísticas foram apresentados sob a forma de tabelas e gráficos. Os dados foram analisados considerando a influência das variáveis independentes sobre a variável dependente.

Os resultados das análises estatísticas foram apresentados sob a forma de tabelas e gráficos. Os dados foram analisados considerando a influência das variáveis independentes sobre a variável dependente.

Os resultados das análises estatísticas foram apresentados sob a forma de tabelas e gráficos. Os dados foram analisados considerando a influência das variáveis independentes sobre a variável dependente.

Os resultados das análises estatísticas foram apresentados sob a forma de tabelas e gráficos. Os dados foram analisados considerando a influência das variáveis independentes sobre a variável dependente.

Os resultados das análises estatísticas foram apresentados sob a forma de tabelas e gráficos. Os dados foram analisados considerando a influência das variáveis independentes sobre a variável dependente.

Os resultados das análises estatísticas foram apresentados sob a forma de tabelas e gráficos. Os dados foram analisados considerando a influência das variáveis independentes sobre a variável dependente.

Os resultados das análises estatísticas foram apresentados sob a forma de tabelas e gráficos. Os dados foram analisados considerando a influência das variáveis independentes sobre a variável dependente.

Os resultados das análises estatísticas foram apresentados sob a forma de tabelas e gráficos. Os dados foram analisados considerando a influência das variáveis independentes sobre a variável dependente.

Os resultados das análises estatísticas foram apresentados sob a forma de tabelas e gráficos. Os dados foram analisados considerando a influência das variáveis independentes sobre a variável dependente.

Para uma melhor sistematização do estudo da Carta de Foral outorgada ao Concelho de Lanhoso por D. Dinis, na cidade de Coimbra, em 25 de Setembro de 1292, apresentam-se agora alguns quadros e conclusões mais evidentes que ressaltam desse mesmo estudo.

A primeira grande conclusão a retirar do estudo deste documento é a questão que se prende com a origem do topónimo **Póvoa**, que antecede Lanhoso na actual denominação deste concelho.

De acordo com as primeiras referências documentais destas terras (no ano de 1086)⁽⁷¹⁾, a base toponímica deste concelho é, de facto, **Lanhoso**, que se supõe com origem em palavra Ibérica, e que se relaciona intimamente com a característica geomorfológica da região (de base essencialmente granítica — **lage**).

Supunha-se que o topónimo **Póvoa** lhe advinha da necessidade de criação de uma **póvoa** para promover e efectivar um povoamento mais denso de terras pertencentes ao monarca, posteriormente ao heramento, e também para protecção do baluarte defensivo que era o Castelo de Lanhoso, agora que a eficácia dos castelos começava a ficar um pouco ultrapassada.

Feita a leitura e interpretação do texto da Carta de Foral deste concelho de Lanhoso, pode afirmar-se de forma inequívoca que, esse facto, está implícito no texto do documento, quando é dito (pelo Rei), «*populatoribus de mea popula de Lanyoso*», e quando o monarca requer um *Fidalgo* para que cuide da manutenção do Castelo de Lanhoso, o qual deveria ser pago pelos moradores do concelho.

Fica, desta forma, concluída a questão da origem toponímica do actual concelho da Póvoa de Lanhoso.

Como conclusões, serão de indicar os principais instrumentos concedidos aos povoadores destas terras, que agora assumem características de uma circunscrição administrativa perfeitamente delineada e com as bases jurídico-administrativas necessárias ao bom desenvolvimento da sociedade e da economia da comunidade;

Conclui-se então que, tal como em outros Forais deste tipo (Salamanca), a base da organização municipal se encontra no *Concelho*, o qual é constituído pelo conjunto dos *vizinhos*.

De facto, no concelho de Lanhoso, é ao próprio concelho que se vai pedir justiça, a qual, como vimos já, não pode ser procurada ou obtida por outros meios que não este. Exemplos concretos do que se afirma é a impossibilidade de fazer penhoras sem a sua autorização (sob pena de ser sujeito ao pagamento de coima), e mais concreta e exactamente, quando se diz que todo o concelho é parte em processo contra aquele que, sem a ele recorrer, fizer justiça pelas próprias mãos.

A principal autoridade dentro do concelho é, pelo que se deduz, o Juiz. A este estará destinado o julgamento dos processos penais e contenciosos. É também o Juiz a única pessoa a quem é possível requisitar pousada em casa de um peão, quando alguém

⁽⁷¹⁾ COSTA, Pe. Avelino de Jesus, ob cit., p. 104.

tiver direito a ela, o que mesmo assim faz com determinadas limitações (3 dias). É também ao Juiz que compete receber os pagamentos que os vizinhos devem fazer ao senhor (ao que é feita referência explícita por diversas vezes).

O Senhor da Vila («representado» muitas das vezes pelo *Palácio*) não intervém directamente na condução da vida local nem da administração da justiça, apenas com ele deve ser feito o fossado e «limitando-se» a receber os impostos e a parte que lhe cabe das coimas arrecadadas pelo concelho (Juiz) (há referência directa ao Senhor da Vila de Lanhoso unicamente em 3 momentos da Carta de Foral).

Este Foral exclui mesmo a possível intervenção de qualquer meirinho nomeado pelo Rei ou pelo senhor, reconhecendo a «única» autoridade ao Juiz. Também é dito que não exista outro Senhor para além do próprio Monarca, ou que alguém possa ser acusado de algum delito sem haver queixa formulada.

Ao Alcaide apenas se faz referência no final do texto.

Se no aspecto económico o Monarca vai reclamar para si o mesmo foro dos habitantes deste concelho, em termos de justiça já assim não acontece. Chamo a atenção para as diferenças estabelecidas para o *Palácio do Rei* e *Palácio do Bispo*.

É salvaguardada a defesa dos moradores de Lanhoso, os quais são isentos do pagamento de qualquer outro pagamento que não conste da Carta.

No que se relaciona com as actividades económicas, as referências são praticamente inexistentes. Tomemos como exemplo a possível existência de um mercado, ao que o texto do documento apenas faz referência quando se refere ao pagamento de coima nas lutas que se verifiquem no mesmo mercado e, de forma muito indirecta, quando se refere ao pagamento de *Portagem* por parte dos mercadores e da quantia a pagar, de acordo com o tipo de carga.

Ainda em termos de economia do concelho, refiram-se as actividades que, de forma identicamente indirecta, são referidas, e as quais se limitam às searas, vinho e gado.

Sob o aspecto social, poderemos constatar a referência a vários grupos sociais: Cavaleiros, Peões, Clérigos e, eventualmente, mercadores.

Os direitos e deveres de uns e de outros, são clarificados no texto do nosso documento. Assim, se os Cavaleiros, os Clérigos e as viúvas estão isentos de dar Pousada, o que só deverá ser feito pelos Peões, estes, por seu lado, tal como os Clérigos, estão isentos de fazer fossado.

O principal privilégio de que os Cavaleiros do concelho de Lanhoso usufruem é, como na devida altura referi, a sua equiparação ao estatuto jurídico do Infância, do mesmo modo que os Peões vêm o seu estatuto jurídico equiparado ao dos Cavaleiros Vilãos.

Na verdade, todas as concessões que são feitas aos povoadores das terras, que agora passam a constituir o concelho de Lanhoso, são da responsabilidade do Monarca, o qual, no entanto, vai salvaguardar para si alguns direitos;

Assim, o rei faz a salvaguarda de todos os superiores direitos reais, direitos sobre as suas igrejas e também o direito de *Padroado*.

As principais normas de bom funcionamento e desenvolvimento da população deste concelho de Lanhoso poderão ser-nos dadas pela observação sistemática dos privilégios concedidos:

PRIVILÉGIOS

- * Isenção de pagamento de qualquer outro tributo que não conste da Carta;
- * São concedidos os termos da Carta de foral da Vila de Prado;
- * Exclui intervenção de qualquer tipo exterior ao Concelho;
- * Clérigos e peões são isentos do fossado;
- * Isenção do pagamento de Núncio (ou Lutuosu) e Manaria;
- * Princípio de prescrição de 1 ano e 1 dia;
- * Liberdade de circulação e transacção (de acordo com o foro);
- * Cavaleiro com estatuto jurídico equiparado ao do Infância;
- * Peões com estatuto jurídico equiparado ao dos Cavaleiros Vilãos;
- * Asilo para os que vêm de outras terras, mesmo quando hajam cometido qualquer delito, mesmo dos mais graves (homicídio e rouso), desde que não levem mulher alheia de benções e se façam Vassalos de algum senhor de Lanhoso;
- * As obrigações do fiador caducam ao fim de meio ano ou em caso de morte, ficando isentos de obrigações a mulher e os filhos;
- * Impossibilidade dos habitantes de Lanhoso fazerem penhora pelo Senhor ou pelo Meirinho;
- * Impossibilidade dos habitantes de Lanhoso serem penhorados pelo seu vizinho;
- * Cavaleiros e viúvas isentos de obrigação de dar Pousada (com excepção dos Peões, por mandado do Juiz e até um máximo de 3 dias);
- * Reconhecimento de propriedade privada;
- * Condenação das justiça por mãos próprias (todo o Concelho é implicado no pagamento do homicídio);
- * Direito do fiador reclamar os seus direitos (jurando com um ou dois vizinhos);
- * Reconhecimento da existência de um só foro e de um só senhor;
- * Isenção do pagamento de Tributos de Pastoreação;
- * Isenção do pagamento de portagem em todo o Reino;
- * Direito de cobrança de Portagem;
- * Não se responde em causa alguma sem haver queixa formulada;
- * O julgamento de todas as questões compete ao Alcaide da Vila, de acordo com o Foral e segundo o arbitrio dos Homens-Bons.

(...)

Como se pode observar pela longa lista de privilégios concedidos aos habitantes deste Concelho de Lanhoso que, pela Carta de Foral, agora era criado, será de concluir que a vida, em finais do século XIII, se desenrolava de uma forma muito particularmente difícil.

Se atendermos a que toda a população portuguesa, antes da outorga de Cartas de Foral (idênticas à que agora era outorgada ao concelho de Lanhoso), vivia numa situação de forte dependência do domínio senhorial, maior significado assumem os privilégios agora concedidos.

Alguns destes privilégios, quando observados à luz dos dias de hoje, poder-nos-ão parecer extremamente simples, banais e sem significado de maior. Haverá, no entanto, que atender que esta situação decorre da época em que teve lugar, ou seja, em finais do século XIII.

Nota-se ao longo da enunciação feita uma forte tendência para o desenvolvimento de um código de procedimentos, que com ética e verdade possam ser aplicados de forma uniforme à localidade em questão, e desta forma serem alcançados os seus principais objectivos que lhe são inerentes.

Como toda a moeda tem o seu anverso e o seu reverso, também os procedimentos, na «liberdade», são sujeitos ao cumprimento de determinadas obrigações e deveres.

As obrigações que deveriam ser observadas e cumpridas, sob pena de sofrerem adversidades ao normal decurso da vida da comunidade, poder-se-ão resumir às seguintes:

OBRIGAÇÕES

- * Pagamento anual de 1000 Libras ao Rei (dividido em 3 partes: Natal, Páscoa, S. João);
- * Indicar um Fidalgo de escolha Régia, a quem deverão pagar, para fazer manutenção ao Castelo de Lanhoso em favor do rei;
- * Pagar os direitos sobre qualquer venda de produtos agrícolas (pão e vinho);
- * O Fossado deverá ser feito anualmente por um terço do Concelho e com o seu Senhor;
- * Para resoluções de problemas em que estejam implicados habitantes de outras terras, é fixado lugar de medianido onde tomarão parte os julgamentos ou reuniões;
- * Necessidade de autorização do Concelho para se fazer penhora;
- * Os peões têm que dar Pousada por mandado do Juiz (até um máximo de 3 dias);
- * Todo o Concelho é implicado no pagamento do crime de homicídio, quando este ocorre na sequência de justiça por mãos próprias.

(...)

A fixação das normas de actuação para a comunidade, são também manifestas no cumprimento das determinações fixadas na tabela das coimas aplicadas aos diversos delitos que seguidamente se apresenta, por ordem regressiva:

COIMAS	DELITO	DESTINATÁRIOS
500 Soldos (e também dobra a penhora)	Intrusão de homem de outra terra em perseguição de um seu inimigo fazendo-lhe penhora ou algum mal	Senhor de Lanhoso
300 Soldos	Homicídio	Seus parentes (?) 7.º ao Palácio
300 Soldos (e seja expulso do Concelho como homicida)	Raúso	Palácio
300 Soldos (paga todo o concelho)	Homicídio em justiça por mãos próprias	Família
300 Soldos	Violar mulher	(?)
300 Soldos	Prender Homem de Lanhoso	(?)
300 Soldos	Abandono do cônjuge por parte da esposa	1/2 ao Palácio 1/2 ao marido
60 Soldos	Ferir um vizinho	Concelho 7.º ao Palácio
60 Soldos (dobra a penhora que fizer)	Fazer penhora sem autorização do Concelho	Concelho
60 Soldos	Descavalgar Cavaleiro de Lanhoso	(?)
30 Soldos	Ferir mulher alheia	Marido 7.º ao Palácio
10 Soldos (coima aplicada a cada osso)	Feridas de que são visíveis ossos	Lesado (?) 7.º ao Palácio
5 Soldos	Faltar ao Fossado	Palácio (?)
5 Soldos	Descavalgar Cavaleiro de outra terra	(?)
5 Soldos	Prender homem de outra terra	(?)
5 Soldos (por cada ferida)	Ferida contraída em luta	Lesado (?) 7.º ao Palácio
1 Dinheiro	Abandono do cônjuge pelo marido	Juiz
?? (8 vezes o seu valor - ? -)	Furto	Furto ao furtado 1/2 Palácio (?) 1/2 Juiz
(paga os danos causados) (trabalha para pagar)	Violação da propriedade privada	Lesado (?) 7.º ao Palácio

Pode afirmar-se que deste conjunto de leis realça a preocupação em evitar a violência e a forma selvagem de fazer justiça por mãos próprias, bem como tenta, de forma suave, conduzir ao hábito de procedimentos menos violentos e menos rudes, facilitando a convivência em comunidade livre, como algo de novo que a sua grande maioria agora experimenta.

Termino este capítulo apenas com a referência de que não será correcto, a partir desta tabela, e concretamente das penalidades aplicadas aos delitos de abandono do cônjuge, concluir pela diferença de tratamento em relação ao homem e à mulher que, efectivamente, é apenas aparente. Com efeito, aplicam-se ao marido e à esposa duas coimas muito diferentes: ao marido que abandona a esposa parece aplicar-se uma pena meramente simbólica — 1 dinheiro —, enquanto a esposa que abandona o marido paga 300 soldos. A explicação desta diferença estará no dote que o marido, na altura do casamento, dava à esposa, e que não recuperava, mesmo se ela o abandonasse ⁷²⁾.

FORAL NOVO OUTORGADO AO CONCELHO DE LANHOSO

POR D. MANUEL
EM
04 DE JANEIRO DE 1514

⁷²⁾ REIS, António Matos, ob. cit., p. 168.

CÓPIA

Foral do concelho de
lanhoso dado per sentença del Rey com
afonso i e Inquyregões totombo.

Dom manuel et. i

Recorda

Mostrasse polla dita sentença
serem os ditos da dita terra
muito judicialmente examina
dos per dito com muitos ysames e
justificações que senelles mandou fíz
per acorto da Rollaçam da nossa sala
da suplicação E per elles foy adita
sua dada com toda sollemidade E por
tanto adita sua auemos por boa e
portai ba aprouamos E mandamos q
per ella se huse ao diante sem outra
mudança algua myngoamento nã em
nouaçam com as decrações seguste
s. que amedida da estua per que os
foros dateria semandaram pagar polla
dita sentença sepagiem por ella Da
qual se façam duas medidas de metral
de cobie ou de ferro marcadas de bũa
marca Tal bũa como ha outra Das
quaes seia polla bũa dentro nãqna
to de celho Contra tenba ho senbão ou
seu moortomo pera per ella sempre Re
ceber os ditos ditos e nam per outra
ynubila medida E se ora da dita
medida senõ achai apriopia seiam cha
mados totollos foyreiros do dito conce
lho Noutas e dellas e ally os moortomo
os ou Rendeiros antigos que foram
dos ditos ditos E per justificação to
que ora pagam setome afazer adita me
dida na dita maneam sendo presente em
nosso nome ho moortomo dateriam
noslos decrações.

Ally decramos mais que os
cinquo casaaes de fonte arcada
De quaes na dita sentença ficon ho
dito delles Resguardado ancos que
se ha de pagar de cada bũ delles estas
coisas s. Otrecp topam e tovinbo e

xxxv.

linbo e bũa esparta de pisco e bũa cabu
to e bũa framgam com cinco oucos bũa
queylo segundo ofizerem em casa E bũa
leituga s. leitam que apriqua sua paru
leixando de manar. E se nõ tuerẽ
poia nem cabia nam pagaram leitams
nem cabuto E pagam mais de uataga
seis alqueires de pã meato E os
cinquo casaaes sam estes s. ho toluera
ra que tras Jobam toluera E de pã
tella que tras altonça semandam E de
pomarelho Costança ancos E de pã de gal
afonso gil e tamlem ho daporitella.

E pagasse mais ao senbão cada
bũa em seu lugar acostumado ho
piato s. certa beua segundo esta ja
determinado de tous em tous Anos
E quando ho senbão nõ for nãtina
pagam doito foro ao moortomo ou bũ
deiro segundo se auem. E por qua
to diogo nãz regimmar se agrua que
lle fuzem pagar do casal de ferreiros em
sam martinho de mcelho ho terço E o
meo toque laua Nam pagando talle
pantes mais que ceuto e cinquenta
Reaas e duas galinbas E por parte
nossa se disse que este casal be fora
de este lugar e termo em samboane
de Rey E posto que nam este nãtina
da terra com os outros Regueços q
perem ha de pagar ho dito dito nesta
terra de lanhoso Por tanto nos fuzem
vir ofical de samboane de Rey no
qual se decra que na freguesia de
sam martinho de ymcar In Ryal
ha quatro casaaes E em lamas bũa
que obetecem ao Julgado de lanhoso
com todos seus foros e decrações De
quaes cinco casaaes dam cadano
del Rey a terra parte topam e tolinbo
e de fãmas senbas terras nas bãs bãs
E tovinbo ametate E per bem tãl
decramos doito diogo nãz nam seer
agruate na paga que ora fuz dulto

**Grato
piato.**

como nam mostra titollo per quena
deua depagar odito foro pois nam se
mostra nadita sentença que se non
deue depagar Nem outro algu titollo
per que sepolla escaisar toque orapa
ga Que mandamos que ao diante
pague e nam mais posto quenodito
tombo mais fosse decretado. E por
quanto se agranam na dita terra es
tas pessas seguintes que lxe fazem
nouamente pagar mais foras de
que pella dita sentença sam obuga
gades. E os meordomos de ditas
dites em nollo nome alegam q
estas pessas que mais pagam he
por outras cousas que nouamente
ouderam de nollas Reguengos
e terras foreras as quaaes san
tam pequenas cousas que nom ou
demos por bem este foral com as
outras cousas seer retardado. E
Mandamos ao almorense de gu
maraes que vista apuxa cantidade
sumariamente conheça se estas pesso
as que assy ora pagam mais toq
soyam depagar ouueram outen
despois algumas herdades Reguengas
por homde homais de nam depagar
por que nam seprouando que mais
ouderam quando lxe soy acrecentado
homais foro os desobugue delle guar
dando duto aas partes. E as pe
ssas que soamente seagranam sam
estas .i. pero toado por tres alque
depam que lxe lenam mais toque
he obugado. E Jorge aões nafre
guysia desantiago delamboso lxe i
lenam mais toque alqueires toq
soya depagar. E Afonso gil soya
depagar vinte Reaacs na freguesia
de sam saluador por hui prado que
estaa cegue e deuasso e lenam lxe
agora cento e outros cento asoba
tolueira por outro prado de que

pagana sessenta Reaacs. E alda
fernandez depumarellho que nom pa
gana mais decada hui de toque
prados que vinte Reaacs e lenam lxe
agora cento por cada hui.

E por que os lauradores e foras **Partir opam**
de dateria seagranam que
lxe nam vam partir hopam e vinho
ao tempo deuso. Mandamos que os
meordomos ou Reuengos seiam dilige
tes. Item partir com os dits laura
dores no dia que pera isto forem Re
quengos. Ou ante lo outro dia aqlla
oras. E nam hudo aesse tempo de pres
parturam suas nouidades com duas
testimunhas. E aquella parte decada
hui de llas que anollas dits acon
tecer per bem da dita sentença aqlla
seo daram e lenaram seguindo estam
em costume ao senhono sem mais
seiem obugados de mais aguardar.
Nem deo medirem outra vez. Nem
em correiem por yssos em algua pena.
E se os dits foras lxe nom quiser
receber pellos am em casa de hui de
vinho homde alonado ao qual mandu
mos aas Justicas to lugar que lxe fa
cam guardar e dar ao senhono qua
to lho Requererem sem as parte
serem mais obugadas. Ou se ante
quiserem as partes tornai as ditas
cousas pera suas casas e pagallas
adindeiro como Valliam ao tempo q
llas nam quiseram Receber por ello
am fazer qual mais ante quiserem
sem outra obugacem nem pena.

E as callacas que forem obuga **Calage**
das apagar emtregeram em carne
da cantidade que comuamente se costu
ma na terra. E seia tomillo porco q
matarem. E quando assy lhanos quise
Receber nam seiam obugados de as
pagarem adindeiro se nam quiserem
Emtregeras am ao dito homde lxo

Bragnaces

segundo lle mandamos entregaz
os outros foras, sem outra obrigacão
E nisto mesmo decretamos napa
ga dos bragnaces que sepagam
na dita terra que lle nom queren
Receber se nom aquatorze Reaacs
por vara debragal Mandamos que
se Recebam no dito bragal que seia
estopa grossa da costumada naterra
E selha nom quizerem Receber
pagaram por vara soamente Atex Rã
e mais nam Cassy mandamos que
lle seiam Recebidos.

Gaado to
vento.

E leuassela na dita terra ogaato
tovento quando sepeider segui
to nolla ordenaçam com decretamam
que apelloa acuso poder for tuez odo
gaato bovenba espuei dy aoyto di
as com apelloa que pera ysto sera or
denato soopena delle seer demandado
de furto.

forças

E pena das forças issomelmo
desta maneira .s. quando as
forças forem pmeramente julgadas
pollos juzes E o forçado for tomado
alua polle E meam se leuaram Cento
e oytto Reaacs aacusta to forçador
e nam em outra maneira.

pena da
ma.

E pena darma selenam issomel
mo duzentos Reaacs e as as
armas sem mais selenar os msl e
oytenta Reaacs que se leuana de
morte Nem sangue de sobriolhos por
que se nom achou foral nem autori
dade pera se tenerem de leuar segundo
atec ora leuaram as quaaes manda
mos que mais nom leuem **E** le
uaram soamente de qual quez male
ficio os ditos duzentos Reaacs e
as armas com decretamam .s. q adita
pena lenom leuara quando algua
pessoas apuubarem espada ou qual
quez outra arma sem atraz **E** lem
pagaram adita pena aquellas pessoas

que sem preposito e em reixa nona
tomarem pao ou pedra posto que co
ella facam mal **E** posto que de prepo
sito tome o dito pao ou pedra se
nom fizierem mal com elle nõ paga
ram adita pena **E** lem apagara moço
de rb. annos pera baixo **E** lem molher
dequal quez hydade que seia **E** lem
pagaram adita pena aquellas pesso
as que castigando sua molher e fe
e escranco e criades tirarem sangue
E lem pagara adita pena quem sugui
to punhadao sem armas tirar sangue
com bofetada ou punhada **E** as ditas
penas e cada hua dellas nam paga
ram yssomelmo quaaes quez pesso
as que em defendimento de seu cor
po ou por apartar e extremar out
pessoas em alioydo tirarem armas
posto que com ellas tirem sangue
E lem apagara escranco dequal quez
hydade que seia que compaas oupe
dia tirar sangue. **E** pagara ca

tabaliaaes

E sam do senbono **E** duissam
quando vagarem sem berdeiro seguiu
ho foro que pollo foral e sentença
se mantou pagar **E** nam se darma
maninhos nas saydas e legamento
de quaaes quez casaaes outerraahe
guemguezas que ancos la seian
obrigadas pagar dellas dito outras
pessoas que as tragam outenhi. **E**
nas outras terras e maninhos fora
dos ditos Reguemguezos nollas ho co
celho os dara em camara sece hy ou
ver com acorido to dito comcelho sen
to pmeramente citados e ouvidas
as partes aque podem tenerem sem
lle perem nenhun foro sena dita
terra semelhantes terras ouder emq

Maninhos

Motados

assly sepollam dar e contra man. nã.

E os moradores da terra estã em vezinhamea com seus comarcaos acerca dos montados e gaados dehuus nas terras e outros per suas posturas segun to sempre fizeram sem outra em no uacam nem mudanca. **E** por quanto os moradores da terra se agrauam dehuu Jorge aues debriga ou de seus herdeiros que nonam lbe leuam dinheiro dos assentos e quando vam afeita ou Romanade sam sabastiam do est. e mandamos que tal em nouaem nom faga. **E** que liuremente possam hyr vender e comprar sempagarem dos taacs assentos nãhu trebuto Saluo se elle hy teuer suas nouidades.

A portalem se nom leuara anhuus vezinhos e moradores da dita terra de lanhofo e aas outras pessoas se leuara como adiante vay declarado

E a portalem com todollos capi tollos atee ahy do capitulo dapena to foral he este lugar de la uhofo tal como guimaraes. Dada em anossa muy nobre e sempre e leal cidade de lxtua aquatro dias de janeiro de quinhentos e rim aias e uay septo ho original em xij folhas fco septo e assynado pollo e dito fernam depina.

Foral do celho de lãho
ane de Rey dato pellas Inquiricoes do tombo.

Dom Manuel ef.

Mostralle pollas ditas In quiricoes fco a dita terra de lãhoane de Rey obuga da amuytos foros e trebutos assly de quarto e quinto e scisto do pan

vinho que ouellesen nos reguegos e casaes e terras reguemgas na dita terra como de massaas galinias ouos leitigas e o dito dito senam pagara de fauas nem outros nãhu legumes.

E por estas carnes e cosas men das foy feito muyto tempo ha comerto ante os reguemgueros e os senhoes que foram dos ditos ditos repagarem pollas ditas cosas mendas certo numero de castanhas segund des do dito tempo foram logo repartidas pollas heranças da dita terra assly como os ora pagam segun to adiante vam particularmente posta e declaradas as pollas queas pagam as quaaes sepagam nas oytuaas donatal.

E os ditos ditos e fco de quarto e quinto senam assentaram aquy por nam fco necessario por que atee publicamente he sabido como i pagam os reguemgos que cada hu trarem demuyto tempo e somente de craramos aquy amancera em que sepa gam e bam ao diante depagar. s. pa gamille os ditos foros depam segund dito foral em mollos no agro ante queo pan setoy alienante.

E o vi nho no lugar e chamam o mco como ou herdeiro ante que pussem as uias e senom for dia que pera isso for cha mado aparte opilara e fara seu vinho

E se nom for aparta atee outro dia e aas oras queo chamou para pisar as uias para seu vinho com duas tel timunhas. **E** o forero leuara o foro e quea comteez ao dito real aatega e ou cleiro to senhoio sem mais fco obrigado a outra coisa. **E** se assly nom quizerem recetaz emtegallo ha ahuu home lã vizinho da dita aate ga ao qual mandamos queo Recetaz e emtegue ao mco como quando lho

Foros da terra.

Declaraçã dapaga

DADO PER SENTENÇA DEL REY DOM AFFOMSSO E INQUIRIÇÕES DO TOMBO

(fl. 35)

Mostrasse polla dita Sentença serem os direitos da dita terra muyto Judicialmente examjados per direito com muytos ysames e Justificações que se nelles mandou fazer per acordo da Rollaçam da nossa casa da sopricaçam E per eles foy a dita Sentença dada com toda Sollenjdade E por tanto a dita Sentença avemos por booa e por tall ha aprovamos E mandamos que per ella Se huse ao diante Sem outra mudança alguma myngoamento nem em novaçam com as decraraçooens Segujntes . a saber. que a medida da estiva per que os foros da terra Se Mandaram pagar polla dita Sentença Se paguem por ella. Da qual Se façam duas medidas de metal de cobre ou de ferro marcadas de huuma marca Tal huma como ha outra. Das quaaes seja posta huma dentro marca do conçelho E outra tenha ho Senhorio ou Seu moordomo pera per ella sempre Reçeber os ditos direitos e nam per outra njnhuma medida. E Se ora da dita medida Senom achar a propria Sejam chamados todollos foreiros do dito conçelho Novos e velhos E assy os moordomos ou Rendeiros antijgos que foram dos ditos direitos E per Justificaçam do que ora pagam Se torne a fazer a dita medida na dita maneira Sendo presente em nosso nome ho moordomo da terra dos nossos direitos.

E Assy decramos mais que os cinco casaaes de fonte arcada Dos quaaes na dita Sentença ficou ho direito delles Resguardado a noos que se ha de pagar de cada hum delles estas cousas . a saber. O terço do pam e do vinho e

linho e hum espadoa de porco e hum cabrito e hum framgam com cinco ovos e hum queyjo Segundo o fizerem em casa E hum leituga .a saber. leitam que a porqua Sua parir leixando de mamar. E Se nom tiverem porca nem cabra nam pagaram leitam nem cabrito. E pagam mais deira dega seis alqueires de pam meado. E os cinco casaaes sam estes .a saber. ho doliveira que traz Joham doliveira E o da portella que traz aldomça fernandez E o de pomarelho Costança annes E o de pedregal afomssso gil e tambem ho da portella.

E Pagasse mais ao senhorio cada hum em seu lugar acostumado ho prado. a saber. çerta herva segundo estaa Ja determinado de dous em dous Annos E quando ho senhorio nom for na terra pagam o dito for ao moordomo ou Rendeiro segundo Se avem. E por quanto diego martjnz de gixomar se agrava que lhe fazem pagar do casal de ferreiros em Sam martinho deemceullo ho terço E o meo do que levra Nam pagamdo delle dantes mais que çento e çinquenta Reaaes e duas galinhas E por parte nossa se disse que este casal he fora deste lugar e termo em Samnhoane de Rey E posto que nam estee na sentença da terra com os outros Reguengos que porem ha de pagar ho dito direito nesta terra de lanhoso Por tanto nos fazemos vir o foral de samnhoane de Rey no qual se decrara que na freguesia de sam martinho vmçar. In Ryal ha quatro casaaens E em lamas hum que obedecem ao julgado de lanhoso com todos Seus foros e dereituras. Dos quaaes cinco casaaes dam cadano A el Rey a terça parte do pam e do linho e de favas Senhas teigas nas basinhas E do vinho a metade. E per bem do quall decramos o dito diogo martjnz nam Seer agravado na paga que ora faz visto

ERUA DO
PRADO

como nam mostra titollo per que nam deva de pagar o dito foro pois nam se mostra na dita sentença que se nom deve de pagar Nem outro algum titollo per que se possa escusar do que ora paga O que mandamos que ao diante pague e nam mais posto que no dito tombo mais fosse deccarado. E por quanto Se agravam na dita terra estas pessas seguintes que lhe fazem novamente pagar mais foros dos que pella dita sentença Sam obrigados E os moordomos dos ditos direitos em nosso nome alegam que estas pessoas que mais pagam he por outras cousas que novamente ouveram dos nossos Reguemgos e terras foreiras as quaaes sam tam pequenas cousas que nom ouvemos por bem este foral com as outras cousas seer retardado.

Mandamos ao almoxeriffe de guimaraens que vista a pouca cantidade Sumariamente conheça se estas pessoas que assy ora pagam mais do que soyam de pagar ouveram ou tem despois algumas herdades Reguengas por homde ho mais devam de pagar por que nam se provando que mais ouveram quando lhe foy acrecentado ho mais foro os desobrigue delle guardando direito aas partes. E as pessoas que soamente se agravam sam estas, a saber, pero do cabo por tres alqueyres de pam que lhe levam mais do que he obrigado. E Jorge annes na freguesia de santiago de lanhosso lhe levam mais dous alqueyres do que Soya de pagar. Affomisso gil soya de pagar vinte Reaes na freguesia de sam Salvador por hum prado que estaa ceive e devasso e levamlhe agora cento e outros cento a Joham doliveira por outro prado de que

pagava sessenta Reaes. E aldona fernandez de pumarelho que nom pagava mais de cada hum de dous prados que vinte Reaes e levelhe agora cento por cada hum.

E por que os lavradores e foreiros da terra se agravam que lhe nam vam partir ho pam e vinho ao tempo devjdo : Mandamos que os moordomo ou Rendeiros seiam diligentes A lrem partir com os ditos lavradores no dia que pera isso forem Requeridos Ou atee ho outro dia aaquellas oras E nam lndo a esse tempo As partes partiram suas novjdades com duas testemunhas E aquella parte de cada huma dellas que a nossos direitos aconter per bem da dita sentença aquella soo daram e levaram Segundo estam em costume ao senhorio sem mais serem obrigados de mais aguardarem.

Nem de o medirem outra vez Nem em correrem por yso em alguma pena.

E se os ditos foros lhe nom quiserem receber poellos am em casa de hum vezinho homem abonado ao qual mandamos aas justicas do lugar que lho façam guardar e dar ao senhorio quando lho Requererem sem as partes Serem mais obrigadas. Ou se ante quiserem as partes tornar as ditas cousas pera suas casas e pagallas a dinheiro como valliam ao tempo que lhas nam quiseram Receber podello am fazer qual mais ante quiserem sem outra obrigaçam nem pena.

E as callaças que forem obrigados a pagar entregaram em carne da cantidade que comunmente se costuma na terra E seia do mjlhor porco que mataram E quando assy lha non quiserem Receber nam seram obrigados de as pagarem a dinheiro se nam quiserem E entregallas am ao dito homem boom

Partir
o pam

Bragaaes

Gaado do
Vento

Forças

Pena dar
ma

Calaaças

segundo lhe mandamos entregar os outros foros sem outra obrigaçam.

E isso mesmo deccaramos na paga dos bregaaes que se pagam na dita terra que lhe nom querem Receber se nom a quatorze Reaes por vara de bragal Mandamos que se Recebam no dito bragal que sera estopa grossa da costumada na terra. E Se lha nom quiserem Receber pagaram por vara Soamente A dez Reaes e mais nam E assy mandamos que lhe Seiam Recebidos.

E Levassse a na dita terra o gaado do vento quando se perder Segun do nossa ordenaçam com deccaraçam que a pessoa a cujo poder for teer o dito gaado ho venha escprever dy a oyto dias com a pessoa que pera yso sera ordenado Soo pena de lhe seer demandado de furto.

Da pena das forças isso mesmo desta maneira, a saber, quando as forças forem primeiramente Julgadas pollos Jujzes E o forçado for tornado a sua posse Entam Se levaram Cento e oyto Reaes Aa custa do forçador e nam em outra maneira.

Da pena darma se levava isso mesmo duzentos Reaes e as as armas sem mais Se levar os mjl e oytenta Reaes que se levava de morte Nem sangue de sobrolhos por que se nom achou nem autori dade para Se deverem de levar segundo atee ora levaram as quaaes mandamos que mais nom levem. E levaram soamente de qual quer maleficio os ditos duzentos Reaes e as armas com deccaraçam, a saber, que a dita pena senom levava quando algumas pessoas apunharam espada ou qual quer outra arma sem atirar. Nem pagaram a dita pena aquellas pessoas

que sem preposito e em reixa nova tomarem pau ou pedra posto que com ella façam mal. E posto que de preposito tomem o dito paao ou pedra se nom fizerem mal com elle nom pagaram a dita pena. Nem a pagara moço de xb. annos para baixo Nem molher de qualquer hydade que seja Nem pagaram a dita pena aquellas pessoas que castigando sua molher e filhos e escravos e criados tirarem sangue Nem pagara a dita pena quem Jugan do punhadas Sem armas tirar sangue com bofetada ou punhada E as ditas penas e cada huma dellas nam pagaram yso mesmo quaaes quer pessoas que em defendimento de seu corpo ou por apartar e estremar outras pessoas em aRoydo tirarem armas posto que com ella tirem sangue. Nem a pagara escravo de qual quer hydade que seja que com paao ou pedra tirar sangue. E pagara cada hum dos cinco tabaliaaes do dito lugar e comcelho por anno dozeimos e dezaseis Reaes.

Os manjnhos dos Reguemgos Sam do senhorio E darsse am quando vagarem Sem herdeiro Segundo ho foro que pollo foral e sentença se mandou pagar E nam se daram manjnhos nas saydas e logramento de quaaes quer casaes ou terras Reguemqueyras que a noos Ja Sejam obrigadas pagar dellas direito outras pessoas que as tragam ou tenham. E nas outras terras e manjnhos fora dos ditos Reguemgos nossos ho comcelho os dara em camara Se os hy ou ver com acorda do dito comcelho sendo primeiramente citados e ouvidas as partes a que podem deneficar sem lhes poerem nenhum foro se na dita terra Semelhantes terras ouver em que

Tabaliaaes

Manjnhos

(fl. 36 v.)

Montados assy Se possam dar e doutra maneira nam.
E os moradores da terra estaram
em vezinhança com Seus co
marcaaõs açerqua dos montados
dos gaados de huunus nas terras
dos outros per Suas posturas segun
do sempre fizeram sem outra em no
vaçam nem mudança. E por
quanto os moradores da terra Se
agravam de huun Jorge annes de bra
ga ou de seus herdeiros que novamente
lhe levam dinheiro dos assentos
quando vam a feira ou Romaria de
sam Sabastian do este mandamos
que tall em novaçam nom faça. E
que livremente possam hyr vender
e comprar sem pagarem dos taacs
assentos njnhum trebuto Salvo Se
elle hy tiver Suas novidades.
A portajem Se nom levara a njnhuns
vezinhos e moradores da dita terra
de lanhoço E aas outras pessoas
se levara como adyante vay declarado.
E a portajem com todollos capi
tollos atee afym do capitulo
da pena do foral he este lugar de la
nhoso tal como gujmaraanes. Dada
em a noossa muy nobre e sempre
leal çidade de lixboa a quatro dias
de Janeiro de qujnhemtos e xiiij annos
E vay Scripto ho original em xiiij
folhas Sooscripto e assynado pollo
dito Fernan de pina.

CÓPIA
DA PRIMEIRA PÁGINA



Dom. Daniel
perignat de de Rey
de Portugal e de
algues da quem da
lem m em africa Sei
de guine e da conquis
ta e manegua e co
mercio de ethiopia
arabia e india
aquatre ellanossa
carta de fomal

Dado para sempre a todos e con
celho de lumboso virem fuzem e sabi
q per bem da sentia e de tunc
nares fuzem e espierades que foni
da ne e fuzem per nos e com a do
nostro consello e leterado. Acau
da fuzem da nestos bepnas e da
dntos. R e trebutos q se per elles
denam dntos e pagu e ashy
pell e Inquyriades que pmeram
mandamos fuzer em todos os lugu
res de n. Nos bepnas e senthonas
Inquyriades pmero com de pello
ne que os dntos dntos R e tmbam

TRANSCRIÇÃO

1. O presente trabalho tem por objecto a transcrição do texto original, que se encontra no manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa, e a sua publicação em forma de livro. A transcrição foi feita por mim, e a publicação é de minha responsabilidade. O texto original é de autoria de [nome do autor], e foi transcrito para a Biblioteca Nacional de Lisboa em [ano]. A publicação é de minha iniciativa, e a edição é de minha responsabilidade. O texto original é de autoria de [nome do autor], e foi transcrito para a Biblioteca Nacional de Lisboa em [ano]. A publicação é de minha iniciativa, e a edição é de minha responsabilidade.

NOTAS EXPLICATIVAS

DOM MANUEL

per graça de deus Rey
de portugal e dos
algarves daquem e da-
lem mar em africa Senhor
da guine e da conqui-
sta e navegação e co-
mercio da ethiopia
arabia persia e da India
A quantos esta nossa
carta de foral

dada pera sempre a terrai e conce-
lho de Lanhoso virem fazemos saber
que per bem das sentenças e determi-
nações Jeraes e especiaes que foram
dadas e feitas per nos e com os do
nosso concelho e leterado acerca
dos foraes dos nossos Regnos e
direitos Reais e trebutos que se per elles
deviam darrecadar e pagar e assy
pellas Inquisições que primeiramente
mandamos fazer em todollos luga-
res de nossos Regnos e senhorios
Justificadas primeiro com as pesso-
as que as ditas terras direitos ja tinham. (...)?

NOTAS EXPLICATIVAS

- [1] «Em definição preliminar, diz-se *foral* ou *carta de foral* (do latim *forum*; *fuero breve* na terminologia espanhola) o diploma concedido pelo rei, ou por um senhorio laico ou eclesiástico, a determinada terra, contendo normas que disciplinam as relações dos seus povoadores ou habitantes entre si e destes com a entidade outorgante. Constitui a espécie mais significativa das chamadas *cartas de privilégio*. Registam-se, primeiro, documentos muito rudimentares, que se estruturam fundamentalmente como contratos agrários colectivos: as *cartas de povoação* (*cartas pueblas* em Espanha), onde avulta o intuito de povoar o que está ermo, ou apenas de atrair nova mão-de-obra a locais já habitados. Para o efeito, o rei, o senhor ou a instituição eclesiástica — cada qual a respeito do seu domínio fundiário — dirigem-se as mais das vezes de todo em abstracto, aos que queiram fixar em determinada localidade, mediante adesão às condições estabelecidas no diploma. Muitos destes actos ficaram na base da formação de núcleos populacionais autónomos. Assim como se resvala, quase insensivelmente, da carta de povoação para o simples contrato de aforamento, poderá dizer-se também que passamos, sem verdadeira quebra de continuidade, da carta de povoação ao foral. (...)

Por via de regra, os seus perceitos referem-se às seguintes matérias: liberdades e garantias das pessoas e dos bens dos povoadores; impostos e tributos; composições e multas devidas pelos diversos delitos e contravenções; imunidades colectivas; serviço militar; encargos e privilégios dos cavaleiros vilãos; ónus e forma das provas judiciais, citações, arrestos e fianças; aproveitamento dos terrenos comuns. Trata-se, pois, fundamentalmente, de normas de direito público. As normas de direito privado ocupam nos forais um plano muito secundário. (...)

COSTA, Mário Júlio de Almeida, *Diccionario de História de Portugal*, — FORAIS — Direcção de Joel Serão, Livraria Figueirinhas, Porto, 1985, vol. III, pp. 55, 57.

- [2] O Castelo de Lanhoso, não terá sido, certamente, edificado no século XIII, quando foi outorgada a carta de foral por D. Dinis ao concelho de Lanhoso, mas deverá ser levado em atenção a existência de um reduto defensivo neste local.

Na verdade, a necessidade de criar uma póvoa, por D. Dinis, para se verificar um mais efectivo e denso povoamento destas terras, bem como os cuidados dispensados a este reduto anteriormente (assumindo-se como *um dos mais obscuros obreiros da independência portuguesa*), poderá relacionar-se com a importante localização estratégica, tendo como referência as vias de comunicação que ligavam à região da Galiza.

Também poderá ser levada em consideração, a possibilidade, aventada por Artur Norton, — «O Castelo de Lanhoso» — «Livro do Congresso (I Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses)», Lisboa, 1982, pp. 108, 111), onde somos colocados perante a questão: *Seria pois o encastelamento, uma nova perspectiva de Organização Sócio-Administrativa?*

- [3] Para Torquato Sousa Soares a tese de Herculano é inaceitável, para o que aponta a entrada em decadência do município no século V, os quais não existem para além do século VII. Conclui, por seu lado, que a organização do nosso município medieval não apresenta com a do romano pontos de contacto que tornem verosímil uma origem comum. T.S.S. revê a teoria de Alexandre Herculano, retirando-lhe o seu excesso de *romanismo* e divide-os em 3 grupos: Rurais, Urbanos e Distritais, com variados subgrupos.

SOARES, Torquato de Sousa, *Diccionario de História de Portugal — Concelhos* —, pp. 137, 139.

- [4] Para Teófilo Braga, os forais portugueses são «derivados exclusivamente do génio germânico, em reacção constante contra o código visigótico e contra o direito romano».

BRAGA, Teófilo, *História do Direito Português*, Os Forais, Lisboa, 1868.

- [5] António Matos Reis diz que «O grande equívoco de Herculano, e de Torquato Soares, que no fundo não deixa de ser o de Durand — considera as teses de Herculano demasiado jurisdicistas, dizendo pre-

ferir, em vez do critério baseado nas magistraturas, um critério baseado nas hierarquias sociais, diferenciando a sua classificação em relação à de Herculano apenas no facto de distinguir dois grupos de concelhos imperfeitos: um em que todos os habitantes têm iguais direitos, outro em que há duas categorias de pessoas com diferentes deveres e direitos — e de outros autores, consistiu em estudar os municípios como se eles logo desde o início se apresentassem como uma instituição acabada, sem necessidade de evoluir e se adaptar aos diversos tempos e lugares e imunes às influências exteriores resultantes do aperfeiçoamento dos métodos administrativos e do aprofundamento e difusão dos estatutos jurídicos. Daí o terem sido estudados como uma realidade estática, numa perspectiva sincrónica, reunindo elementos fornecidos por diplomas elaborados em diversas épocas, por vezes com diferenças de séculos, em contextos geográficos e humanos muito diferentes.

É necessário estudar os forais e outros diplomas, não como se eles constituíssem um *corpus* simultâneo, mas numa perspectiva diacrónica, levando em consideração a inevitável evolução das instituições, tratando os municípios como realidades dinâmicas, susceptíveis de inovações e ajustamentos, ditados pela necessidade de sobrevivência, que, para defender o essencial, se amoldam, no que é secundário, às exigências dos tempos.»

REIS, António Matos, ob. cit., p. 24.

- [6] A distinção entre os *Forais Novos* e *Forais Antigos* advém da reforma destes diplomas por D. Manuel:

«(...) o progressivo robustecimento do poder do rei e a uniformização jurídica, alcançada através da legislação geral, iam determinando o declínio das instituições concelhias, bem nítido ao longo do século XV. Em consequência dele, os forais perderam o seu alcance anterior e transformaram-se em meros registos dos tributos dos municípios. Simplesmente, muitas das cartas encontravam-se cheias de deturpações, ou apenas obscurecidas pelo decurso do tempo.

Nas cortes iniciadas em Coimbra em 1472 e nas de Évora de 1475 os procuradores dos concelhos pediram a D. Afonso V uma reforma dos forais, que não chegou a efectuar-se, apesar de ordenada pelo monarca. No reinado seguinte, em cortes de 1481-82, voltam os municípios a denunciar a necessidade dessa revisão, alegando as opressões de que eram vítimas. D. João II determina a recolha de todos os forais, e, na época de D. Manuel, a reforma — por obra, sobretudo, de Fernão de Pina — processou-se efectivamente; não, porém, com o sentido de revigorar a autonomia dos municípios. Na verdade, depois da reforma empreendida pelo monarca *Venturoso*, os forais alcançaram um sentido diferente, perdendo o carácter de estatutos político-concelhios, para conservarem o simples aspecto de registos actualizados das isenções e encargos locais. (...)»

COSTA, Mário Júlio de Almeida, *Dicionário de História de Portugal*, — FORAIS — pp. 55, 57:

- [7] «INQUIRIÇÕES (do latim *inquisitiones*). Inquéritos em larga escala do estado dos direitos reais, ordenados pelo poder central...

...pode e deve integrar-se o movimento das inquirições no conjunto das medidas de fortalecimento do poder real e de centralização administrativa que caracterizam os últimos séculos da Idade Média. Na raiz das inquirições portuguesas estão os abusos dos senhores, laicos e eclesiásticos, e até de vilãos, cometidos relativamente aos reguengos, terras, direitos e padroados da coroa. Coutos e honras estabeleciam-se como não deviam; sonhejava-se o pagamento de colheitas, foros, rações e anuidades; impunham-se títulos de propriedade onde não os havia.

De tudo isto sofria a coroa principalmente; às vezes, também, os pequenos proprietários e os «mesquinhos», violentados nos seus direitos pela arrogância e a cobiça dos grandes.

O rei, cujas necessidades de aumentar os rendimentos, quer em géneros quer em moeda, vista a complexidade crescente da administração central, se tornavam de ano para ano mais prementes, servia-se dos inquéritos para apurar responsabilidades, remediar as faltas, castigar os culpados e com tudo, receber o mais que pudesse. (...)»

Pondo de parte, por quase ignotos e certamente de pouco relevo, alguns inquéritos parcelares..., podemos dizer que as inquirições principiaram em 1220, sob D. Afonso II. (...)»

OLIVEIRA MARQUES, A. H., *Dicionário de História de Portugal*, — INQUIRIÇÕES — pp. 328, 330.

- [8] A *Era de César* ou hispânica principia em 1 de Janeiro do ano 38. Para a ajustar à *Era de Cristo*, é necessário, portanto, subtrair estes 38 anos ao ano indicado para assim se poder datar os documentos de acordo com a *Era* em que nós, presentemente, vivemos.

Em Portugal, a adopção oficial da *Era de Cristo*, abandonando-se, assim, a de César, foi ordenada por D. João I em 22-VIII-1422.

Embora quase todos os documentos com a simples indicação de *Era*, sejam datados de acordo com a *Era de César*, existem, contudo, algumas excepções que convirá verificar.

- [9] In: BIBLIOTECA POPULAR DE LEGISLAÇÃO, ob. cit.

«Tanto como a sua igreja são antiquíssimas, atribuindo-se a reedificação da matriz aos templários, o que prova a sua antiguidade. O prior em 1130, a 22 de fevereiro, fez um contracto com o bispo do Porto no qual lhe deu um casal em Paramos para remir a obrigação que tinha de um jantar em cada anno. O contracto foi feito por escriptura publica. D. Armigiro se chamava o prior, e D. Hugo II o bispo.

Houve aqui um antiquíssimo mosteiro de conegos e conegas de Santo Agostinho, cruzios; em 1130 foi suprimido o de mulheres, por causa das immoralidades, que se praticavam, e extinto todo em 1300. Deu-o Afonso IV em 1340 as freiras do Santo Sepulchro, que haviam sido expulsas de Jerusalem pelos turcos, os quaes fundaram aqui um hospital que chegou a ter grandes créditos. Depois tornou a ser convento mixto de frades e freiras e assim se conservou até 1492 em que D. João II o extinguiu, unindo-o à ordem de Malta de que foi commenda. Foi o unico convento de Santo Sepulchro que existiu no reino.»

- [10] José Mattoso (MATTOSO, José, *Portugaliae Monumenta Historica, Livro Antigo de Linhagens do Conde D. Pedro*, 2.º vol., ed. Critica, Publicação do II Centenário da Academia das Ciências, Lisboa, 1980.) «D. Godinho Fafez (de Lanhoso) foi 'o que edificou Fontarcada e a Coutou'».

Em 1191, aparece-nos a referência documental da doação de Carrizado a este Mosteiro, pela pessoa de D. Egas Fafez, (COSTA, Pe. Avelino de Jesus, ob. cit. p. 115.)

- [11] A propósito desta freguesia de Geraz do Minho, aparecem-nos as seguintes palavras em: BIBLIOTECA POPULAR DE LEGISLAÇÃO, ob. cit. p. 721:

«N'esta freguesia está a torre de Berrêdo, solar dos Berrêdos, procedentes dos Osórios Ribeiros, senhores da referida casa e torre, família notável porque d'ella procedeu a célebre e formosissima D. Maria Paes Ribeiro, conhecida na história pelo cognome de Ribeirinha e amasia ou barrigante de D. Sancho I.

A quinta chamada dos Paços, em razão de nella viver D. Teresa Paes Bugalho, irmã de Rui Paes Bugalho, homem notável d'aquella epocha, foi *mui honrada com privilégios por D. Diniz* — »

- [12] S. João de Rei teve Carta de Foral (Antigo) por inquirições de Agosto de 1228 — Maço 9 de Forais Antigos N.º 5 —, renovado por D. Manuel em 25 de Dezembro de 1514 — Liv. de Forais Novos do Minho, fl. 36v., col. 1 — e extinto em 31 de Dezembro de 1853.

Deste concelho faziam parte, em 1706, as freguesias de Ajude, Friande (anexa à de Verim no eclesiástico, pois no civil pertencia ao Couto de Parada de Bourn, no concelho de Ribeira de Soaz), S. João de Rei e Verim, bem como o Couto de Pousadela, constituído pela freguesia de Monsul.

- [13] Existiu o concelho de Ribeira de Soaz, recebendo Carta de Foral passada por D. Manuel (Foral Novo) em 16 de Julho de 1515 — *Livro de Forais Novos do Minho*, fl. 62v., Col. 1 — onde se trata das seguintes terras: Aventosa, Berrezal, Caniçada, Cova, Fornellos, Fradelos, Freande, Parada de Bourn, Portella, Pouzadella, Soengas e Ventosa.

Em 1706 fazem parte deste concelho as freguesias de Caniçada (S. Mamede), Cova (S. João Baptista), N.º Sr.ª do Rosário anexa à de Salamonde, Salamonde (S. Gens), Soengas (S. Martinho), Ventosa (S. Martinho) e Vilar da Veiga (St.º António) anexa no eclesiástico à de Ventosa.

- [14] COSTA, Américo da, *Dicionário Chorográfico de Portugal Continental e Insular*, Porto, 1929.

«Aqui viveu o Conde D. Fafez Sarrazim de Lanhoso, bom e Rico-homem, que com muitos cavalheiros seus vassallos pelejou, e morreu nas águas da Mais, junto a Coimbra diante do seu Rei D. Garcia contra D. Sancho seu irmão Rei de Castela. Sucedeu-lhe seu filho D. Godinho Fafez que fundou o Mosteiro de Fontarcada.»

- [15] A Paróquia de N.º Sr.ª do Amparo foi criada em 1925.

A freguesia foi formada por Decreto n.º 18.686 de Terça-feira, 29 de Julho de 1930, constituindo-a os lugares de «Póvoa, S. Pedro, Veiginha, valdemil e Monto, todos da freguesia de Lanhoso, e pelos lugares da Póvoa, Portela, S. Brás, Bagões, Oliveira, Quintã, Requesenda, Moinhos Novos, Aldeia e Barreiro, conforme a linha divisória, estes da freguesia de Fonte Arcada, e ainda de uma casa situada na margem da estrada da Póvoa de Lanhoso às Taipas, pertencente à freguesia de Galegos.

Os limites da nova freguesia ficarão assim constituídos: ao norte, por uma linha recta que, partindo do local em que a estrada municipal de Lanhoso incide na de Cabeciras, *passa por detrás do Monte do Castelo* em direcção aos limites actuais de S. Gens de Calvos, que ficarão os mesmos; ao nascente, continuando os limites entre S. Gens de Calvos e os lugares desmembrados da freguesia de Fonte Arcada até ao monte mais alto sobranceiro ao lugar de Quintã, descendo deste ponto em linha recta em direcção à parte mais alta da mata chamada das Agrads, onde se

encontra com a esquina da parede divisória; daqui parte outra linha recta até à poça chamada da Estrada Velha, seguindo daí pela antiga estrada que levava à Póvoa até encontrar o caminho chamado do Lameirão, seguindo-o por junto da casa do Cômodo de Baixo, atravessa a estrada de Cabeceiras, vai pelo caminho público até o depósito da caixa das águas do Hospital e daqui, pelo mesmo caminho, até ao lugar dos Moinhos Novos; ao sul, pelo Monte da Póvoa e pelo antigo caminho que liga o lugar dos Moinhos Novos com os de Arrifana e Paredes, desde a caixa das águas até Moinhos Novos, conservando-se os antigos limites entre este lugar e a freguesia de Taide, bem como entre Moinhos Novos e a freguesia de Vilela, até o ponto em que esses limites se encontram com a estrada de Lanhoso às Taipas;

ao poente, esta mesma estrada até a ponte de Agreló; daqui segue o ribeiro que aí corta a estrada até a Poça de Chidelos, de onde partirá uma linha recta que ligará este ponto com a embocadura da estrada municipal que da Póvoa segue para Lanhoso.»

É ainda revogada toda a legislação contrária ao decreto, o qual tem data de 23 de Julho de 1930, assinado, primeiramente, por **António Oscar de Fragoso Carmona**.

- [16] D. Dinis (1261-1325) [1] filho de D. Afonso III e de D. Beatriz de Castela, vai ser aclamado em Lisboa no ano de 1279, iniciando então um reinado de 46 anos onde se realizou a luta contra os privilégios que cerceavam a sua autoridade suprema. Desta forma, em 1282 estabeleceu as apelações de quaisquer juizes só podiam fazer-se junto da corte do rei e em 1283 revogou as doações que havia feito antes da maioridade. Em 1284 recorreu às inquirições, que incidiram sobre os padroados de domínios régios, os impostos reais de parte da Beira Baixa e Entre Douro e Minho e, posteriormente, sobre coutos e honras. (...)

Todas as usurpações foram condenadas em 1290. (...)

Regularizou a amortização da propriedade, proibindo às ordens religiosas e aos clérigos a aquisição de bens de raiz. Também procurou defender a Igreja e os mosteiros dos abusos resultantes do sistema do padroado, opondo-se também aos que do foro eclesiástico se praticavam, respeitando apenas nos casos em que o direito canónico o reconhecia. (...)

Cedo percorreu cidades e vilas, fortificando nelas os seus direitos e privilégios, **zelando pela boa execução da justiça e organização a defesa do Reino em todas as comarcas**. Reparou burgos arruinados e fundou outros e mais de 50 castelos. (...)

Desenvolveu as feiras, dando a várias povoações privilégios e isenções (feiras francas); (...)

Foi contudo a agricultura que mais o preocupou. A exploração das terras não honrada estava, desde os primeiros tempos, nas mãos das ordens religiosas e militares. Era necessário, porém, interessar nela toda a Nação, pelo que — **O Lavrador** — facilitou a distribuição das terras, aumentando assim a população dos pequenos proprietários e trabalhadores rurais. (...)

Adoptou, segundo as regiões do País, diversos sistemas de emprazamento e estabeleceu encargos onerosos aos povoadores. (...)

Entre Douro e Minho dividiu as terras em casais; cada casal era propriedade enfiteutica, um prazo pelo qual era devido um foro ou pensão à coroa, ao município ou ao donatário, como senhores directos; cada casal deu origem mais tarde a uma povoação. (...)

D. Dinis ordenou o uso exclusivo da língua portuguesa em documentos oficiais. (...)

FERREIRA, Maria Emília Cordeiro, — DINIS — *Dicionário de História de Portugal*. Dirigido por Joel Serrão, Livraria Figueirinhas, Porto, 1985, Vol. II, pp. 299, 301.

- [17] Título de **Rei de Portugal e dos Algarves** aparece-nos a partir do reinado de D. Afonso III.

- [18] D. Isabel, filha de D. Pedro III.

D. PEDRO III — (1239-1285). Rei de Aragão, Catalunha e Valência (1276-1285), chamado o *Grande*. Pai da Rainha Santa Isabel, esposa de D. Dinis. Filho de Jaime I, toma parte nas campanhas guerreiras do pai contra os muçulmanos e os feudatários rebeldes. Casado com Constança (1262), filha de Manfreda da Sicília, reclama a coroa deste reino, em nome da esposa, depois de morto o pai desta.

- [19] **FORAL** — Assim foram chamados os particulares códigos ou cadernos de leis municipais de uma cidade, vila, concelho ou julgado, e ainda dos moradores ou caseiros de uma quinta ou herdade. E como estas leis, dadas pelo senhorio directo do respectivo território, eram públicas, gerais e impreteríveis para os indivíduos daquela corporação ou colónia, se chamaram *foral á foro*; ou porque eram tão notórias, como o que se passava na praça; ou porque, segundo elas, se decidiam e regulavam perante os juizes, as causas, e acções dos que aos ditos *forais* estavam sujeitos; ou *á fundo*, porque esta

era a voz do imperante para com os vassallos. E, finalmente, disseram alguns que sendo o rei *Foroneo* o primeiro, que dera leis aos Gregos, dele tomaram o seu nome os *forais* das terras.»

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim de, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases* [...]: Edição Crítica por Mário Fúza. Porto, Livraria Civilização Editora, 1983, Vol. II, pp. 278.

- [20] De notar que, pela primeira vez, nos aparece em documentos a referência à **Póvoa de Lanhoso, mea popula de Lanyoso**, forma pela qual se denomina actualmente o concelho.

Fica desta forma bem explícita a origem toponímica do nome do concelho, a qual se induz pela necessidade sentida para a criação de uma póvoa habitacional para povoar, explorar e possivelmente defender a zona, extremamente importante pela sua localização geográfica (entre Guimarães e a Galiza) e dada a sua natural proximidade às cidades de Guimarães e de Braga.

A atestar a natureza militar da importância desta Póvoa de Lanhoso, em inúmeros documentos nos aparece a referência à **Póvoa do Castelo de Lanhoso**. (Alvarás Régios)

Com esta explicação ficarão desfeitas as dúvidas que permaneciam nos espíritos de muitas das pessoas que se questionavam da origem toponímica deste concelho.

- [21] **TERMINOS** — Termos, limites, confrontações, balizas.

Documentos das Bentas do Porto, 1285.

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob. cit. vol. II, p. 606.

- [22] **IUDICATO (Julgado)** — Nas inquirições reais, desde el-rei D. Afonso II até el-rei D. Dinis, *judgado* (ou *judicato*) era sinónimo de *concelho*, *terra* ou *termo*, que tinha *juiz* ou *alvazil* com jurisdição mais ou menos ampla.

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob. cit. vol. II, p. 340.

- [23] **JUR** — Vem do Latino JUS, o direito.

Acha-se um escambo, que el-Rei D. Dinis fez com o Mosteiro de Tarouca, Documento de 1306. O mesmo se acha em outro documento de 1326.

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob. cit. vol. II, p. 34.

- [24] **PADROADO** — Conjunto dos direitos e deveres que um senhor, normalmente (mas não necessariamente) leigo, exerce a respeito de uma igreja ou mosteiro, como se estes fossem bens privados. Pode, portanto, transmitir a sua posição aos descendentes e dá-la, trocá-la ou vendê-la a qualquer outra instituição.

O direito de Padroado adquiria-se normalmente pelo facto de se participar na fundação com parte ou toda a sua dotação material e com as despesas da construção.

O direito de Padroado implicava o de apresentar o pároco da igreja ou o abade do mosteiro ao bispo, para este o confirmar e investir.

A manutenção deste direito dá ao monarca uma grande capacidade de intervenção.

- [25] **CENSO, CENSURA, CENSURIA** — Com estes termos se explicam os direitos, rendas e pensões que as Catedrais deviam receber, anualmente, das Igrejas e Mosteiros do Bispado. (...)

...Direitos que as herdades deviam pagar ao Mosteiro...

...*censo* é o mesmo que *colheita* (certo foro e pensão que os vassallos pagavam ao príncipe ou senhorio, quando este vinha à terra uma vez cada ano, e, não vindo, lha não pagavam...

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob. cit. vol. II, p. 89.

- [26] **RENDAR** — Pagar rendas e pensões. Acha-se com frequência, *rendades* e, no Latim, *rendatis* no século XII, XIII e XIV.

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob. cit. vol. II, p. 531.

- [27] **PAUSA, POUSA** — Estância, residência, aposentadoria, em que o cobrador dos foros reais devia *pausar*, estar ou residir, e receber todo ou parte do seu mantimento.

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob. cit. vol. II, p. 489.

POUSADA — Direito que o senhorio tem de ser hospedado, recolhido e sustentado na casa do seu vassallo ou enfiteuta, a quem se aprontam, e à sua equipagem, determinados mantimentos, em certos dias, na forma dos prazos, arrendamentos ou forais.

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob. cit. vol. II, p. 489.

[38] **OMNIA** — Todas as cousas, toda uma herdade ou fazenda, em que se criam e produzem todos os frutos.

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob. cit. vol. II, p. 449.

[39] **LIBRA** — Segundo Duarte Nuno de Leão, na *Cronica de D. Dinis*, a fl. 137, valia 160 Reis, porque diz que 3000 libras valiam 1200 cruzados de ouro; daqui se vê que, entre nós, e no princípio da Monarquia, houve *libras d'ouro* (Ms. ARE, fol. 13 v.).

LIVRA — Libra ou Lipera. Moeda de Prata, que começou com o Reino, e com o valor de 36 Reis. Depois se livraram libras de cobre, mas de peso e valor tão ínfimo que em respeito às antigas libras, se chamavam livrinhas, 700 das quais faziam uma das primeiras libras; e depois 500 das segundas fizeram uma das primeiras. (...)

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob. cit. vol. II, pp. 362, 367.

[40] **ALMOSARIF** — Oficial que cobra os direitos reais de vários géneros.

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob. cit. vol. I, p. 415.

[41] **TERÇAS REAES** — É um direito inseparável de majestade, que se paga aos reis de Portugal de todas as rendas dos concelhos do Reino, das quais a terça parte é para a coroa. Estas *terças* foram dadas patrioticamente pelos povos, para que os monarcas as despendessem na construção ou reparo dos muros e fortalezas, que podiam assegurar a tranquilidade, o sossego e a independência da nação, o que eles, paternalmente, executavam.

Além destas *terças*, meramente seculares, também aos reis de Espanha e Portugal concederam, antigamente, os romanos pontífices as *terças* de todos os bens eclesiásticos, que estavam aplicadas às fábricas das igrejas para manterem a guerra contra os Mouros e outros inimigos do nome cristão. Mas desta concessão nem sempre se aproveitaram os nossos piedosíssimos monarcas, deixando ao patriotismo dos seus eclesiásticos e subministrar semelhantes auxílios, quando a causa assim o persuadia e demandava.

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob. cit. vol. II, p. 605.

[42] **FILIUM DE ALGO** — Este era o majestoso título com que antigamente se distinguiam, em Espanha os homens Nobres por geração e merecimento, dos que eram plebeus, e sem lustre algum de acções grandes, e abalizados costumes, que os elevasse ao de cima do pé do seu nascimento e abatida fortuna.

Sendo todas as cousas deste mundo um verdadeiro nada, sonho e aparência, neste confuso caos ficavam sepultados todos aqueles, que não eram *algo*, isto é, alguma cousa, que interessava grandemente à pátria e à nação. Cavaleiros e escudeiros de geração nobre e bem regulada conduta, eram os fidalgos no tempo dos nossos primeiros reis; não havia entre eles outra diferença, que terem ou não terem alcançado o grau de Cavalaria. Esses eram os *algos*, que então se respeitavam, e que pelas suas esclarecidas acções se distinguem.

Aos descendentes ou imitadores destes então *filhos d'Algo*, e hoje *fidalgos* que, oxalá trouxeram sempre na lembrança a estimável origem do seu nome, para não declinarem jamais daquela probidade e rectidão que devem fazer o seu carácter e se não confundirem com aqueles, de quem diz o antiquíssimo poema da perdição de Espanha = *Poz voltos d'Algo Sayens*.

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob. cit. vol. I, p. 372.

[43] **DENARIIS** — (...) Entre os Romanos, se chamou *Denário* uma moedinha de prata, que pesava uma dracma e tinha de uma parte a imagem de Jano e, da outra, a figura do Navio, que o levava à Itália. (...)

Geralmente falando, todas as nações tiveram seus *denários* ou *dinheiros* que sempre foram das moedas mais baixas e miúdas.

Não ficou Portugal sem particular *Denário*, teve destas moedas desde os princípios da Monarquia mas o seu valor, por então, não é cousa averiguada. Sabemos sim que era de cobre, e ante d'El Rei D. João I (1385-141-), 12 *dinheiros* de Portugal faziam um *soldo* e 20 *soldos* faziam a *Libra* antiga.

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob. cit. vol. II, p. 194.

[44] **ROGADOR** — Advogado, medianeiro, intercessor. *Servidor, procurador, redemptor, requeredor, governador*, etc.

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob. cit. vol. II, p. 537.

[45] Uma vez que a Carta que serviu de modelo ao Foral de Lanhoso foi a da vila de Prado (outorgado em 1260 por D. Afonso III — onde se expressa nitidamente que o modelo seguido foi o Foral de Viana), a qual deriva do Tipo de Salamanca, pode-se dizer que o Foral de Lanhoso é do tipo de Salamanca. Como se poderá ver no capítulo «**Classificação dos Forais**».

O Foral da Vila de Prado está publicado por:

ABREU, Leonidio de, *A Vila de Prado*, Braga, 1955.

[46] **HOMICIDIO** — Tributo e pena mui frequente nos forais antigos, a qual eram obrigados a pagar os povos, quando não queriam entregar para a morte o homicida que, entre os seus moradores, se havia refugiado e acolhido.

Nas Inquirições d'El Rei D. Afonso III, não só se dá este nome à morte, que um particular cometia contra as leis divinas e humanas mas ainda a qualquer delito, que era sujeito a pagar coima.

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob. cit. vol. II, p. 315.

[47] **SOLDO** — Antes já da nossa Monarquia, achamos em os documentos de Portugal frequentemente a menção de uma moeda, a que chamam *solidus*, que depois disseram *soldo*.

Já no tempo dos Romanos, se usou moeda d'ouro com este nome, que lhe proveio da sua bondade e solidez, pois valia tanto como pesava. (...)

Em Portugal houve *soldos* de ouro, prata e cobre. Dizem que os de ouro valiam 320, e os de prata 10 reis. Os de cobre duraram até D. João II, havendo-se os de ouro e prata extinguido antes. Valia cada um dos de cobre 10 ceitis e quatro quintos de ceitel, e vinte deles faziam uma libra de 36 reis. Houve outros *Soldos* de cobre que valiam um real e dous sétimos de real, e se diziam *soldos* de 24 livrinhas.

Para pôr fim à grande variedade, declarou Fernão de Pina, em muitos forais d'El Rei D. Manuel: «Por um dinheiro, hum ceitel e por soldo, onze ceitis: E por livra trinta e seis reis.»

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob. cit. vol. II, p. 569.

[48] **APRECIADURA** — Finta ou coima, conversão certa e determinada, assento, postura da Câmara ou do Juiz.

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob. cit. vol. I, p. 534.

[49] **PALACIO** — *Pallacio* e *Paladino*. Quase não há foral antigo, em que não se encontre, muitas vezes, esta voz *palacio*. Assim chamavam o que nós hoje dizemos *Casa da Câmara*, onde os juizes com os seus officiaes fazem, publicamente, justiça às partes. Todas estas casas participavam do palácio do Rei, já pela observância da lei, que emanara do trono, já porque ali se pagavam as coimas e penas, que pertenciam à coroa e, finalmente, porque as insignias reais, que nelas se divisavam, as faziam verdadeiramente *palácios*.

Porém nem sempre as coimas que ao *Palacio* se pagavam, eram para a coroa; pois muitas vezes, eram para algumas pessoas ou corporações a quem o monarca as havia doado.

Não obstante nos persuadimos serem as *casas da câmara* os *palácios*, de que tanto falam os forais antigos, agora nos persuadimos que antes eram as *casas ou residências dos senhores ou senhorios dos respectivos concelhos*, a quem a real coroa tinha feito mercê dos *direitos reaes, coimas, multas e penas*, de que os ditos forais fazem menção. E o que me obriga a mudar de parecer é a definição clara e manifesta entre o *palácio* e o *concelho*, mostrando nisto ser o *concelho*, o senado da câmara e o *palácio*, o senhorio ou donatário da terra.

Concluindo, se se diz: *soldos ao palácio*, devem se pagos ao rico-homem, grande ou fidalgo, que da mão do rei era senhor daquela terra, e na qual era costume ter suas casas nobres, ou que assim pareciam a respeito das ordinárias choupanas daquele bom tempo. Se no foral, se disser que se pagará ao *palácio* do rei, então se toma pela câmara. Se nomeia expressamente, o *palácio do senhor*, ou *palácio do bispo*, não fica dúvida que pelo nome de *palácio* se entendia o senhorio da terra, quando outra cousa, expressamente, se não declarava. (Ms. Are, fol. 30)

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob. cit. vol. II, pp. 459, 460.

[50] **PREITO** — O mesmo que pleito, demanda, contenda.

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob. cit. vol. II, p. 493.

[51] **CALUMPANIA** — E *Calumnia*. Hoje sabemos que é uma acusação falsa, e sem razão ou fundamento diante do juiz, ou qualquer outro superior legítimo e que o *juramento de calumnia* se dá ao autor para que não vexa ou persiga o inocente. Porém, nos princípios da monarquia, não só se tomava pelo que hoje dizemos *coima* mas também por um dos direitos anexos à coroa, que consistia em pertencerem ao real fisco as penas ou multas de certos crimes mais graves, e que muito perturbavam o sossego dos povos.

Com o rodar dos tempos, ficaram sinónimos *calumpnias*, *coimas* ou *multas*, que pertenciam ao fisco real.

Das *Calumpnias* ou *coimas* que deviam pagar os autores dos crimes e delitos, faziam demissão os reis, algumas vezes, e outras as retinham, e exceptuavam de que há exemplos inumeráveis.

Era pois a *calumpnia* um dos direitos reais que consistia nas condenações ou coimas dos que eram culpados em certos crimes mais graves, segundo se continha nos respectivos forais.

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob cit. vol. II, pp. 63, 64.

- [42] **MEIRINHO** — Juiz real, executor das sentenças. Dizem que os estabeleceu, primeiro que todos, D. Bermudo II.

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob cit. vol. II, p. 398.

- [43] **CONCILIO** — Nem sempre o *concílio* ou *sínodo* se tomou por ajuntamento ou assembleia de bispos, celebrando concílio, e tratando das cousas da Fé, e dos costumes ou de outras de grande interesse para as igrejas, como são os limites e divisões delas para, deste modo, se evitarem discórdias e demandas. Mas também, algumas vezes, se disse por distrito, jurisdição, bispado ou território...

Entre nós, e desde o princípio da monarquia, se tem conservado o nome de *concílio* no de *concelho*, que é um território ou jurisdição separada, como sempre foram os bispados.

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob cit. vol. II, p. 121.

- [44] **FOSSADEIRA** — Tributo real que se pagava por aqueles, que tendo obrigação de irem ao **FOS-SADO** uma vez no ano, com efeito não iam, aplicado para as despesas que no dito *fossado*, se faziam. Deste tributo e também do mesmo *fossado*, eram isentos por autoridade do príncipe alguns povos ou concelhos, ou por estarem na fronteira dos inimigos, ou por terem feito grandes serviços à real coroa.

FOSADO — Vem do latino *fossa*; daqui disseram os Portugueses *fossado* ou *fossada*, que não só se toma pelos fossos, vales, cavas e outras obras, com que uma praça, fortaleza, castelo ou arraial se fortifica e resguarda mas particularmente se tomou por uma expedição militar ou *cavalgada*.

Compunha-se este *fossado* não só de cavaleiros, escudeiros, e tropa regular mas também de peões, aldeanos e gente da lavoura para colherem e conduzirem a presa ou tomada.

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob cit. vol. II, pp. 280, 283.

- [45] **CLERIGO** — Todo e qualquer ministro da Igreja, iniciado, admitido ou assumpto, prescindindo de estar em grau superior ou inferior, contanto que o seu ministério se ordene próxima ou remotamente à celebração do sacrificio incruento do altar. Igualmente se chamaram *clérigos*, não só os que, por si mesmos compunham a jerarquia eclesiástica da Igreja santa como são os *bispos*, *sacerdotes*, *diáconos* e *ministro* mas ainda os meros serventuários da igreja e cujo officio não requeria sacramento da Ordem.

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob cit. vol. II, pp. 106, 110.

- [46] **NUNCIO** — O mesmo que *lutuosa*. No foral de Bragança de 1187, se diz: *Milites, qui Prestimonium non tenuerint, non peccent nuncionem: et qui Prestimonium tenuerint, et filios habuerint, non dent nuncionem, neque auferant filii Prestimonium*, etc. E na cópia autêntica, dada em vulgar no de 1281, se lê: *Cavaleiro, que hi aprestamo nom tover, e filhos ouver, nom peyte Luitosa, nem tolliam a seus filhos o aprestamo. Vide Loitosa*.

No Concílio de Leão de 1020, cân. 26, se acha o seguinte: *Si Miles verò in Legione in solo alterius casam habuerit, bis in anno eat cum domino soli ad iunctam; ita dico, ut eodem die ad domum suam possit reverti: et habeat dominum qualecumque voluerit, et faciat de domo sua, sicut super scriptum est, et ulli domino non dei Nuntio*. Nenhum fundamento podiam ter os adicionadores de Dufresne para suspeitarem que, por este *nútio* ou *núcio*, se entenderia a *noite*, vindo a dizer o vassalo não tinha obrigação de acompanhar, de *noite*, o seu senhor pois, do sobredito se colige que, em Espanha, chamavam *nuncio* à *lutuosa*. E, com efeito, o Padre Mestre Risco, no tomo XXXV da *Espania Sagrada*, lê: *Nec ulli domino non dei Nuntium*. E, finalmente, no foral de Santa Cruz de Vilariça de 1225, se acha: *et non interet ibi Nuntio, nec Manaria de nullo homo per foros de Sancta Cruce*.

Daqui se vê que estavam isentos de *lutuosas* e *manarias*.

LOITOSA, LUCTOSA, LUTUOSA, LUCTUOSA e LUYTOSA — Peça ou pensão que se paga por morte de alguma pessoa, que por direito ou costume a deve, e só entre o luto e funeral se paga...

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob cit. vol. II, pp. 369, 441.

- [47] **MANARIA, MANINHADÉGO e MANINHADO** — Não era foro, tributo ou pensão alguma que se pagasse das terras maninhas e desaproveitadas, bravias e incultas. Era, sim, um *tributo pêsimo* e

mui frequente no Reino de Leão, e terras de Bragança, e Miranda, e mesmo na provincia de Trás-os-Montes.

Consistia em herdar o Mosteiro a terça parte de todos os bens dos que, sendo casados, chegavam a morrer sem filhos, posto que dantes os tivessem, se ao tempo da morte dos pais, eram falecidos.

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob cit. vol. II, pp. 382, 384.

- [48] **RAUSO** — *Rauxo, Rosse, Roxo, Rouso, Rouso, Rouxo*. Assim chamaram não só o roubo de alguma filha, que vive com seus pais, curadores ou parentes e que, violentamente, é conduzida de um lugar a outro à vontade e disposição do roubador lascivo, mas também à violência, que se fazia a qualquer mulher, ou fosse solteira ou casada, ou viúva, que sem ser furtada era, violentamente e contra sua vontade, ofendida.

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob cit. vol. II, pp. 515, 517.

- [49] **OMIZIEIRO, HOMICIEIRO, HOMÉZIAM, HOMIZIAL, HOMICIDÁNA e HOMICIDA** — De todos estes nomes, e outros seus derivados, já escritos com aspiração, já sem ela, fazem larga menção os nossos forais do século XII e XIII, entendendo por eles um matador que, despoticamente, sem justiça ou à traição, matara algum homem ou mulher. E como estes homicidas, além de outras penas pecuniárias, e alguma vez de *talião*, eram lançados fora das terras, em que cometeram o delito, como aleivosos, e traidores, e capitais inimigos dos parentes do morto, não faltaram outros crimes, sem serem de morte, em que o culpado subia a pena de homicida, saindo da sua pátria, e vivendo toda a vida como desterrado.

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob cit. vol. II, p. 448.

- [50] **VIZINHO** — Chamaram-se vizinhos, antigamente, em Portugal, os que eram admitidos a terem bens e herdades no termo de algumas vilas, concelhos ou cidades, que de novo se povoassem. Estes, pela maior parte, eram pessoas, não só da primeira nobreza, mais ainda chegados ao trono, a fim de que na corte fossem os seus protectores, e advogassem sempre a seu favor, procurando em tudo, que fossem melhorados e bem servidos nas suas causas e requerimentos.

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob cit. vol. II, pp. 634, 635.

- [51] **MERCADO** — O mesmo que *feira*.

FEIRA — O mesmo que o campo ou praça em que se vendiam as cousas, e a feira se fazia. E é bem de notar que havendo entre nós tantas *feiras* ou *foros*, que correspondiam aos *foros* dos Romanos, onde não só se comprava e vendia, e ajuntava o povo, mas também se fazia audiência e administrava a justiça.

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob cit. vol. II, pp. 254, 256 e 440.

- [52] **CABO** — Fazenda, riquezas, cabedal.

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob cit. vol. II, pp. 57, 58.

- [53] **MILITES** — Vide *Cavalleiro*.

CAVALLEIRO — *Cavaleiro*, e *Cavalario* ou *Cabalario*. Com toda esta diferença se acha escrito este nome, ao qual, em os nossos antigos monumentos, corresponde o latino *miles* ou *milites*. Para cuja intelligência se há-de notar que, entre nós, havia *cavalleiros* ou *escudeiros fidalgos* que, ordinariamente, se intitulavam *milites* sem mais distincção alguma; e havia *cavalleiros* e *escudeiros vilãos*, e sem nobreza, que se diziam *cabalaris* ou *milites vilani*. Os primeiros, segundo as leis antigas de Espanha, e como *fidalgos de linhagem*, podiam *vingar 1000 ou 500 soldos* (só quem era de linhagem podia requerer a satisfação de alguma injúria, sendo condemnado o agressor em 500 soldos, pois todos os outros não podiam ir além dos 300 soldos. Existiram ainda, em Portugal, Cavaleiros que vingavam 1000 soldos — de primeira nobreza. — p. 633-11). Os segundos, como gente de nobreza e da sorte dos simples lavradores, ainda que tivessem posse para terem cavalo e, deste modo, gozarem de não pequenos privilégios e isenções, contudo não entravam na classe dos primeiros, que honravam os seus solares, o que se não permitia aos segundos. Nos forais antigos, se vê claramente esta diferença. (...)

Os reis, e por sua comissão os *ricos-homens*, armavam *cavalleiros* com as cerimónias do costume; porém el-rei D. Dinis, vendo que os *cavalleiros* se eximiam de pagar tributos e de outras contribuições públicas, com detrimento grande dos lavradores, tirou esta jurisdição aos *ricos-homens*. Enquanto os fidalgos se não armavam *cavalleiros*, serviam de milícia com o nome de *escudeiros*, por usarem de escudos brancos e sem empresa.

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob cit. vol. II, pp. 83, 85 e 403.

[154] **INFANÇOM** — e *Infanzom*. (...) Os de Portugal em nada diferiam dos de Castela na razão de *infanzoms*. Destes, se diz nas *Leis das Partidas*, tomo I, parte 2.^a, que são *Fidalgos*, mas não tidos em conta de *Grandes*, ainda que d'antiga linhagem procedidos; não podendo usar de outro senhorio mais, que daquelle, que pelos Reis, ou Imperadores lhes for outorgado. O filho do fidalgo era *infanção* ou fosse legítimo ou ilegítimo, varão ou fêmea. E nem até hoje se descobriu documento algum autêntico e original, que nos mostrasse os *infanzoms* superiores aos *ricos-homens*, como deveriam ser, se fossem netos dos mesmos reis, aparecendo inumeráveis, em que os *ricos-homens* são contemplados com preferência grandes aos *infanzoms*. E, finalmente, dos mesmos privilégios, que pelos seus forais se concederam a algumas vilas e cidades, para que os seus *pevens* (ou soldados de pé) fossem tão privilegiados como os *cavalleiros villãos* das outras terras, e os seus *cavalleiros villãos* ficassem no foro de *infanzoms*, como se pode ver, evidentemente se manifesta que o *infanção* era muito inferior ao *rico-homem*.

A meu ver, os *infanzoms* nada mais eram que *moços fidalgos* daquele tempo, ou para melhor dizer, *escudeiros fidalgos*, que ainda traziam o escudo em branco, e se não tinham distinguido por acções heróicas, que lhes houvessem granjeado o grau de cavalaria ou o serem armados *cavalleiros*.

[155] **JUÍZO** — Quando em os nossos forais antigos, se diz, v. g.: *Omnes intentiones sint per inquisitionem bonorum hominum*, et non per iudicium, este juízo é que é o direito da Idade Média chamava *Juizo de Deos*, v. g.: *ferro quente*; *água fervendo*; *juramento*; *desafio*, etc. Este juízo, pois era uma prova indirecta, e só então admissível, quando o facto se não podia averiguar por inquirição de boas testemunhas, a qual era prova directa e seguríssima.

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob. cit. vol. II, p. 340.

[156] Ver nota [153].

[157] **VASSALO** — Não nos empenhando com demasia sobre a origem desta palavra que, antigamente, foi título de honra, reservada só aos domésticos do príncipe, aos fidalgos da sua corte e Reino, e ainda aos ministros e assessores dos seus tribunais, e hoje é sinónima de *subdito*, que reconhece algum soberano por seu chefe, e ao qual obedece, ama, serve e respeita em tudo o que é conforme à lei de Deus e do país. Diremos só que, na infima latimidade, se disse *vassus*, o soldado forte e generoso. Daqui nasceu chamarem-se *vassallos* os homens d'armas, em que consiste a fortaleza toda dos reinos e monarquias. Em Portugal, se limitou este nome aos que serviam com lanças a pé e aos cavaleiros, que usavam de lanças d'armas e se chamavam *lanceiros*, e estes, principalmente, se intitulavam *vassallos*. De todos estes, assim *lanças*, como *cavalleiros*, escolhiam os reis, infantes e ricos-homens, aqueles que lhes pareciam de mais valor e confiança, para os acompanharem nas guerras, em guarda de suas pessoas e bandeiras, consignando-lhes, quando os aceitavam por *vassallos*, quantias e tenças bastantes a sustentar o luzimento daquele posto. (...)

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob. cit. vol. II, pp. 625, 626.

[158] **INMISSÃO** — Dolo, fraude, trapaça, enredo, acção injusta, extorsão, violência, maquinação, intriga.

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob. cit. vol. II, p. 332.

[159] Ver nota [157].

[160] **PELAGO** — Qualquer ribeiro, rio, riacho, lagoa, açude, lago, poço, tanque e qualquer ajuntamento ou rego de água. Desde o século XI se tomou *pelagus*, neste sentido, em os nossos documentos, e quando já nos fins do século XIII se traduziram em vulgar ou de novo se escreveram outros até ao século XV, se disse *pégu* no mesmo sentido.

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob. cit. vol. II, p. 470.

[161] **PORTADIGO** — e *Portatico*. Portagem, direito real, que se pagava das fazendas e viveres que entravam nas cidades, vilas, julgados ou coutos, que tinham jurisdições sobre si, e que ali se vendiam. E não é justo confundirmos a *portagem* com a *passagem*, pois a primeira é só das cousas, que se trazem a vender; a segunda dos que passam ou atravessam pela terra com algumas mercadorias, ainda que não entrem à praça. E este direito se chamou também *Pedagio quasi à pedibus*, pois só calcando a terra de certo senhorio se pagava.

Desde o princípio da monarquia, muitas terras foram isentas de pagarem *portagem* em todo o Reino, sendo o seu respectivo foral dado pelo rei; outras só foram libertadas dentro dos seus territórios, em que alguma corporação ou particular senhorio dominava.

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob. cit. vol. II, p. 486.

[162] **CARREGA** — Certa palha, ervanço ou colmo palustre.

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob. cit. vol. II, p. 73.

[163] **MEALHA** — Não era moeda cunhada de per si; era metade de um dinheiro, partido com faca, tesoura ou outro instrumento. De ser metade do dinheiro se disse *mealha*. E de *mealha* se disse *mealheiro*. Também a *mealha* se chamou *pagaça* e *medalha*. No tempo d'el rei D. Manuel se extinguíram as mealhas. Também havia *mealhas* d'ouro que, sem dúvida, eram *medalhas* ou moedas.

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob. cit. vol. II, p. 396.

[164] **ALCAIDE DA VILA** — Alcaide (juiz do povo no tempo dos Mouros e princípios da nossa monarquia, Governador ou capitão encarregado da defesa de um castelo, provincia ou comarca com jurisdição civil e militar.) que superintendia numa determinada vila.

O Alcaide é o mais alto funcionário nos concelhos perfeitos de primeira fórmula que, nos documentos que a eles se referem, aparece à frente do governo local.

Os *alcaldes*, simultaneamente ministros reais e municipais, eram os chefes militares das alcaças ou castelos reais e exerciam igualmente o seu mando nas povoações de certa importância, constituídas em município.

Os *alcaldes* eram delegados dos reis.

Os forais elucidam-nos que exerciam funções militares, jurisdicionais e administrativas. Deste modo o alcaide era o governador militar da povoação e, ao mesmo tempo, um magistrado municipal que intervinha na distribuição da justiça e no governo económico dos concelhos de primeira fórmula. Pelas suas funções militares, estava ligado à praça que governava e devia defendê-la até ao fim.

Há forais onde se procura evitar que o alcaide oprimisse os respectivos habitantes, proibindo-o expressamente de intervir nos negócios municipais, de estabelecer ali o seu domicílio e ainda de demorar-se no recinto especialmente habitado pelos peões.

SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim. ob. cit. vol. II, p. 310.

[165] **D. Lourenço Soares de Valadares**, filho de D. Soeiro Pais de Valadares e de D. Estevainha Ponces de Baião.

Casou em primeiras núpcias com D. Teresa (ou Maria) Mendes de Sousa, e depois deixou-a a ela filho o arcebispo D. João Aires de Santiago (filha de D. Mem Garcia de Sousa e de D. Teresa Anes Baticela de Lima, a das Coxas Quentes) de onde nasceu D. Beringueira Lourenço (de Valadares) e D. Afonso Teles (Rapoço, de Meneses).

Teve como mulher, em segundas núpcias D. ... Nunes, de Chacim, de onde nasceu D. Branca Lourenço, de Valadares (que casou com D. Martin Anes, de Briteiros).

NORTON, Manuel Artur, *Livro Antigo de Linhagens (Acheios para a sua Coordenação)*, Instituto Português de Heráldica, Lisboa 1974, p. 232.

[166] **D. João Rodrigues de Briteiros**, filho de Rodrigo Gomes de Briteiros (feito Rico Homem por D. Afonso III — deu-lhe *pendão e caldeira*) e de D. Elvira Anes (filha de Joham Peres da Maia).

D. João Rodrigues de Briteiros casou com D. Guiomar Gil (filha de D. Gil Vasquez, o que morreu na lide de Gouvea, e de D. Aldonça Anes da Maia). Deste casamento nasceu D. Martin Anes de Briteiros.

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, *Portugalia Monumenta Historica — Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Edição crítica por José Mattoso, Lisboa 1980, pp. 189, 262, 285.

[167] **D. Fernando Pires de Barbosa**, filho de D. Pedro Nunes, de Barbosa e de D. Elvira Martins (da Maia), casou com D. Estevainha Fernandes Barreto.

NORTON, Manuel Artur, ob. cit., pp. 73, 74.

[168] **D. Pedro João Portel**, o mesmo que D. Pedro Anes, de Portel (?), filho de D. João (Pires), de Aboim (que foi privado d'el rei D. Afonso III) e D. Marinha Afonso (de Arganil), casado com D. Constança Mendes (de Sousa), (filha de D. Mem Garcia, de Sousa e de D. Teresa Anes Baticela, a das Coxas Quentes) de que nasceram D. João Pires de Portel, D. Branca Pires de Portel e D. Maria Pires, de Ribeiro.

NORTON, Manuel Artur. ob. cit., p. 232.

[169] **D. João Fernandez, o Boio, de Lima**, filho de Fernand Aires Batissela e de D. Tareja Vermuiz, casado em primeira núpcias com D. Maria Paez Ribeira e em segunda núpcias com D. Birigueira Afonso de Baiam. Do segundo casamento nasceu D. Fernam Anes de Lima.

PMH, *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, pp. 175, 176, 192.

[70] **D. Johan Meendez de Briteiros**, filho de D. Meem Rodriguez de Briteiros e de D. Maria Anes, casado com Orraca Afonso, filha d'El-Rei dom Afonso de Portugal.

Teve como filhos Fernam Eanes, Gonçalo Anes de Berredo, D. Guiomar e D. Leonor.

PMH, *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, pp. 175, 176, 192.

[71] **Duram Martiis de Parada**, casado com D. Maria Dominguez de Lixboa, pais de D. Johanna Martiiz.

PMH, *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, p. 304.

[72] O Arcebispo de Braga, nesta data, está vago: entre 1275 e 1278 foi Arcebispo de Braga Ordonho Alvares (abade fonselense e português de nascimento, anunciado ao cabido bracarense em 18 de Maio de 1275, é elevado ao cardinalato em Março de 1278).

Sucedeu-lhe D. Telo, entre 1286 (?) e 1292, também franciscano e Ministro da sua ordem em Castela. A sua nomeação só foi reconhecida em Portugal após a morte de D. Afonso III, quando se negociava o acordo entre o clero e a coroa.

D. Telo celebrou Concílio em Braga em 1286, e entrou na conclusão das primeiras concordatas de El-Rei D. Dinis com o clero e a Santa Sé.

Braga só voltou a ter Arcebispo em 1301 (?), quando eleito D. Martinho de Oliveira reuniu Sinodo em Braga, falecendo em 1313, sucedendo-lhe D. João Martins de Soalhães.

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Edição dirigida por Damiano Peres, Livraria Civilização, Barcelos, 1968, vol. I, pp. 263 a 278.

[73] **D. Vicente**, Bispo do Porto de 1260 a 1296.

Em 1260 D. Vicente sucedeu a D. Julião, que foi Bispo do Porto de 1247 a 1260. Esteve envolvido, tal como o seu antecessor, nas lutas entre D. Afonso III e o clero, vindo a falecer em 1296.

A D. Vicente, como Bispo do Porto, sucedeu D. Sancho Pires (1296 a 1300, ano em que faleceu).

ALMEIDA, Fortunato de, *Ob. cit.*, pp. 263 a 278.

[74] **D. Ayméric**, Bispo de Coimbra de 1279 a 1295.

Em 1279 foi eleito D. Ayméric, sacerdote francês, natural da Aquitânia, e que viera a Portugal como perceptor de D. Dinis. Este Monarca fêz-lhe muitas mercês e talvez a seu pedido o elegessem bispo. Faleceu, segundo *Alvares Nogueira* em 1295.

Entre a data do falecimento de D. Egas Fafes (bispo precedente — 1246-1268) e a data da eleição de D. Ayméric existe um hiato de tempo (1268-1279). Explica-se esse hiato de nomeação de Bispo em Coimbra, uma vez que se viviam momentos difíceis, reinando ainda a luta entre D. Afonso III e o clero. Quando o Papa Gregório X promoveu D. Egas a metropolita de Compostela, transferiu para a Sé de Coimbra o Bispo de Viseu D. Mateus, que se sabe que ainda vivia em 1275, apesar da sua deplorável situação, uma vez que nem era bispo de Viseu, desde que o transferiram, nem em Portugal fora reconhecido como bispo de Coimbra (dadas as questões de D. Afonso III com o clero). Esta duvidosa situação fez com que alguns autores dessem como vaga a catedral coimbrês em anos idênticos aos que bulas pontificias a dão como provida. Diversos documentos dão vaga a Sé de Coimbra ainda em 1277, o que estará em perfeito acordo com a história de conflito entre D. Afonso III e o Clero.

A D. Ayméric sucede-lhe D. Pedro, que já era Bispo de Coimbra em Maio de 1297, havendo memórias suas até 1301.

ALMEIDA, Fortunato de, *Ob. cit.*, pp. 263 a 278.

[75] **D. João**, Bispo de Lamego de 1285 a 1296.

D. João sucedeu a D. Gonçalo, que foi Bispo em Lamego entre os anos de 1275 e 1282. D. João cooperou na conclusão da Concórdia entre D. Dinis e o Clero.

Vai suceder a D. João, como Bispo de Lamego, D. Vasco Alvelos, de 1297 a 1302.

ALMEIDA, Fortunato de, *Ob. cit.*, pp. 263 a 278.

[76] **D. Egas**, Bispo de Viseu de 1289 a 1313.

D. Egas sucedeu como bispo de Viseu a D. Mateus (2.º episcopado — de 1279 a 1287). No tempo deste prelado fez El-Rei D. Dinis uma Concordata com a Sé de Viseu, datada de 20 de Agosto de 1292, pela qual deu aos cônegos o título de *Cavaleiros Fidalgos*, restituiu-lhes o Couto de Soar, doou-lhes a igreja de S. Pedro do Sul e transferiu-lhes também o direito que tinha na de Castelo Mendo.

Após o falecimento de D. Egas, sucedeu-lhe, nesse mesmo ano, D. Martinho, que parece já era falecido em 1323.

ALMEIDA, Fortunato de, *Ob. cit.*, pp. 263 a 278.

[77] **D. Frei João**, Bispo da Guarda entre 1277/80 e 1301.

D. João Martins, de nome, sucedeu a D. Frei Vasco (Bispo entre 1267 e 1274, quando se retirou para Leão, desgostoso com o violento conflito entre D. Afonso III e o clero, vindo a falecer em 1277).

D. João Martins era natural de Valhadolide, minorita e bispo da Guadix, foi transferido para a Guarda pelo Papa Nicolau III em Dezembro de 1277. Como ainda durava o conflito entre D. Afonso III e o clero, a sua eleição não foi reconhecida em Portugal, pelo que o Pontífice lhe permitiu que continuasse a governar a diocese de Guadix e a receber os rendimentos dela até poder vir para a Guarda, onde estava já em 1280. Faleceu em 1301.

Sucedeu-lhe D. Vasco Martins Alvelos, que foi bispo da Guarda entre 1302 e 1313 (?), vindo transferido da Sé de Lamego por Bonifácio VIII em princípios de 1302.

ALMEIDA, Fortunato de, *Ob. cit.*, pp. 263 a 278.

[78] **D. Domingos**, Bispo de Lisboa de 1289/90 a 1293.

D. Domingos Jardo, de nome, foi sagrado em Março de 1285, e foi um dos bispos mais ilustrados e piedosos daquele tempo, e muito estimado do El-Rei D. Dinis. Foi transferido para a Sé de Lisboa em Outubro de 1289. Em 1286, fundou em Lisboa o hospital ou colégio dos Santos Paulo, Elói e Clemente, nele instituiu também o ensino da teologia. Segundo os estatutos que lhe deu em 1291, sustentarem-se-lhe naquela casa dez sacerdotes, que celebrassem os ofícios divinos e dissessem missas quotidianas por sua alma, e de D. Afonso III e de D. Dinis, e do restante se sustentariam pobres, quatro dos quais estudariam gramática, lógica e medicina, um teologia e outro cânones. Ordenou também que alguns religiosos ali estudassem cânones ou teologia para poderem pregar. Faleceu em 1293.

D. Domingos Jardo sucedeu a D. Mateus que faleceu em 1282, embora que, alguns autores, dão como sucessor de D. Mateus a D. Estevão Anes de Vasconcelos, embora se levantem dúvidas que duram até que em 1289/90 é transferido para a Sé de Lisboa o Bispo de Évora, D. Domingos Jardo. Sucedeu a D. Domingos Jardo, D. João de Soalhães (1293/94 a 1312, data em que é transferido para a Sé de Braga).

ALMEIDA, Fortunato de, *Ob. cit.*, pp. 263 a 278.

[79] **D. Frei Domingos**, Bispo eleito de Silves de 1292 a 1296.

D. Frei Domingos Soares de seu nome, fora dominicano e em Castela bispo de Ávila. Parece que faleceu em fins de 1296 ou princípios de 1297.

Sucedeu a D. Frei Bartolomeu (bispo de Silves entre 1268 e 1290/92 um dos que mais trabalhou na primeira Concordata de D. Dinis).

Após a morte de D. Frei Domingos Soares, sucedeu-lhe D. João Soares Alão, o qual já estava eleito em fins de 1297.

ALMEIDA, Fortunato de, *Ob. cit.*, pp. 263 a 278.

[80] **D. Pedro**, Bispo de Évora de 1292 a 1296/97.

D. Pedro fora cônego da Sé de Coimbra, e veio a falecer em 1292. Anteriormente a D. Pedro era bispo de Coimbra D. Domingos Jardo que nesta Carta de Foral testemunha como bispo de Lisboa e que foi bispo de Évora entre Março de 1285 e Outubro de 1289. Falam muitos antigos escritores de um bispo D. João que, segundo hipóteses que formulam, foi eleito mas não chegou a ser confirmado (antes de D. Pedro). Nada de positivo se sabe a tal respeito.

A D. Pedro sucedeu D. Fernando (1297 a 1314) a quem alguns dão o sobrenome de «Pires», outros o de «Martins».

ALMEIDA, Fortunato de, *Ob. cit.*, pp. 263 a 278.

[81] **Chanceler**, a quem está confiada a guarda do selo real.

[82] **D. João Martins de Soalhães**, cônego da Sé de Coimbra. Foi a Roma como representante de D. Dinis para conclusão da Concordata dos quarenta artigos. Foi posteriormente eleito bispo de Lisboa em 1293/94, para o que D. Dinis contribuiu, pedindo ao cabido o nomeasse, para daquela maneira lhe agradecer os serviços que em Roma e no Reino lhe tinha feito, e pouco depois enviado a Castela como embaixador de D. Dinis. Celebrou Sinodo em 1307. Transferido para a Sé de Braga em 1312.

ALMEIDA, Fortunato de, *Ob. cit.*, pp. 263 a 278.

[83] **Cantor**, que tem o ofício de cantar.

[84] Os mercados e as feiras são exactamente um dos aspectos mais importantes da organização económica neste período posterior às renascimentos do comércio (século XI). Na sequência das necessidades das

populações em efectivar as trocas de produtos vão-se desenvolvendo os mercados locais para darem origem às verdadeiras feiras.

Sinal de desenvolvimento, vão as feiras sofrer um grande impulso com a outorga de Cartas de Foral, como esta que agora é outorgada ao concelho de Lanhoso.

Tal como a população necessita de bases legais para se organizar em sociedade, que constam das Cartas de Foral, também as Feiras vão necessitar de uma regulamentação específica capaz de determinar o sentido do progresso de determinadas Feiras.

Diz-se que as Feiras Francas, se bem que instituídas desde o final do século XIII, foram parcimoniosamente concedidas, e inicialmente (primeira dinastia) os monarcas só davam franquia às feiras quando se tentava remediar a escassez de população de uma localidade, ou de lhe insuflar nova vida quando decadente, ou de a engrandecer.

Embora se desconheça a data em que foi instituída a Feira Franca de Lanhoso, uma vez que se desconhece a Carta de Feira, sabe-se que é anterior a 1417.

Na Carta de D. João I de 9 de Janeiro de 1417, que autoriza João Lopes de Azevedo a fazer feira na sua terra *da Pena*, diz claramente: «...mandamos que a dita feira que elle assy fizer seja franqueada e aia todas as liberdades e franquezas assy e pella guisa que as ha a feira de lanhoso...»

In: RAU, Virgínia, *Subsídios Para o Estudo das Feiras Medievais Portuguesas*, Bertrand, Lisboa, 1943, pp. 141, 186.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Leonídio de, *A Vila de Prado*, Braga, 1955.

ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, *Portugaliae Monumenta Histórica — Inquisitores*, Lisboa, 1888.

ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, *Portugaliae Monumenta Histórica — Leges et Consuetudines*, Lisboa, 1856.

ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, *Portugaliae Monumenta Histórica — Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Edição crítica por José Mattoso, Lisboa, 1980.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho — Desde as Origens a 1220* — Policopiado, Porto, 1979.

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Edição dirigida por Damião Peres, 4 Vols., Livraria Civilização, Barcelos, 1971.

BARROS, Henriques da Gama, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, Tomo I e II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896.

BARROS, João de, *Geografia de Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes*, Porto, 1919.

BRAGA, Teófilo, *História do Direito Português — Os Forais*, Coimbra, Universidade, 1868.

BIBLIOTECA POPULAR DE LEGISLAÇÃO, *O Domingo Ilustrado (Arquivo de História Pátria)*, Col. 1.ª, IV Vol., Lisboa, 1900.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA E SEIXAL, *Os Forais de Almada e o seu Termo — I — Subsídios para a História de Almada e Seixal na Idade Média*, C. M. de Almada e Seixal, 1983.

CÂMARA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO, *No Enxurro de Vieira... Não Vai Nêla a Póvoa de Lanhoso*, Minerva, Vila Nova de Famalicão, 1940.

CÂMARA MUNICIPAL DE VIEIRA DO MINHO, *Das águas do Esmal... às águas lustrais da Póvoa*, Tip. Augusto e Costa, Braga, 1941.

CARVALHO, Manuel Raimundo Serra de, *Forais de Caminha*, C. M. de Caminha, 1984.

CELESTINO, António, *Antigamente era San Joan de Rei*, Ed. da Junta de Freguesia de S. João de Rei, S. João de Rei, 1987.

COSTA, Américo, *Dicionário Chorográfico de Portugal Continental e Insular*, Porto, 1929.

COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reino de Portugal...*, 3 vols., Lisboa, 1706-1712.

COSTA, Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, Vol. II, Lisboa.

COSTA, J. E. Caldas da, *Foral da Terra de Coura*, C. M. de Paredes de Coura, 1987.

COSTA, Mário Júlio de Almeida, *Dicionário de História de Portugal*, — FORAIS — Direcção de Joel Serão, Livraria Figueirinhas, Porto, 1985.

DIOGO, José Leal, *Foral Manuelino* — (Para a História de Vila Nova de Cerveira), Vila Nova de Cerveira, C. M., 1978.

DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS, *O Castelo de Lanhoso*, Boletim da D.G.E.M.N. N.º 29, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1942.

FERREIRA, Maria Emília Cordeiro, — DINIS — *Dicionário de História de Portugal*. Dirigido por Joel Serão, Livraria Figueirinhas, Porto, 1985.

ÍNDICE

- FRANKLIN, Francisco Nunes, *Memória Para Servir de Índice dos Forais das Terras do Reino de Portugal e Seus Domínios*, Academia Real das Ciências, 2.ª Edição, Lisboa, 1825.
- FREIRE, Anselmo Braancamp, *Povoação d'Entre-Douro-e-Minho no XVI século*, Arquivo Histórico Português, Vol. III N.º 1 e 2 (Janeiro e Fevereiro), Lisboa, 1905.
- GUIMARÃES, Gonçalves, *O Foral de Gaia de 1255 — (Documentos Sobre a Vila de Gaia)* —, Vila Nova de Gaia, Gabinete de História e Arqueologia, C. M., 1983.
- HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal*, Edição Crítica dirigida por José Mattoso, Lisboa, Bertrand, 1982.
- MARTINS, Isilda Maria Pires, *O Foral de Loulé de 1266*, Universidade do Algarve, 1985.
- MATTOSO, José, *Portugaliae Monumenta Histórica — Livro Antigo de Linhagens do Conde D. Pedro*, 2.º Vol., Edição Crítica, Publicação do II Centenário da Academia das Ciências, Lisboa, 1980.
- MENESES, Miguel Pinto, *Foral de Vila Flor*, C. M. de Vila Flor, 1986.
- MORENO, Humberto Baquero, *Os Municípios Portugueses nos séculos XIII a XVI — Estudos de História*, Lisboa, Editorial Presença, 1986.
- NORTON, Manuel Artur, *Livro Antigo de Linhagens (Acheegas para a sua Coordenação)*, Instituto Português de Heráldica, Lisboa, 1974.
- NORTON, Manuel Artur, *O Castelo de Lanhoso — Livro do Congresso (I Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses)*, Lisboa, 1982.
- NORTON, Maria Henriqueta C. R. Teixeira da Mota, *O Inquérito de 1758 do Pe. Luís Cardoso, Col. Terras de Lanhoso — Monografias I*, C. M. Póvoa de Lanhoso, 1987.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H., *Dicionário de História de Portugal*, — INQUIRIÇÕES — Direcção de Joel Serrão, Livraria Figueirinhas, Porto, 1985.
- PERES, Damião, *História de Portugal, Edição Monumental Comemorativa do 8.º Centenário da Fundação da Nacionalidade*, Portucalense Editora, Barcelos, 1928, vol. II, p. 115.
- PERES, Damião, *O Castelo de Lanhoso — História dos Mais Belos Castelos de Portugal (Glória)*, Portucalense Editora, Lisboa, 1969.
- RAU, Virginia, *Itinerários Régios Medievais — Elementos para o Estudo da Administração Medieval Portuguesa I — Itinerário Del-Rei D. Dinis 1279-1325*, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1962.
- RAU, Virginia, *Sesmarias Medievais Portuguesas*, Oficinas Gráficas Bertrand Irmãos, Lisboa, 1946.
- RAU, Virginia, *Subsídios Para o Estudo das Feiras Medievais Portuguesas*, Bertrand (Irmão), Ld.ª, Lisboa, 1943.
- REIS, António Matos, *A Origem dos Municípios Portugueses*, Livro Horizonte, 1991.
- ROSA, José António Pinheiro e — *O Foral de Faro — Comemorações da Tomada da Vila aos Mouros*, C. M. de Faro, 1983.
- SANTA ROSA de VITERBO, Fr. Joaquim de, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases [...]*, Edição Crítica por Mário Friça, Porto, Livraria Civilização Editora, 1983, Vol. II, pp. 278.
- SARAIVA, J. A., *Evolução Histórica dos Municípios Portugueses*, Lisboa, 1957.
- SOARES, Torquato de Sousa, *Dicionário de História de Portugal — Concelhos* — Direcção de Joel Serrão, Livraria Figueirinhas, Porto, 1985.

Mea Popula de Lanyoso

Nota de Abertura	3
Apresentação	5
Agradecimentos	7
Dedicatória	9
Mote	11
Introdução	13
Conteúdo Valorativo das Cartas de Foral	17
Os Primeiros Forais	19
Classificação do Foral	21
A Terra de Lanhoso e os seus Forais	25
O Foral Antigo	27
O Foral Novo	29
Breve Panorâmica sobre a Evolução dos Limites Geográficos do Concelho	31
O Foral Antigo (D. Dinis, 25 de Setembro de 1292)	37
Cópia	39
Transcrição	49
Tradução	59
Breve Estudo	69
Conclusões	85
O Foral Novo (D. Manuel, 04 de Janeiro de 1514)	93
Cópia	95
Transcrição	105
Cópia da Primeira Página (original)	111
Transcrição	115
Notas Explicativas	119
Bibliografia	133
Índice	135